



Universidad Internacional Três Fronteras

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu

Maestría en Ciencia de La Educación

**GESTÃO DEMOCRÁTICA: O LÚDICO COMO PROPOSTA
MINIMIZADORA DA INDISCIPLINA NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Maria Dalvani Soares da Silva

Asunción - Py

2013

Maria Dalvani Soares da Silva

**GESTÃO DEMOCRÁTICA: O LÚDICO COMO PROPOSTA
MINIMIZADORA DA INDISCIPLINA NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
da Universidad Internacional Tres Fronteras,
Asunción – Py, como requisito final à obtenção
do título de Mestre em Ciências da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Felix Dalmarco

Asunción- Py

2013

Maria Dalvani Soares da Silva

**GESTÃO DEMOCRÁTICA: O LÚDICO COMO PROPOSTA
MINIMIZADORA DA INDISCIPLINA NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Esta tese foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação e aprovada em sua forma final pelo corpo de Doutorado da Universidad Internacional Tres Fronteras - Asunción - Py.

Asunción – Py, aos 20 de julho de 2013.

Presidente: Prof^º. Dr. Juan Gregorio Silvero

Prof^º. Dr. Juan Mesa (membro)

Prof^º. Dr^a Miriam Garay de López (membro)

Silva, Maria Dalvani Soares, 1973-

Gestão democrática: o lúdico como proposta minimizadora da
indisciplina no ensino fundamental / Maria Dalvani Soares da Silva,
2013.

171 f.; 30 cm

Orientador: Dr. Ademir Felix Dalmarco

Dissertação (mestrado) – Universidad Internacional Trés
Fronteras – Asunción – PY, Curso de Ciência da Educação, 2013.

1. Democracia. 2. Lúdico. 3. Indisciplina. 4. Gestão. 5. Educadores

I. Título.

“Dedico este trabalho aos meus filhos Débora Morgana, Ana Carolina e Arthur Manasses por existirem e a minha mãe que tanto confiou em minha perseverança”.

AGRADECIMENTOS

Na realização desta obra, devo meu voto de gratidão a muitos que, direta ou indiretamente, me acompanharam nesta jornada, alguns deles com uma grande importância, outros com um significado diferente, mas todos com um imenso prazer.

A Deus, sabedoria infinita, por mais uma graça recebida e pela dádiva da vida.

Agradeço imensamente a uma grande mulher, minha mãe, Maria das Graças Soares da Silva, que fora sempre uma grande incentivadora e valorizou muito tudo isso, confiou em mim, contribuindo indiretamente para que eu chegasse até aqui.

Obrigada Dr. Ademir Felix Dalmarco por acender em mim a luz do conhecimento intelectual e emocional. Meu agradecimento especial pelos valiosos ensinamentos, orientação e apoio em todas as fases desta pesquisa.

No início todos os sentimentos eram confusos. A ansiedade, o medo, a expectativa. Com o tempo, fomos invadidos pelo nobre sentimento da amizade, vidas distintas, que se tornaram tão próximas em prol do ensinamento e na amenização das dificuldades. O meu afeto e agradecimento as minhas amigas educadoras Marza Abelhan, Adina Pereira, Josineide Monteiro, Lourdes Nascimento, Juliana, Claudete, Maria Luzia, Maria Aparecida, Rosimery e João Paulo, os quais muito contribuíram para a concretização de mais uma etapa na minha vida.

Ao meu esposo, Antônio Manasses pelo apoio.

Aos meus filhos Débora Morgana, Ana Carolina e Arthur Manasses pela compreensão e apoio.

E o meu agradecimento sincero aos educadores, direção e demais colaboradores da UNINTER, os quais nos acolheram tão calorosamente em um momento de transição, orientando e nos guiando a seguir o caminho correto.

Aos meus queridos colegas de classe por todas as trocas de ideias, de experiências, pelo conhecimento compartilhado.

Deixo aqui a certeza de que: *a cada dia é um novo desafio que Deus lhe dá com o objetivo de habilitá-lo a encontrar novas táticas e maneiras certas de agir no combate às diversas formas de problemas cotidianos.*

“É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.”
(Paulo Freire)

RESUMO

A Pretensão nuclear desta Tese constitui em estudar a Gestão Democrática: O Lúdico como Proposta Minimizadora da Indisciplina no Ensino Fundamental.

O enfoque da presente pesquisa é qualitativa com observação participante – qualitativa devido ao estudo de caso que foi realizado com sujeito – objeto da pesquisa – de duas turmas do 5º Ano do Ensino Fundamental (Programa Alfabetizar com Sucesso) com um período de 6 meses de pesquisa (entre os meses de maio a novembro), para um grupo de seis crianças com a participação dos professores e foi proporcionado um aprofundamento a cerca de suas características em sala de aula com todos os educandos, e em cada sala, três liderando as atividades lúdicas e desempenhando a proposta minimizadora do lúdico com o apoio da pesquisadora.

Os objetivos específicos foram: Detectar o grau de dificuldade em manter o comportamento disciplinar em sala de aula no Ensino Fundamental. Definir processo para prognosticar a causa da Indisciplina e da falta de limites, tentando identificar os recursos didáticos que são trabalhados em sala de aula. Descrever a metodologia pedagógica de ensino da referida escola. Verificar a sistemática de avaliação. Analisar o resultado da proposta lúdica no Ensino Fundamental. Passar a conhecer a formação dos educadores que trabalham na Escola Estadual Dom José Lamartine Soares. Inferir na maneira de como a Gestão Democrática colabora para manter a disciplina em sala de aula. Descrever a maneira como os estudantes são tratados pelos educadores quando apresentam dificuldades em sala de aula, por conta da disciplina, e minimizar a indisciplina em sala de aula através do lúdico.

Como conclusões gerais, pode-se afirmar que os alunos investigados sentem dificuldades de se concentrar e obter um resultado satisfatório na aprendizagem. Os professores precisam de mais conhecimentos e capacitação nas áreas afins. Percebeu-se também que os métodos utilizados pelos professores não tem atendido as expectativas dos alunos, pois se trabalha com muita resistência no método tradicional, e quando vem o lúdico, foi observado que os educadores conseguem participar ativamente com disciplinas, podendo obter uma aprendizagem satisfatória. Ao comparar a visão dos alunos em relação à dos professores sobre temas relacionados ao lúdico, dos métodos de aprendizagem, a avaliação do docente e da modalidade do Ensino Fundamental, pôde-se observar que as opiniões são bem parecidas em muitos aspectos.

De maneira geral, os professores, mesmo que sob algumas melhorias e atenções pedagógicas, estão estimulando o desenvolvimento da capacidade de envolver o lúdico em suas aulas. As principais recomendações foram sobre o aperfeiçoamento de oficinas lúdicas nas áreas afins, para poder se ter um trabalho que desperte uma liderança, uma autoconfiança e um maior estímulo ao aluno, para se ter um aprendizado satisfatório.

Palavra-chave: Democracia. Lúdico. Indisciplina. Gestão. Educadores.

ABSTRACT

The nuclear Pretension this thesis is to study the Democratic Management: The Playful as Proposition Minimizing the Indiscipline in Elementary Education.

The focus of this research is qualitative participant observation - qualitative due to a case study that was conducted with subject - object of the research - two classes of 5th Year Basic Education Program (Literacy Success) with a period of 6 months of research (between the months of May to November) for a group of six children with the participation of teachers and has provided a deeper about its characteristics in the classroom with all students, and in each room, three leading play activities and performing the proposed minimizing the playful with the support of the researcher.

The specific objectives were: To detect the degree of difficulty maintaining discipline behavior in class in elementary school. Define process to predict the cause of indiscipline and lack of boundaries, trying to identify the educational resources that are worked in the classroom. Describe the educational methodology of teaching of that school. Check the systematic evaluation. Discuss the outcome of the proposal playful in Elementary Education. Get to know the training of educators working in the State School Don José Soares Lamartine. Inferred in the way of how the Democratic Management helps to maintain discipline in the classroom. Describe how students are treated by teachers when they present difficulties in the classroom, on account of the discipline, and minimizing disruptive behaviors in the classroom through playful.

As general conclusions, it can be said that the students surveyed have difficulty concentrating and get a satisfactory result in learning. Teachers need more knowledge and

skills in related areas. It was also perceived that the methods used by teachers has not met the expectations of students, because it works with a lot of resistance in the traditional method, and when it comes to play, it was observed that educators can actively participate with discipline and may get a satisfactory learning . When comparing students' views in relation to teachers on topics related to the playful, methods of learning, teaching and assessment of the modality of elementary school, it was noted that the views are very similar in many respects.

In general, teachers, even though some improvements in teaching and attention, are stimulating the development of the ability to engage the playful in their classes. The main recommendations were workshops on improving recreational areas like, to be able to have a job that wakes leadership, self-confidence and a greater stimulus to the student, to have a satisfactory learning.

Keyword: Democracy. Playful. Indiscipline. Management. Educators.

RESUMEN

La Pretensión nuclear de esta tesis constituye em estudiar la Gestión Democrática: El Lúdico como Propuesta Miminizadora de la Indisciplina em la Enseñanza Fundamental.

El enfoque de esta investigación es cualitativa com observación participante – cualitativa debido el estúdio de caso que se elevó a cabo com el sujeto – objeto de la investigación – de los clases de 5º año de La Enseñanza Fundamental (Programa Alfabetizar com Éxito) com um período de 6 meses de investigación (entre los meses de mayo a noviembre), para um grupo de seis niños com la participación de professores y há proporcionado um conocimiento más projundo acerca de sus características em el aula com todos los estudiantes y em cada aula três principales que realizan actividades lúdicas y desempeñando la propuesta minimizadora del lúdico, com el apoyodel investigador.

Los objetivos específicos fueron: detectar el grado de dificultad em mantener la disciplina conducta em classe em la Enseñanza Fundamental. Establecer processo para predecir la causa de la indisciplina y la falta de límites, tratando de identificar los recursos educativos que se trabajan en el aula.

Describir la metodología educativa de la enseñanza de esa escuela. Comprovar la sistemática de evaluación. Analizar el resultado de la propuesta lúdica em la Enseñanza Fundamental. Pasar a conocer la formación de los educadores que trabajan em la Escuela Estatal de Dom José Lamartine Soares.

Inferir em la manera de como uma gestión democrática colabora para mantener la disciplina em el aula. Describir la forma como los estudiantes son tratados por los professores cuando se presentan dificultades em el aula, a causa de la indisciplina, y reducir el mínimo la

indisciplina en el aula através del como conclusiones generales, se puede afirmar que los estudiantes investigados tienen dificultades para concentrarse y obtener um resultado satisfactorio en el aprendizaje. Los maestros necesitan más conocimientos y habilidades en áreas relacionadas. Se observo también que los métodos utilizados por los projesores no há cumplido las expectativas de los estudiantes, ya que se trabaja com mucha resistência en el método tradicional, y cuando se trata de lo lúdico, se observo que los educadores pueden participar activamente com las disciplinas, y puede conseguir um aprendizaje satisfactorias. Al comparar las opiniones de los Estudiantes en relación con los projesores temas relacionados com lo lúdico, a los métodos de aprendizaje, a la evolución del estudiante y de la modalidade de Ensenãza Fundamental, se observo que las opiniones son muy similares em muchos aspectos.

Engenera, los maestros, apesar de algunas mejoras em la enseñanza, están estimulando el desarrollo de la capacidade para realizar el lúdica en sus clases. las principales recomendaciones juerontalleres en la mejora de áreas recreativas como para ser capaz de tener un trabajo que despierta el liderazgo y la confianza en si mismo y un mayor estímulo para el estudiante, para tener un aprendizaje satisfactorio.

Palavra-clave: Democracia. Lúdico. Gestión. Educadores.

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Introdução	19
Tema e Problema de Pesquisa	23
Objetivos	24
Objetivo Geral	24
Objetivos Específicos	24
Justificativa	25
Estrutura	27
CAPÍTULO I – Marco Teórico	30
1.1 – Gestão Democrática: Historicidade e Percurso da Educação no Brasil	30
1.2 – Gestão Escolar: A Construção Escolar e Sua Função Social	36
1.3 – Gestão Escolar Participativa e a Construção da Comunidade Educativa	38
1.4 – Gestão da Qualidade Total na Educação: Um Novo Modelo Organizacional? ...	44
A Questão da Qualidade	44
A Evolução do Conceito de Gestão da Qualidade	45
Qualidade e Gestão: A Gestão da Qualidade Total	47
1.4.1 – Gestão e Organização do Trabalho Escolar: Novos Tempos e Espaços de Aprendizagem	49
1.4.2 – O Projeto Político Pedagógico Numa Construção Coletiva	62
1.5 – A Indisciplina no Contexto Educacional Hoje	67

1.5.1 – Educação na Família Hoje – A Tarefa dos Pais	75
1.5.2 – Escola Como Um Lugar Privilegiado de Disciplina e Limites	79
1.5.3 – Indisciplina e Aprendizagem Escolar – O Papel do Professor	83
1.5.4 – Gestão da Sala de Aula para Prevenção da Indisciplina: Que Competências? Que Formação na Docência Superior?	88
1.6 – A Importância do Brincar no Ensino Fundamental	94
1.6.1 – Desenvolvendo a Aprendizagem Através do Lúdico	96
1.6.2 – O Jogo e a Construção do Conhecimento	99
1.6.3 – Professor, Mediador Diante das Brincadeiras	101
1.6.4 – O Brincar e Sua Função na Intervenção em Sala de Aula	103
CAPÍTULO II – Marco Metodológico	107
2.1 – Pesquisa	107
2.1.1 – Tipo de Pesquisa	107
2.1.2 – População e Amostra	109
2.1.3 – Caracterização do Ambiente de Pesquisa	110
2.1.4 – Sujeito Participante da Pesquisa	113
CAPÍTULO III – Apresentação e Análise dos Dados	122
Método de Aprendizagem Utilizado Pelos Professores	128
Avaliação da Modalidade do Ensino Fundamental I	137
Considerações Finais	142
Recomendações	146
Referências Bibliográficas	147
Apêndice	

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Índice de aprovação de cada ano, p. 32

Quadro 2 – Discriminação dos espaços da escola, p. 111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Jogo: quebra-cabeça: trabalhando as quatro operações fundamentais, p. 116

Tabela 2 – Jogo: trabalhando a trilha da matemática, p. 117

Tabela 3 – Trabalhando gêneros textuais, p. 118

Tabela 4 – Trabalhando brincadeiras populares, p. 119

Tabela 5 – Confeccionando brinquedo vai e vem, p. 120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de Pesquisa, p. 123

Gráfico 2 – Faixa Etária, p. 123

Gráfico 3 – Renda Familiar / Salário Mínimo (S.M) / Benefício Bolsa Família, p. 124

Gráfico 4 – Estado Civil - Família, p. 125

Gráfico 5 – Metodologia utilizada pelos Professores, p. 126

Gráfico 6 – Trabalho em Equipe, p. 126

Gráfico 7 – Criatividade, p. 127

Gráfico 8 – Avaliação, p. 129

Gráfico 9 – Indisciplina, p. 130

Gráfico 10 – Motivação, p. 132

Gráfico 11 – Domínio do Conteúdo, p. 133

Gráfico 12 – Preocupação com a Formação do Aluno, p. 134

Gráfico 13 – A Atualização dos Professores, p. 135

Gráfico 14 – Incentivo para Manter a Disciplina em Sala de Aula, p. 136

Gráfico 15 – Qualidade de Ensino, p. 137

Gráfico 16 – Satisfação com o Professor, p. 138

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

O Presente estudo realizado na Escola Pública Estadual Dom José Lamartine Soares, localizada no Município de Bezerros – PE tem como objetivo primordial analisar a Gestão Democrática e o Lúdico como proposta minimizadora da Indisciplina no Ensino Fundamental. Sendo assim, pede-se de imediato o ato de “por que ter limites?”. Em que o limite no contexto social hoje requer, com a ajuda de alguns autores e com a Constituição de 1988, a LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), subsídios que são trazidos com o intuito de conhecer e aprofundar a posição de cada um, para uma melhor compreensão do tema abordado. Com o conhecimento de algumas obras, podemos estabelecer um paralelo entre a educação oferecida pela família e pela escola, tomando como base a experiência vivenciada pela própria criança, em uma escola onde se pratica uma Gestão Democrática.

Este trabalho objetiva refletir sobre a forma de gestão, a educação oferecida pelo Sistema de Educação e como o lúdico pode minimizar a indisciplina em sala de aula. Percebemos as dificuldades que temos de entender a historicidade e o processo da Educação no Brasil, pois há anseios de se tornar possíveis os limites e propor possibilidades de uma educação qualitativa. Portanto, percebe-se que o ensino e o trabalho democrático é possível ser realizado no contexto social que vivemos.

A análise dos dados coletados e o resultado do depoimento obtido serão confrontados com os argumentos teóricos dos diversos autores estudados e com as hipóteses do trabalho da pesquisadora, visando à identificação de caminhos que facilitem a compreensão e a melhor aplicação de propostas comportamentais, administrativas e pedagógicas, que venham a consolidar, de que forma pode aproximar possivelmente a Gestão Democrática e explicitar limites e possibilidades do lúdico, minimizar a indisciplina na Educação Fundamental, e de que forma a família pode contribuir para que possa amenizar o “problema” educacional, na perspectiva da formação do cidadão sujeito de direitos.

E, partindo dessas considerações, percebemos que a Educação na família hoje precisa de ajuda mútua da escola, para poder assumir suas tarefas com mais responsabilidades, tentando considerar que a educação se dá, primordialmente, no nível familiar. Portanto, para vivenciar uma Gestão Democrática, trabalha-se em interação com a família.

Tendo em vista a inquietude das escolas em relação à falta de limites e a indisciplina em sala de aula, ela como privilégio, considera-se como função social seu discurso, é um dos lugares que se deve garantir efetivamente a relação de cidadania que cada ser humano deve ter.

Procurou-se também mostrar como a criança e a família hoje se encontram na posição de pais e de filhos. Emergir de que forma a Gestão Escolar participativa pode acontecer dentro da escola, e como devemos construir com a comunidade o próprio Projeto Político-Pedagógico, para que venha a ser realidade, pois sem o mesmo não existe uma educação norteadora, participativa com a comunidade e com todos que fazem a instituição.

Dessa forma, apresentadas as posições dos educadores a cerca do tema abordado, procurando analisar e compreender o que pode ajudar para se ter e fazer possível uma Gestão Democrática participativa, para poder considerar a influência do ambiente construído pelo Gestor, equipe administrativa, educador e pelos educandos, visando à construção do processo

educacional, para que juntos possamos fazer uma educação qualitativa e como proposta o lúdico para minimizar a Indisciplina dentro da Gestão Democrática, tanto desejada e possível de ser concretizada.

Portanto, a cada dia cresce, demasiadamente, o número de crianças com dificuldades de aprendizagem. Investigando-se os motivos das dificuldades, frequentemente estão associadas a problemas emocionais como: falta de estímulos suficientes, ausência materna e/ou paterna e uma educação inadequada das escolas. Além disso, o que se percebe é que nos tempos atuais, as crianças não brincam mais: primeiro por falta de tempo e segundo por falta de espaço. Muito cedo a criança vai à escola, à aula de computação, à aula de inglês, para não ficar fora do mercado. Quando há tempo para brincar, a brincadeira preferida é num computador, num videogame, isolada de pessoas, sem interação alguma, um com o outro. A participação dos pais nas brincadeiras é quase inexistente. Não há tempo a perder. É preciso trabalhar muito para dar tudo de bom para os filhos. E assim, desta forma, as crianças deixam de brincar, de interagir com outras crianças e, principalmente, de interagir com os pais.

Portanto, buscar entender e trazer uma Gestão de Qualidade – tentando mostrar sua evolução histórica, seus conceitos básicos e como deveria ser a aplicação na educação hoje – o texto assinala a importância da educação e da produção do conhecimento nas transformações econômicas, políticas e sociais por que passam as nações modernas. Discute a evolução da qualidade e da gestão da qualidade, mostrando os pilares sobre os quais se assenta a chamada Gestão da Qualidade Total e como esse modelo gerencial vem sendo utilizado no setor educacional hoje.

Em virtude desta realidade, pretende-se neste estudo, compreender o papel do lúdico na aprendizagem das crianças, e de modo especial, ao meu trabalho de Investigação.

A fundamentação teórica que norteou essa pesquisa baseia-se em FORTUNA (2003), SEBER (1997), BROUGÉRE (2002), CUNHA (1998), WEISS (1997), PIAGET (1990),

SANTA MARLI (2002), FRIED MANN (1996), ISABEL CRISTINA (2011), que abordam o jogo como estratégias cognitivas e comprovam a melhora da Indisciplina dos participantes da Investigação. O mundo moderno vem sendo objeto de profundas e aceleradas transformações – econômicas, políticas e sociais – que têm levado as nações e seus governos a adotarem estratégias diferenciadas e criativas para elevar a qualidade de vida de suas populações. A transformação que se requer exige mudanças político institucionais, técnico-econômicas e culturais de grande envergadura e profundidade, demandando tempo, vontade e competência por parte de todos. O objetivo principal dessa transformação é a elevação do nível global de competitividade da economia, e nesse contexto, a centralidade do papel da educação e da produção do conhecimento é reconhecida por todos [CEPAL/UNESCO (1992)]. A busca por transformações estruturais – mudanças revolucionárias que descentalizam a autoridade, reduzem a hierarquia, estimulam parcerias e privilegiam a qualidade com foco nos clientes – visando elevar a competitividade nos novos mercados globais que se configuram, tem sido mais intensa em vários segmentos da sociedade – empresas, organizações não governamentais – que procuram se tornar mais flexíveis, inovadores e empreendedores para fazer frente aos desafios da modernidade [Osborne e Gaebler (1994)]. Do fortalecimento e melhoria da escola à construção e conquista de novas parcerias e à modernização e melhoria dos processos de gestão, inúmeras sugestões vêm sendo apontadas como absolutamente necessárias para enfrentar os novos desafios e provocar mudanças. Tomando como foco a melhoria da qualidade dos processos de gestão educacional, é consenso que nenhuma transformação duradoura poderá ser obtida, caso a questão gerencial não seja devidamente equacionada e aplicada na educação hoje.

TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Um dos temas integrantes na atualidade é o da indisciplina em sala de aula. Por esta razão, optou-se pelo tema “O Lúdico como Proposta Minimizadora da Indisciplina”, devido ao grau de dificuldade na aprendizagem apresentado por estudantes do Ensino Fundamental nas áreas afins como: Língua Portuguesa e Matemática.

Pois são consideradas estas razões que levam a pesquisadora a escolher o tema em questão. E, de certa forma, há uma percepção constante de que os estudantes do Ensino Fundamental apresentem dificuldades de aprendizagem por serem indisciplinados e não chegam a atingir suas habilidades e competências nas disciplinas curriculares. Tais índices nos direcionam a verificação da causa do problema supracitado.

Sabemos que ainda existem no Brasil muitos profissionais que não têm esse controle emocional em sala de aula, ficando, assim, a escola com deficiência no ensino por conta da falta de disciplina e controle em sala de aula.

É bem verdade, a dificuldade apresentada pela aprendizagem ganha outra conotação, a partir do momento em que se identificam bloqueios referentes à falta de disciplina em sala de aula e em todo contexto escolar. As dificuldades são presenciadas pelos educadores, gestor e coordenador da escola. Onde muitas vezes, o estudante não se dá conta do tempo pedagógico que está se perdendo.

Assim, confirmado, é entendido a necessidade de se ter uma Gestão Democrática, e como Proposta Minimizadora o Lúdico, para que possamos contribuir com o desempenho e com os educadores à frente de uma Gestão Democrática. E se faz necessária uma investigação mais profunda das causas que geram tanta indisciplina na escola, para poder encontrar

soluções para tal problema de indisciplina, tentar sanar essa dificuldade de concentração, e manter a disciplina nas salas de aula do Ensino Fundamental.

OBJETIVO GERAL

Investigar se uma Gestão Democrática como propõe o Lúdico poderá minimizar a Indisciplina em sala de aula.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Detectar o grau de dificuldade de manter o comportamento disciplinar em sala de aula no Ensino Fundamental.
- Elaborar entrevista para ser feita com família, educadores, educando e gestor para diagnosticar a causa da Indisciplina e da falta de limites.
- Identificar os recursos didáticos que são trabalhados em sala de aula.
- Compreender a Metodologia Pedagógica de ensino da referida escola.
- Verificar a sistemática de avaliação.
- Aplicar atividades lúdicas para os estudantes com índice de indisciplina não satisfatório, para se ter uma boa aprendizagem.
- Analisar o resultado da proposta lúdica no Ensino Fundamental.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto tem como objeto de estudo um dos temas mais intrigantes na atualidade: o da indisciplina. O assunto será abordado sob o ponto de vista de uma proposta lúdica como instrumento de resgate, aprender brincando. O tema **Gestão Democrática** foi escolhido devido o índice de gestores despreparados para agir de forma democrática, diante de tanta indisciplina apresentada no Ensino Fundamental.

O principal objetivo é refletir sobre a forma de gestão. A educação oferecida pelo Sistema de Educação percebeu as dificuldades que temos de entender a historicidade e o percurso da educação no Brasil, logo vêm os anseios de acabar com a indisciplina através do lúdico com limites, e propor possibilidades de uma educação qualitativa. E será investigada em uma instituição de Ensino Fundamental no Estado de Pernambuco, na cidade de Bezerros, tendo como Região Nordeste. Após a identificação da indisciplina em sala de aula, a pesquisadora, a escolher o tema em questão, foi de certa forma a percepção constante de que os estudantes do Ensino Fundamental apresentam dificuldades de aprendizagem por serem indisciplinados, e não chegam a atingir suas habilidades e suas competências curriculares.

Neste projeto que destaca a Gestão Democrática, deverá ter a oportunidade de se questionar na aquisição de se aplicar a proposta lúdica, para minimizar o problema da indisciplina em que se constitui o problema deste estudo. Além disso, a investigação oportuniza a aplicação de métodos pedagógicos que leva a praticidade lúdica à sala de aula, para que possa ser percebido que é possível acabar com a indisciplina através do lúdico. Por partir de um problema e através do método encontrar uma possível solução. É um método de

procedimento, a tese, por se tratar do estudo de uma determinada pesquisadora de curso acadêmico científico.

Isso, de certa forma, favorece a busca de possíveis respostas, tais como: aprender através do lúdico, minimizando a indisciplina em sala de aula com brincadeiras produtivas e pedagógicas, onde maior será a certeza de que o Lúdico e a Gestão juntos são um ponto-chave para se ter e se fazer possível uma Gestão Democrática participativa, para poder considerar a influência do meio ambiente construída pelo gestor e equipe administrativa, educador e pelos estudantes. Visando a construção do processo educacional, para que juntos possamos fazer uma educação qualitativa dentro de uma Gestão Democrática, tanto desejada e possível de ser concretizada.

Apesar de se considerar a preocupação de muitos estudiosos, a cerca do desenvolvimento dos conhecimentos relacionados à Gestão, Indisciplina e Lúdico, podemos estabelecer um paralelo entre a educação oferecida pela família e pela escola, tomando como base, a experiência vivenciada pelo próprio estudante. Entretanto, também pode ser tratado como um desafio gratificante, tanto no que diz respeito ao ato de ensinar quanto ao de aprender com disciplina, considerados a funcionalidade do conteúdo, o papel de protagonista e o envolvimento exigido dos responsáveis pelo processo, professores, gestor e estudante, para que a aquisição dessa aprendizagem possa ocorrer satisfatoriamente. Sem essa cumplicidade é possível ainda perceber quão complexa é a tarefa destinada a ambas as partes.

E essa é a intenção: detectar o grau de dificuldade de manter os estudantes disciplinados em sala de aula, através de elaboração de entrevistas com a família, aluno, professor e gestor, e por meio de brincadeira lúdica e pedagógica, tentar resgatar a disciplina em sala de aula, para que os estudantes do Ensino Fundamental possam adquirir conhecimentos com uma boa conduta e respeito ao pedagógico em sala de aula. E, ao final, trazer a análise dos resultados dessa aplicação.

ESTRUTURA

Demonstradas as apresentações introdutórias, onde foram apresentados os problemas da pesquisa, os objetivos geral e específico e a justificativa, partiu-se para o **Marco Teórico** no **Capítulo I**. Ele deverá ser construído da seguinte forma: inicialmente, discute-se Gestão Democrática, Historicidade e Percurso da Educação no Brasil; em seguida, analisa-se a Construção Escolar participativa e sua construção na comunidade educativa; posteriormente, Gestão da Qualidade Total na Educação, Gestão e organização do trabalho escolar; O Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar como lei maior da escola; a Indisciplina no contexto social hoje e chega a enfatizar a Educação na família – hoje – a tarefa dos pais como orientadores familiares; Escola como um lugar privilegiado de disciplinas e limites; Indisciplina e aprendizagem escolar, o papel do professor; A importância do brincar na Educação Fundamental; Desenvolvendo a aprendizagem através do lúdico; O jogo e a construção do conhecimento; Professor mediador diante das brincadeiras; O brincar e sua função na intervenção em sala de aula.

E como o tema favorece uma seleta escolha de estudo, para que seja referenciada essa produção preocupada em estabelecer o lúdico como proposta minimizadora da indisciplina, procurando visar à identificação de caminhos que facilitem a compreensão e a melhor aplicação de propostas comportamentais e pedagógicas, que venham a consolidar a disciplina e limites desejados na Educação Fundamental, e de que forma a família pode contribuir para que possamos amenizar o problema educacional. E que a indisciplina no contexto social hoje requer um aprofundamento maior dos autores, e com a Constituição de 1998, a LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e a ECA (Estatuto da Criança e do

adolescente) vem com intuito de conhecer e aprofundar a posição de cada um, para uma melhor compreensão do tema abordado. Com o conhecimento e pesquisas de algumas obras como: Içami Tiba, Tânia Zaguri, Piaget, Vygotsky, Gabriel Chalita, Vera Lúcia, Paulo Freire, LDB, ECA, Azanha, Pedro Demo entre outros, podemos finalizar com uma relação da gestão minimizando a indisciplina e o que ela pode trazer de melhor para os estudantes, através do lúdico em sua pesquisa.

Portanto, é imprescindível a realização de estudos e pesquisas que busquem alternativas para diagnóstico e o desenvolvimento dessa melhoria disciplinar Educacional.

As atividades lúdicas fazem parte da vida do ser humano, e em especial, na vida da criança, embora que durante muitos séculos eram vistas sem muita importância, e somente por volta da década de 50, graças ao avanço do estudo da psicologia é que as atividades lúdicas começaram a ser valorizadas, já que esta é a ausência da infância, e seu bom uso possibilita a produção do conhecimento. É através das atividades lúdicas que se criam condições para que a criança se envolva e se expresse, aprendendo de modo mais livre, logo este aspecto pode ser apresentado pelos profissionais da educação para favorecer a aprendizagem em diversos campos, particularmente, durante o processo de Alfabetização e se estendo para o Fundamental, essas atividades se bem conduzidas são relevantes para o estímulo da criança.

Desde os nossos antepassados, os jogos já se faziam presentes como forma de divertimento e entrosamento social, não só entre crianças, mas entre jovens e adultos. Vemos que a história dos jogos e brinquedos mudou com o tempo, o que antes era tratado com objetivos de entretenimento, hoje um simples brinquedo, pode ser usado com objetivo de ensinar algum comportamento.

E no ambiente escolar vemos que “jogar em sala de aula requer do educador uma postura diferente da que é comumente associada ao ensino (...)”, pois através dos jogos os

papéis são modificados, havendo uma reciprocidade na troca entre o educador e o educando (FORTUNA, 2003: 15).

Logo, podemos aprender que as atividades lúdicas em sala de aula não são mero passatempo, mas sim mecanismos de uma prática bem estruturada, aberta a invenções e reinvenções, e com a gestão inserida com sua participação a uma possibilidade de resgatar a disciplina tão desejada em sala de aula.

O que se pode perceber é que desde a idade mais tenra, se a criança não for atendida no seu grau de concentração, ou seja, em sua disciplinalidade, poderá levar consigo, até quem sabe ao ensino superior, estudantes considerados de risco para dificuldades de concentração e frequência. Quando identificamos no início da vida escolar e atendida com a intervenção apropriada, podem adquirir disciplinas necessárias para o êxito almejado na Gestão Democrática. Estudo como de Tânia Zaguri e Içami Tiba comprovam a assertiva anterior. É o que se pretende com essa proposta de intervenção de acordo com que se propõe na linha de investigação.

O capítulo seguinte trata da Metodologia utilizada para realização da pesquisa.

No **Capítulo III** foram apresentados e analisados os resultados coletados nos questionários dos alunos, gestor, coordenadores e dos professores.

Na última parte desta Tese, a pesquisadora tratou de fazer as *Considerações Finais* e dar algumas *Recomendações*, de acordo com os resultados da pesquisa.

CAPÍTULO II

MARCO TEÓRICO

Este trabalho deverá ser constituído da seguinte forma: inicialmente, discute-se buscar Gestão Democrática, Historicidade e Percurso da Educação no Brasil; em seguida, buscar analisar a Construção Escolar e sua função social; dando continuidade reflete-se numa Gestão Escolar participativa e sua construção na comunidade educativa; posteriormente, evidência uma Gestão da qualidade total na educação; Gestão e organização do trabalho escolar; o Projeto Político Pedagógico numa construção coletiva; a indisciplina no contexto educacional hoje – A tarefa dos pais como orientação familiar; Escola como lugar privilegiado de disciplinas e limites; Indisciplina e Aprendizagem Escolar; o Papel do Professor; A Importância do Brincar na Educação Fundamental; Desenvolvendo a aprendizagem através do lúdico; o jogo e a construção do conhecimento; Professor diante das brincadeiras; finalizando com o brincar e sua função na intervenção em sala de aula.

1.1 Gestão Democrática: Historicidade e Percurso da Educação no Brasil

O exame das origens da educação escolar no Brasil permite constatar a presença de uma escola que atende somente segmentos minoritários da população. O acesso era exclusividade para os filhos das elites. Somente no século XX, por volta dos anos 30, essa situação começa a mudar. O processo de urbanização, o surgimento das primeiras indústrias, a emergência das camadas médias e a imigração têm efeitos sobre o campo da educação.

Reformas educacionais acontecem em diversos estados da Federação. Em 1932 é divulgado o manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que defende a ideia de uma educação pública, gratuita e “laica” (para leigos) para todos. Esse movimento foi considerado por educadores como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobrevive em importância e gravidade ao da educação.

Portanto, cada escola, seja ela qual for o seu grau de ensino deve, pois, reunir os pais em torno de si, as famílias dos alunos, estimulando e aproveitando as iniciativas dos pais em favor da educação, despertando e desenvolvendo o poder de iniciativa e o de espírito de cooperação social entre os pais, os professores, a imprensa, e todas as demais instituições diretamente interessadas na obra da educação. Para tanto, torna-se estritamente necessário remeter-se à década anterior, por julgar-se que no marco histórico de 1964 encontram-se as raízes dessa crise. Neste período, houve um grande avanço na política educacional brasileira, talvez um período mais fértil.

Segundo o debate oferecido pelo MEC no programa Ensino Médio Fazendo Escola, com alguns especialistas em educação, destacaram que: no ano de 1967 o Brasil se descobre, Paulo Freire se sensibiliza, nações falam sobre os oprimidos, programa de rádio auxilia a educação dos trabalhadores rurais e jovens professores como: Florestan Fernandes e Rock Pensam Maciel de Barros desencadeiam ampla campanha em defesa das escolas públicas, no entanto, os resultados reais não acompanham as aspirações do movimento intelectual e nem responde as expectativas da sociedade.

De 1964 a 1970 o Ministério de Educação e Cultura realizou uma pesquisa com o total de 1000 alunos, inicialmente foram observados os alunos que cursavam a 1ª série do Ensino Fundamental, e nos anos seguintes as demais séries, com o objetivo de analisar o índice de aprovação de cada ano, o que nos mostra a tabela a seguir:

ANO	SÉRIE	APROVADOS
1964	2 ^a	449
1965	3 ^a	313
1966	4 ^a	245
1967	5 ^a	165
1968	6 ^a	133
1969	7 ^a	115
1970	8 ^a	101

A partir do golpe de 1964, o país passou por um intenso processo de centralização administrativa, também muda no direcionamento e a condução do trabalho pedagógico de docente dos diferentes níveis do sistema público de ensino.

Segundo C. GRZYBOWSKI, 1996, p.45:

A educação, qualquer que seja, é resultado de uma disputa social. Por isso, ela varia, se estrutura, tem um movimento contraditório em seu interior (...). Nas perspectivas das classes subalternas, em especial os trabalhadores, a educação é, antes de mais nada, desenvolvimento de potencialidade e apropriação do saber social. Trata-se de se buscar na educação conhecimentos e habilidades que permitam uma melhor compreensão da realidade e elevem a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais.

De acordo com o sistema público de ensino, a menor forma de instrução era tida como instrução programada, poderia ter objetivos de conteúdos, objetivos de comportamentos que os estudantes deveriam ter, preferencialmente, esses objetivos do Ensino Médio, deverá ser trabalhado com questões fechadas de múltiplas escolhas, não é casual que durante o regime militar foi à era do ouro da instrução por meio de múltiplas escolhas, temos um conjunto de possibilidade a partir das quais não podemos escapar, pois é apenas uma responsabilidade certa. Essa tecnocratização da Educação foi muito marcante, é muito característico de regime

totalitário, e constantemente, isso foi em processo de aprendizado, de aprender a questionar e ver a realidade de forma mais sutil. De toda forma que a Educação não combina com governo totalitário e com ditaduras. A resistência à ditadura gera um movimento de lutas democráticas, a década de 80 reflete a ação que resulta no retorno ao estado democrático e, em seguida, o que resulta na chegada de instalação da Constituição, os diferentes setores da sociedade se organizam para garantir o direito de influenciar no processo de mudanças que fica mais forte no país.

Os dados estatísticos mostram que no Brasil há grandes deficiências, em nível de atendimento ao acesso às escolaridades básicas, a permanência dos alunos no Ensino Fundamental. De sorte que várias associações científicas, profissionais, sindicais de outra natureza, se reuniram e constituíram em fórum em defesa da escola pública, a fim de colocar num capítulo de Educação na Constituição, princípios que garantissem uma escola ao mesmo tempo plural, aberta, igualitária e democrática. Então era uma experiência de alguém que tinha visto que significa não ter educação democrática no País e ajudar constituí-la, não ter educação aberta, uma educação comprometida com a melhoria de vida da maioria da população precisamos construir. A luta pelo processo de Gestão Democrática na Educação acompanha o ritmo do País, o momento é manifestação, com afirmação dos direitos de democracias.

A democratização necessita de uma autonomia na escola, mais uma autonomia que esteja vinculada a uma política geral de estado, porque se não perdemos o sentido mais importante que a escola pública tem que é o seu sentido público, que é o atendimento a todos, esse sentido não pode ser perdido por uma privatização interna da escola, a escola é pública e sendo pública ela é de todos, então todos precisam participar.

Segundo a ¹Constituição Federal / 88 estabeleceu a Gestão Democrática como um dos princípios de ensino:

1 – Constituição da República Federativa do Brasil, Capítulo III. Art. 206, 1988, p.131

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. Igualdade de condução para o acesso e permanência na escola;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V. Valorização dos profissionais de ensino, garantindo, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
- VI. Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII. Garantia de padrão de qualidade.

Se tratando de Gestão Democrática, as escolas autônomas são aquelas que estabelecem normas e regras para sua existência e funcionamento, e com essa conquista ela estabelece um equilíbrio de forças de diferentes setores, governos, administração, professores, alunos e pais, esse é o princípio básico, uma bandeira levantada no Fórum Nacional em defesa da Escola Pública em 1987, os indivíduos passam a interferir nos rumos das escolas.

O Fórum continuou mobilizando em função de uma nova lei, LDB que propiciaria uma chegada mais próxima ao chão da escola, ao sistema estadual, aos sistemas municipais, ao sistema de Hospital, mais ainda, logicamente, já pensando num Plano Nacional de

Educação, que pudesse garantir meios para essa educação igualitária, democrática e aberta. O mecanismo da escolha do diretor ocupa lugar de destaque no debate sobre a administração democrática das escolas.

A eleição de diretores entra como um instrumento da Gestão Democrática, mas não só isso, o conselho escolar, por exemplo, é uma forma democrática de administrar a escola, quando fala em administrar não se restringe a uma administração pura e simples, refere-se administrar estabelecimento de políticas de uma escola, tanto pedagógica quanto administrativa, e o conselho escolar tendo a sua composição de representantes dos pais dos alunos, dos funcionários, da direção, dos professores e da comunidade que ali está cercado, aquela escola têm vários olhares sobre o mesmo objeto, e assim, consideram-se certamente melhores decisões.

O processo de democratização é um conjunto de estratégias para gestão escolar, por isso, é necessária a participação dos alunos, das famílias e da comunidade que cercam a educação, implicar em mudanças de atitudes de todos os autores na tarefa de gerir.

Quem faz os cargos das escolas são professores, os alunos, os dirigentes, as representações, os pais de alunos da comunidade, então a escola é construída dessa forma, como cidadão devem exigir mostrem trabalho com transparência. A sociedade brasileira chega a defender que para ser uma escola de qualidade é preciso que seja democrática. Cumprir esse mandato condicional nesse princípio filosófico da maior importância está acima das religiões dos partidos políticos nas nacionalidades, que todo mundo tem de educação.

Diríamos que a Educação pública apesar de todas as dificuldades que ela enfrenta sucateamento, de baixos salários, o compromisso dos profissionais da Educação tem feito das escolas públicas um local onde, democraticamente, as pessoas se encontram para enfrentamento dessa realidade, e para construção de uma visão mais crítica sobre a sociedade, sobre mundo, sobre humanidade.

Portanto, o conhecimento deve ser bem socializado para o bem da comunidade, pois encontramos educadores comprometidos com a educação pública. “A educação é um bem público, direito de todos os cidadãos e dever do estado”. LDB (1996, p.4)

A Gestão Democrática deve consolidar a democracia, se materializando no caráter público e gratuito da Educação, e na busca permanente de qualidade de ensino socialmente referenciada, para agir na conquista da transformação das estruturas da escola e da própria sociedade.

1.2 Gestão Escolar: A Construção Escolar e Sua Função Social

As novas formas de encarar a educação na sociedade atual estão suportadas pela compreensão de que a Construção Escolar é um apropriado e um interesse de todos os cidadãos, porque sua primeira função social é a família, pois tem o papel de educação de forma disciplinada, impondo-lhe limites e regras a serem seguidas e respeitadas, para que elas venham a ser um adulto capaz de reconhecer-se, enquanto cidadão, respeitado na sociedade que vive.

Segundo o trecho do manifesto dos pioneiros da Educação Nova, 1932, p.32, deixa claro que:

A escola, campo específico da educação, não é um elemento estranho à sociedade humana, um elemento separado, mais uma instituição social, um órgão feliz e vivo, no conjunto das instituições necessárias à vida, o lugar onde vive a criança, a adolescência e a mocidade com os interesses e as alegrias profundas de suas naturezas (...).

Dessa concepção positiva da escola como uma constituição social, limitada na sua ação educativa, pela pluralidade e diversidade das forças que concorrem ao movimento das

sociedades, resulta a necessidade de organizá-la, como um organismo maleável e vivo aparelhado de um sistema de instituições susceptíveis de lhe alargar os limites e o raio de ação (...). Cada escola seja qual for seu grau, dos jardins às universidades deve, pois, reunir em torno de si as famílias dos alunos, estimulando as iniciativas dos pais em favor da educação, constituindo sociedade de ex-alunos que mantenham relação constante com as escolas, utilizando em seu proveito, os valiosos e múltiplos exemplos materiais e espirituais da coletividade, despertando o desenvolvimento, o poder de iniciativa e o espírito de cooperação social entre os pais, os professores, a imprensa e todas as demais instituições interessadas na obra da educação.

Observe que nessa época já havia pessoa sensíveis à aproximação das famílias com a escola e outros parceiros. A partir dos anos 40 começaram a surgir algumas mudanças legais, organizando-se gradativamente os sistemas estaduais de ensino. Em 1961 tivemos a nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional LDB nº. 4.024/61.

Em 1968 a Lei 5.540 que desencadeou a reforma universitária. Em 1971 a Lei 5.692 que reformou o ensino primário e secundário, ampliando a oferta de escolaridade obrigatória de quatro para oito anos, instituindo o ensino de 1º e 2º grau, e propondo a profissionalização do ensino.

Dáí em diante, pode observar o grande ganho histórico – um maior número de crianças frequentando a escola, o que não garantiu o sucesso foi à existência da produção do fracasso escolar, problemas no acesso à educação, baixo rendimento, excesso de repetência e altos índices de evasão escolar.

Aliado a tudo isso, ainda se constata a existência de problemas em relação ao magistério, desde a má formação aos baixos salários.

Todas as situações persistem até hoje e tem sido uma luta e preocupação constante do Governo e da Sociedade, e como tal, consta à aprovação de uma nova lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional, a de nº. 9.394/96 também conhecida como Lei de Darcy Ribeiro, começou a ser organizada a partir da Constituição Federal de 1988, estabelece ‘a educação é um direito de todos e um dever do Estado e das famílias’. Sua finalidade é o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 205) p.131.

Portanto, a escola deve exercer uma liderança no ambiente escolar, o diretor deve incentivar novas lideranças, compartilhando compromisso e responsabilidade de forma criativa, visando à melhoria do processo e dos resultados educacionais e sociais. É importante que o gestor compreenda que o seu papel na escola deve ser o de líder democrático na coordenação dos projetos pedagógicos e educativos, para poder promover a participação das comunidades local e escolar na consolidação de uma escola focada no sucesso e bem-estar do aluno e realização dos Sonhos, Objetivos e Metas Coletivas.

1.3 Gestão Escolar Participativa e a Construção da Comunidade Educativa

A ideia de participação está estreitamente associada à Gestão Democrática. Confira essa declaração relendo o artigo 14 da LDB:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas de Gestão Democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. Participação da comunidade escolar e local, um conselho escolar ou equivalente;

Dos sentidos bem articulados são imputados à participação nessa norma.

- ⇒ Por um deles, compreende-se que, na organização da escola, a tomada de decisão em relação a certos processos de dá, institucionalmente, por organismos constituídos pelas comunidades escolares e locais – Conselho de Escola, Conselho de Classe, com objetivo de concretizar a corresponsabilidade na gestão da escola.
- ⇒ A participação é, ainda, um instrumento da autonomia da escola que deve garantir o envolvimento da comunidade escolar – educadores e funcionários – na construção do propósito educativo comum, consubstanciando-o na proposta pedagógica da escola. Justifica-se essa participação por suas razões de igual relevância: as necessidades da unidade da ação educativa em torno de diretrizes, normas, desempenho de funções, rotinas e a constituição de uma comunidade estruturada que se forma nas situações de trabalho.

A unidade da ação educativa é definida pelo conjunto dos educadores que estudam, discutem, refletem sobre questões pertinentes à qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, os meios para alcançá-las, no processo de elaboração da proposta pedagógica escolar.

Essas questões referem-se à concepção de aprendizagem, de ensino, de avaliação, de administração da heterogeneidade dos níveis de aprendizagem, da organização dos contextos de aprendizagem etc. Como os alunos aprendem? Por que às vezes não tínhamos proposto? Que podemos? Devemos fazer para que aprendam? O que quer dizer “aprender”? Aprender é repetir o que o professor apresentou? Aprender é transferir o processo de resolução de uma

situação com os conteúdos (noções, informações) assimilados para outra situação? Aprender é construir? O que é construir? Como se dá o processo de construção? Como levar o conjunto de alunos de uma classe a avançar na sua aprendizagem, considerando a heterogeneidade dos níveis de desenvolvimento aí presentes? Como avaliar as aprendizagens e fazer avançá-las? Como aperfeiçoar os recursos da escola para cumprir seus objetivos? Como apoiar a frequência e a aprendizagem do aluno? Como envolver a comunidade?

A participação de cada um na construção da proposta pedagógica garante a construção de uma cultura local que expressa significados, sentimentos, expectativas compartilhados pelo grupo social que constitui a escola. A proposta pedagógica, numa perspectiva progressista, é o meio pelo qual, os agentes diretos da escola tornam-se sujeitos históricos, isto é, sujeitos capazes de intervir conscientemente e coletivamente nos objetivos e nas práticas de sua escola, na produção social do futuro (da escola, da comunidade, da sociedade).

LIBÂNEO, 2001, P 134, diz que:

[...] A proposta pedagógica, assim entendida, é um ingrediente do potencial formativo das situações de trabalho. Os profissionais (direção, coordenação pedagógica, professores, funcionários) aprendem através da organização, do ambiente de trabalho. Por sua vez, as organizações também aprendem, mudando junto com seus profissionais. Todos podem aprender a fazer do exercício do trabalho um objeto de reflexão e pesquisa. Os indivíduos e os grupos mudam mudando o próprio contexto em que trabalham.

Um terceiro viés da participação é aquele que se torna o tema como conteúdo da escola. A participação como um valor numa sociedade que se quer democrático também é objeto de aprendizagem e faz parte dos ingredientes da escola e da educação.

Segundo a LDB 9.394/96, Art. 2º, p. 4 diz:

A educação. Dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do

educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De acordo com a LDB, promover o pleno desenvolvimento do educando implica desenvolver capacidades cognitivas, físicas, afetivas, de relação interpessoal e inserção social, ética e estética. Entre essas capacidades a serem adquiridas está a de aprender a relacionar-se, a inserir-se socialmente, que se desenvolve no seio da família, do grupo social a que o indivíduo pertence, nas instituições sociais que participa, e que também se desenvolve na escola como espaço de atuação pública, na convivência democrática, aprendendo a participar, participando.

Segundo os Parâmetros Nacionais – Apresentação dos temas transversais – Ética, p. 59 diz que:

O ensino e a aprendizagem da participação têm como suporte básico a realidade escolar para o uso efetivo dos procedimentos aprendidos. Assim, devem ser eleitos métodos e atividades que ofereçam experiências de aprendizagem rica em situações de participação. Nas quais os alunos possam opinar, assumir responsabilidades, colocar-se, resolver problemas e conflitos, refletir sobre as consequências de seus atos.

Percebemos que alguns princípios para o exercício de uma Gestão Democrática precisam de destaque, a autonomia é compreendida como conquista do trabalhador de educação, autonomia é ainda hoje objeto de conquista de controvérsias nos debates dos educadores sobre o trabalho escolar. É comum ouvirmos professores e diretores afirmarem que “a gente não tem liberdade, não tem autonomia, é tudo discurso vazio...” ou “então na minha sala de aula, sou eu quem manda, fecho a porta e ninguém tem a ver com o quê e como faço...”.

Alguns aspectos do tema deve ser objeto de reflexão. O primeiro abordado foi por RIOS, 1993, p. 15, é o de que a ideia de autonomia como a de liberdade está associada à ideia de relação.

A autonomia como a liberdade se experimenta em situação e não em situações em que não haja limites para os indivíduos. Uma situação é uma articulação de limites e possibilidades. Podemos afirmar que se é tanto mais livre quanto mais se reduzem os limites e se ampliam às possibilidades que encontramos nas situações que vivenciamos. A ideia de liberdade não tem a possibilidade de ser discutida se não associamos à ideia de relação. Na perspectiva do elhos, na construção da polis, o que se verifica é que a possibilidade se dá em relação. Não homens livres sozinhos. Se tivéssemos indivíduos isolados, não haveria sentido em se falar de liberdade. Os limites e as possibilidades de liberdade se definam mesmo na alteridade. O outro nos diz respeito de nós mesmo, e é na relação com ele que temos oportunidade de saber de nós mesmos de uma forma diversa daquela que nos é apresentada apenas pelo viés de nosso olhar. O outro aparece, assim, como medida de nossa liberdade. E a alteridade de que o fato não é apenas no sentido das relações singulares, de uma pessoa com outra, mas aquelas entre grupos, instituições, comunidades. Se pensarmos na liberdade na escola, devemos pensá-la na relação entre os sujeitos que aí desenvolve sua prática e na relação destes com o mesmo contexto global da sociedade.

Outro viés da ideia de que se constrói autonomia como projeto num horizonte ético-político. “Horizonte ético-político porque diz respeito a uma ação que está no campo da moralidade. E aí encontramos, como um núcleo da ação, a noção de responsabilidade”. (Rios, 1993).

Segundo AZANHA, 1998 reitera a ideia ao afirmar que a autonomia da escola, numa sociedade que se pretenda democrática é, sobretudo, a possibilidade de ter uma compreensão das metas da tarefa educativa numa democracia. Sem essa possibilidade, não há como falar em ética da escola, a autonomia deixa de ser uma condição de liberdade e pode até ser facilitadores da opressão, sem liberdade de escolha, professores e escolas são simples

executores de ordens e ficam despojados de uma responsabilidade ética pelo trabalho educativo. E mesmo assim, o exercício da autonomia, requer dos educadores competência.

RIOS, 1993, P. 18, diz que:

Construir ética e politicamente autonomia não teria significado se não se aliassem à perspectiva ético-política a dimensão técnica, o domínio seguro de conhecimentos específicos, a utilização de uma metodologia eficaz, a consciência crítica e o propósito firme de ir ao encontro das necessidades concretas de sua sociedade e de seu tempo.

A proposta pedagógica, o plano de desenvolvimento escolar e o regime escolar construído pelos educadores da escola, são instrumentos de exercício da autonomia da escola. Em seguida, relata sobre a relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe escolar. Trata-se da prática de uma gestão compartilhada da escola cujo propósito educativo preside todas as ações e as responsabilidades da direção e da equipe escolar.

Segundo LIBÂNEO, 2001, p. 117, afirma que:

Nesse princípio está presente a exigência da participação de professores, pais, alunos, funcionários e outros representantes da comunidade, bem como a forma de viabilização dessa participação: a integração comunicativa, a busca do consenso em pautas básicas, o diálogo intersubjetivo. Por outro lado, a participação implica os processos de Gestão, os modos de fazer, a coordenação e a cobrança dos trabalhos e, decididamente, o cumprimento de responsabilidades compartilhadas dentro de uma mínima divisão de tarefas e alto grau de profissionalismo de todos. [...] a gestão democrática não pode ficar restrita ao discurso da participação e às suas formas externas: as eleições, assembleias e reuniões. Ele está a serviço dos objetivos de ensino, especialmente da qualidade cognitiva dos processos de ensino e aprendizagem.

A ação racional, estruturada e organizada no planejamento das tarefas e definição das responsabilidades. A proposta pedagógica e o plano de desenvolvimento escolar, construídos coletivamente, são os instrumentos que norteiam todas as ações da escola: proposição de objetivos, estratégias, provimento e ordenação dos recursos disponíveis, cronogramas,

definição de plano de trabalho, estabelecimento de responsabilidade, forma de acompanhamento, avaliação e controle.

A racionalização, estruturação e organização das tarefas bem como a definição das responsabilidades se dão a partir do que delinear o projeto da Escola. A Democratização de informações se dá a partir do processo de elaboração, implementação, acompanhamento, avaliação, revisão, reorientação do projeto político-pedagógico, todos os dados e as informações precisam ser disponibilizadas, analisadas e interpretadas pela comunidade escolar, embasando as decisões e a execução das ações. A formação continuada em serviço dos educadores para o desenvolvimento pessoal e profissional acontece através do exercício da autonomia que impõe a necessidade do desenvolvimento pessoal e profissional. A opção atual pela expressão “formação continuada” em substituição às expressões “capacitação”, “treinamento”, “reciclagem” se estabelece pela recusa a um processo que não considere a formação inicial e a prática do professor e, por outro lado, que reduza esse processo a mera capacitação e treinamento de caráter tecnicista. A formação continuada em serviço considera a formação inicial do educador e comporta uma estreita relação com a prática do cotidiano escolar. Pressupõe assim o movimento permanente de ação → reflexão → ação, e estimula a valorização da formação articulada à proposta pedagógica da escola, assim como a constituição da equipe escolar. Para acontecer a avaliação compartilhada a direção, professores e comunidade acompanham e avaliam o processo escolar, e se avaliam mutuamente, tendo em vista os objetivos da escola e as definições de responsabilidade na escola.

Portanto, o envolvimento da comunidade só se torna prático a partir do momento que a participação da comunidade no Conselho Escolar, assim como nas organizações associativas, não só garante o acompanhamento e avaliação da qualidade dos serviços prestados, como estabelece a cogestão, o que implica da educação formal uma responsabilidade de todos.

1.4 Gestão da Qualidade Total na Educação: Um Novo Modelo Organizacional?

A Questão da Qualidade

A preocupação com a qualidade de bens e serviços não é recente. Os consumidores sempre tiveram o cuidado de inspecionar os bens e serviços que recebiam em uma relação de troca. Essa preocupação caracterizou a chamada era da inspeção, que se voltava para o produto acabado, não produzindo assim qualidade, apenas encontrando produtos defeituosos na razão direta da intensidade da inspeção.

A era do controle estatístico surgiu com o aparecimento da produção em massa, traduzindo-se na introdução de técnicas de amostragem e de outros procedimentos de base estatística, bem como em termos organizacionais, no aparecimento do setor de controle da qualidade. Sistemas da qualidade foram pensados, esquematizados, melhorados e implantados desde a década de 30 nos Estados Unidos, e um pouco mais tarde (anos 40) no Japão, e em vários outros países do mundo. A partir da década de 50, surgiu a preocupação com a gestão da qualidade, que trouxe uma nova filosofia gerencial com base no desenvolvimento e na aplicação de conceitos, métodos e técnicas adequados a uma nova realidade. A Gestão da Qualidade Total, como ficou conhecida essa nova filosofia gerencial, marcou o deslocamento da análise do produto ou serviço para a concepção de um sistema da qualidade. A qualidade deixou de ser um aspecto do produto e responsabilidade apenas de departamento específico, e passou a ser um problema da empresa, abrangendo, como tal, todos os aspectos de sua operação.

A Evolução do Conceito de Gestão da Qualidade

A preocupação com a qualidade, no sentido mais amplo da palavra, começou com W.A. Shewhart, estatístico norte-americano, que já na década de 20 tinha um grande questionamento com a qualidade e com a variabilidade encontrada na produção de bens e serviços. Shewhart desenvolveu um sistema de mensuração dessas variabilidades que ficou conhecido como Controle Estatístico de Processo (CEP). Criou também o Ciclo PDCA (Plan, Do, Check e Action), método essencial da gestão da qualidade, que ficou conhecido como Ciclo Deming da Qualidade. Logo após a Segunda Guerra Mundial, o Japão se apresenta ao mundo literalmente destruído e precisando iniciar seu processo de reconstrução. W.E. Deming foi convidado pela Japanese Union of Scientist and Engineers (JUSE) para proferir palestras e treinar empresários e industriais sobre controle estatístico de processo e sobre gestão da qualidade. O Japão inicia, então, sua revolução gerencial silenciosa, que se contrapõe em estilo, mas ocorre paralelamente a Revolução Tecnológica “barulhenta” do Ocidente, e chega a se confundir com uma revolução cultural. Essa mudança silenciosa de postura gerencial proporcionou ao Japão o sucesso de que desfruta até hoje como potência mundial. O período pós-guerra trouxe ainda dimensões novas ao planejamento das empresas. Em virtude da incompatibilidade entre seus produtos e as necessidades do mercado, passaram a adotar um planejamento estratégico, porque caracterizava uma preocupação com o ambiente externo às empresas.

A crise dos anos 70 trouxe à tona a importância da disseminação de informações. Variáveis informacionais, socioculturais e políticas passaram a ser fundamentais e começaram a determinar uma mudança no estilo gerencial. Na década de 80, o planejamento estratégico

se consolida como condição necessária, mas não suficiente se não estiver atrelado às novas técnicas de gestão estratégica. A gestão estratégica considera como fundamentais as variáveis técnicas, econômicas, informacionais, sociais, psicológicas e políticas que formam um sistema de caracterização técnica, política e cultural das empresas. Tem também como seu interesse básico o impacto estratégico da qualidade nos consumidores e no mercado, com vistas à sobrevivência das empresas, levando-se em consideração a sociedade competitiva atual.

A competitividade e o desempenho das organizações são afetados negativamente em termos de qualidade e produtividade por uma série de motivos. Dentre eles destacam-se: a) deficiências na capacitação dos recursos humanos; b) modelos gerenciais ultrapassados, que não geram motivação; c) tomada de decisões que não são sustentadas adequadamente por fatos e dados;

Qualidade e Gestão: A Gestão da Qualidade Total

Qualidade, enquanto conceito é um valor conhecido por todos e, no entanto, definido de forma diferenciada por diferentes grupos ou camadas da sociedade — a percepção dos indivíduos é diferente em relação aos mesmos produtos ou serviços, em função de suas necessidades, experiências e expectativas. Já o termo qualidade total tem inserido em seu conceito seis atributos ou dimensões básicas que lhe conferem características de totalidade. Essas seis dimensões são: qualidade intrínseca, custo, atendimento, moral, segurança e ética.

Por qualidade intrínseca entende-se a capacidade do produto ou serviço de cumprir o objetivo ao qual se destina. A dimensão custo tem em si dois focos: custo para a organização do serviço prestado e o seu preço para o cliente. Portanto, não é suficiente ter o produto mais

barato, mas sim ter o maior valor pelo preço justo. Atendimento é uma dimensão que contém três parâmetros: local, prazo e quantidade, que por si só demonstram a sua importância na produção de bens e na prestação de serviços de excelência. Moral e segurança dos clientes internos de uma organização (funcionários) são fatores decisivos na prestação de serviços de excelência: funcionários desmotivados, mal treinados, inconscientes da importância de seus papéis na organização não conseguem produzir adequadamente. A segurança dos clientes externos de qualquer organização, em um sentido restrito, tem a ver com a segurança física desses clientes, e em um sentido mais amplo, com o impacto do serviço prestado ou da sua provisão no meio ambiente. Hoje em dia, pode-se dizer que o foco no cliente tem primazia absoluta em todas as organizações. Finalmente, a sexta dimensão do conceito de qualidade total, a ética, é representada pelos códigos ou regras de conduta e valores que têm que permear todas as pessoas e todos os processos de todas as organizações que pretendem sobreviver no mundo competitivo de hoje.

A Gestão da Qualidade Total (GQT) é uma opção para a reorientação gerencial das organizações. Tem como pontos básicos: foco no cliente; trabalho em equipe permeando toda a organização; decisões baseadas em fatos e dados; e a busca constante da solução de problemas e da diminuição de erros.

A GQT valoriza o ser humano no âmbito das organizações, reconhecendo sua capacidade de resolver problemas no local e no momento em que ocorrem, e busca permanentemente a perfeição. Precisa ser entendida como uma nova maneira de pensar, antes de agir e produzir. Implica uma mudança de postura gerencial e uma forma moderna de entender o sucesso de uma organização. É uma nova filosofia gerencial que exige mudanças de atitudes e de comportamento. Essas mudanças visam ao comprometimento com o desempenho, à procura do autocontrole e ao aprimoramento dos processos. Implica também uma mudança da cultura da organização. As relações internas tornam-se mais participativas, a

estrutura mais descentralizada, e muda o sistema de controle [Longo (1994)]. Sistemas de controle são necessários em qualquer organização, porém se forem burocráticos ou tradicionais, as pessoas reagem com pouca participação, pouca criatividade e pouca responsabilidade. O autocontrole — que significa que a responsabilidade pela qualidade final dos serviços e/ou produtos é a consequência do esforço conjugado de todas as áreas da empresa, onde todos precisam saber, a todo o momento, o que fazer e como fazer, com informações objetivas e imediatas sobre o seu desempenho —, permite que as pessoas respondam com participação, criatividade e responsabilidade. Como se trata de uma mudança profunda, a implantação desse modelo enfrenta várias barreiras, pois mexe com o status quo, com o imobilismo, com o conformismo e com os privilégios. Portanto, deve-se ver a Gestão da Qualidade não como mais um programa de modernização. Trata-se de uma nova maneira de ver as relações entre as pessoas, na qual o benefício comum é superior ao de uma das partes [Xavier (1994)].

Da gestão da qualidade total depende a sobrevivência das organizações que precisam garantir aos seus clientes a total satisfação com os bens e serviços produzidos, contendo características intrínsecas de qualidade, a preços que os clientes possam pagar, e entregues dentro do prazo esperado. É fundamental atender e, preferencialmente, exceder às expectativas dos clientes. A obtenção da qualidade total parte de ouvir e entender o que o cliente realmente deseja e necessita, para que o bem ou serviço possa ser concebido, realizado e prestado com excelência. A GQT ocorre em um ambiente participativo. A descentralização da autoridade, as decisões tomadas o mais próximo possível da ação, a participação na fixação das metas e objetivos do trabalho normal e as metas e objetivos de melhoria da produtividade são considerações essenciais. O clima de maior abertura e criatividade leva a maior produtividade. A procura constante de inovações, o questionamento sobre a forma costumeira

de agir e o estímulo à criatividade criam um ambiente propício à busca de soluções novas e mais eficientes.

1.4.1 Gestão e Organização do Trabalho Escolar: Novos Tempos e Espaços de Aprendizagem

Gerir uma escola: atividade meramente burocrática é legal? As pesquisas, estudos e experiências diversas apontam e insistem que, mais que uma atividade burocrática, mais que o zelo de normas legais pré-estabelecidas é uma atividade essencialmente política e pedagógica, ou político-pedagógica, como nos afirma Freire.

As transformações que o mundo em geral, a sociedade brasileira e a escola, em particular, tem vivenciado apontam para o aguçamento dessas dimensões e, desconhecê-las, pode ser além de um grave erro político-pedagógico, um entrave real ao avanço da escola e do processo de ensino-aprendizagem por ela desenvolvido.

Essas transformações são de toda ordem: econômicas, políticas, culturais e atingem os mais diversos sujeitos. Assim cabem as seguintes interrogações: como dirigir, coordenar, organizar o trabalho escolar, sem levar em consideração alterações significativa no perfil dos alunos que nas últimas décadas tiveram acesso à escola, em especial, à escola pública? Como dirigir uma escola, cercada pelo desemprego da sua comunidade, da criminalidade de muitos de seus alunos? É possível dirigir desconhecendo a impregnação geral que as novas tecnologias digitais e comunicações estabelecem no mundo do trabalho e no cotidiano das pessoas? E os professores, como reagem e interagem com toda essa realidade? Que significado tem para eles cursos de formação continuada? Como modificam sua prática?

Estas interrogações têm por objetivo problematizar algumas dessas questões, tendo como referência a atividade dos gestores escolares. Não tem a pretensão de esgotá-las, mas de contribuir para um fecundo debate que se estabelece na educação brasileira em geral.

As estatísticas escolares apontam que do ponto de vista do Ensino Fundamental, de fato, estamos em um estágio de universalização, ou seja, a grande maioria das crianças em idade escolar está dentro da escola. Essa é uma realidade relativamente recente, que se inicia nos anos 1960 e tem pleno avanço na década de 1990.

Se essa universalização constitui-se, sem sombra de dúvida, uma democratização de acesso à escola, não necessariamente significa uma democratização da permanência e do acesso ao conhecimento. As mesmas estatísticas são pródigas em apontar, inicialmente a repetência e a evasão e, posteriormente, as “dificuldades de aprendizagem” das nossas crianças e adolescentes.

Diversos professores queixam-se de que não sabem como ensinar esse público. Alguns, de forma preconceituosa, caracterizam essas crianças como portadoras de déficits culturais, desestruturadas emocionalmente, etc. Ainda que sejam duras as condições de vida da maioria desse público, rótulos e atitudes preconcebidas ajudam pouco ou até atrapalham no enfrentamento do problema. Outros, porém, buscam inovações, alterações em sua prática e muitas vezes recebem pouco estímulo para isso.

Começar por equacionar pedagogicamente os limites, as possibilidades vividas pelos educandos que temos não que sonhamos ou gostaríamos de ter. Se esses limites raíam as fronteiras da desumanização, entender que a primeira tarefa da escola é nossa e que o pouco tempo de escola não seja uma experiência a mais de desumanização, de trituração de suas esperanças roubadas de chegar a ser alguém. A escola pode ser menos desumanizadora do que a rua, a moradia, a fome, a violência, o trabalho forçado, mas reconheçamos, ainda, as estruturas, rituais, normas, disciplinas, reprovações e repetência na escola são desumanizadoras. (Arroyo, 2000: 59)

Portanto, interrogar-nos sobre esse público, levar a escola a refletir sobre seus alunos, é uma premissa essencial para uma direção que se pretende democrática na radicalidade total do temor: reconhecimento dos alunos enquanto sujeitos socioculturais e retirá-los da subhumanidade a que muitas vezes estão submetidos.

Já apontamos que o acesso à escola pelos setores populares é algo recente. Nossos professores, em sua maioria, não foram formados para trabalhar com eles, mas para lidar com um aluno idealizado, com acesso a bens e informações, bem nutridos, com autoestima em ascensão. Difícil é a tarefa de lidar com alunos com o estômago roncando, sem possibilidades de acesso ao lazer, muitas vezes sem um livro sequer dentro de casa, com pais e mães analfabetos ou semianalfabetos, com a socialização feita em grande medida na rua, vivendo e sobrevivendo do comércio nos sinais e no tráfico etc.

De toda forma, assumir uma atitude democrática radical implicada em não retirar-lhes o estatuto da cidadania, do ser humano. São diferentes sim, mas não inferiores.

Suas culturas, seus hábitos, seus saberes são diferentes, mas existem realmente, e os ajudam na difícil lida da sobrevivência.

Recordemos um autor em especial, Charlot. Esse educador francês vai analisar o chamado fracasso escolar, e em algumas pesquisas, demonstra o quanto existe de uma visão linear, estreita, que relaciona, automaticamente, fracasso escolar e condições econômicas precárias. E uma das categorias com as quais trabalha que melhor desconstroem essa ideia é a *relação com o saber*.

Para ele, é intrínseco à condição humana o processo de aprendizagem. Viver é um constante desvelar do mundo. E aprendemos em contato com o objeto da nossa curiosidade e em relação com o outro.

Resumamos. Não há sujeito de saber e não há saber senão em uma certa relação com o mundo, que vem a ser, ao mesmo tempo e por isso mesmo, uma relação com o saber.

Essa relação com o mundo é também uma relação consigo mesmo e relação com os outros. (Charlot, 2000: 63)

Portanto, se não da esfera do humano o domínio de saberes e a contínua atividade de aprendizagem do que se trata, então, quando trabalhamos com esse público não é a negação de que possuem conhecimento, detém saberes ou, em outras palavras, tachá-los de “deficientes culturais”, mas sim de estabelecermos o valor epistemológico do saber que eles detêm.

Assim, se a postura for de valorização desse conhecimento, dos saberes construídos e mobilizados por esse sujeito, torna-se complexa a nossa atividade docente. Trata-se, então, de no ato de educar, estabelecer um diálogo entre saberes, e não repetir a velha tradição da educação bancária tão denunciada por Paulo Freire que intenta inculcar saberes previamente dignificados nos alunos. E dialogar não significa não apresentar-lhes outros saberes, mas partir, como diz Freire, “do saber da experiência feita”.

Não há como não repetir que ensinar não é a pura transmissão mecânica do perfil do conteúdo que o professor faz ao aluno, passivo e dócil. Como não há também como repetir que partir do saber que os educandos tenham não significa ficar girando em torno desse saber. Partir significa pôr-se a caminho, ir-se, deslocar-se de um ponto a outro e não ficar, permanecer. Jamais disse como às vezes sugerem ou dizem que eu disse que deveríamos girar embevecidos em torno do saber dos educandos, como a mariposa em volta da luz. Partir do “saber da experiência feita” para superá-lo não é ficar nele. (Freire, 1992: 70-71)

Ou como aponta Arroyo ao trabalhar com a temática das classes de aceleração:

O direito à educação e à cultura tem de superar a lógica do mercado e da sobrevivência. Devemos, sem dúvida, rever os conteúdos, readaptá-los ou resignificá-los para sua idade social, cultural, cognitiva, mas sempre com o intuito de melhor garantir o seu direito ao saber e à cultura, e nunca com o intuito de repassar migalhas do saber, de dominar competências mínimas requeridas pelo mercado. O campo do mercado não é bom conselheiro para enfrentar problemas que tocam o campo dos direitos. (Arroyo, 2000p: 131)

Reafirmamos, novamente, que levar em conta o saber desses alunos, não estigmatizá-lo simplesmente como errôneo, senso comum, etc., não se reduz apenas a um recurso metodológico para melhor introduzirmos o *verdadeiro* saber, o saber escolar, sistematizado. Não pode ser reduzido simplesmente a um mecanismo de motivação. Trata-se de uma questão epistemológica, de reconhecimento e valorização de outros saberes. E, como todo saber, esse saber do aluno deve ser problematizado, historicizado e não idealizado. Mas, conhecê-lo é, em parte, desumanizar o sujeito que o detém.

E onde são construídos esses saberes? Nas relações e vivências onde os sujeitos estão inseridos. Relações e vivências que muitas vezes a escola desconhece e menospreza.

Conhecer esses sujeitos também diz respeito a enfrentar outros desafios a este primeiro interligado. Significa reconhecer outras culturas diferentes da cultura hegemônica trabalhada pela escola. O próprio conceito de cultura perde sua conotação estática e unívoca. Cultura não

é apenas um legado, pronto e acabado, deixado pelos que nos antecedem. Cultura não é apenas tradição, erudição. Cultura são também valores, mudança, movimento. Referindo-se à concepção crítica de currículo, Moreira & Silva (2002: 27) apresentam-nos outra visão de cultura. Na concepção crítica, não existe uma cultura da sociedade, unitária, homogênea e universalmente aceita e praticada e, por isso, digna de ser transmitida às futuras gerações através do currículo. Em vez disso, a cultura é vista menos como uma coisa e mais como um campo e terreno de luta. E mais adiante complementam: Nesse entendimento, o currículo não é o veículo de algo a ser transmitido e passivamente absorvido, mas o terreno em que ativamente se criará e produzirá cultura. Posto dessa forma, não há como falar de cultura de uma forma singular, mas de culturas. E, se há diferentes culturas, o respeito, o reconhecimento e a troca devem fazer parte do cotidiano escolar.

Cotidiano esse que deve se transmutar, que não reconhecerá a cultura do negro, do índio, do nordestino, dos habitantes da área rural apenas em datas comemorativas, concretizando aquilo que, no jargão educacional, chamamos de currículo turístico.

Cotidiano que buscará, de maneira contínua, integrada à realidade da escola, a explicação, a contribuição, a participação de toda a comunidade escolar, em especial dos alunos em atividades diversas. Com certeza muito do conteúdo atualmente trabalhado não será possível de continuar sendo feito. Mas outras temáticas certamente mais significativas para os sujeitos escolares poderão ser trabalhadas. E a escola enriquecer-se-á enquanto espaço sociocultural e verdadeiramente inclusivo.

Portanto, uma gestão radicalmente democrática voltará seu olhar, primeiramente, para esses sujeitos escolares, conhecendo-os, desnudando-os e valorizando-os.

As estratégias para isso são várias e diversos educadores têm buscado fazê-las: de entrevistas com os pais e integrantes da comunidade a perfil dos alunos, de dinâmicas de apresentação a verdadeiros teatros, shows, etc., onde os educandos apresentam o cotidiano da

sua vida, suas expectativas, seus gostos, suas artes. Enfim, atividades lúdicas onde os sujeitos falam, têm voz e vez, e não onde se sintam silenciados e silenciosamente ou agressivamente reagem à negação da sua expressão e do seu ser.

Se os alunos são sujeitos do saber, também o são os professores. E assim como seus alunos, constroem e adquirem saberes em diversos espaços e tempos, especialmente no trabalho. E quanto a isso é preciso constatar mesmo sob controle intenso, o professor, se não incorporará necessidade da mudança da sua prática docente, continuará repetindo aquilo que julga eficaz e suficiente para a aprendizagem dos seus alunos. Portanto, há que se perguntar: como se operam as mudanças no trabalho docente? Que valor tem para os professores cursos de atualização, oficinas, etc.?

O aporte de Tardif pode nos auxiliar muito no desvelar de alguns desses mecanismos. Segundo ele (2002: 11), “o saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a sua experiência de vida e com a sua história profissional, com as suas relações com os alunos em sala de aula, e com os outros atores escolares na escola, etc”.

Esses saberes advindos do trabalho, do seu trabalho, são essenciais para a conduta dos docentes: “Noutras palavras, embora os professores utilizem diferentes saberes, essa utilização se dá em função do seu trabalho e das situações, condicionamentos e recursos ligados a esse trabalho.” (Idem, 15)

Portanto, esse saber adquirido do trabalho é essencial para o docente. Tardif (p. 18) aponta que o saber dos professores é plural, heterogêneo “porque envolvem, no próprio exercício do trabalho, conhecimentos e um saber fazer bastantes diversos, provenientes de fontes variadas, e provavelmente, de natureza diferente”. E é também temporal, pois é adquirido no contexto de sua história de vida.

Mas, apesar dessa diversidade, o fio condutor é o saber experiencial, ou seja, o saber advindo da prática, do trabalho.

Os professores não rejeitam os outros saberes totalmente, pelo contrário, eles os incorporam à sua prática, retraduzindo - os, porém, em categorias de seu próprio discurso. Nesse sentido, os saberes experienciais não são saberes como os demais, mas retraduzidos, polidos e submetidos às certezas construídas na prática e na experiência. (Tardif, 2002: 53-54)

Experiências de inovação pedagógica esbarram muitas vezes aí — quando os professores não se apercebem do seu valor real e não vinculam a inovação a alterações que a sua prática, o seu trabalho demanda e possibilitam. Tornam-se discursos vazios, ou transformam-se em medidas burocráticas desvinculadas do dia-a-dia do trabalho pedagógico. Não se inserem, de fato, no cotidiano escolar. Arranham a escola, sem chegar a seus principais sujeitos – alunos e professores.

Assim, mais uma vez, a questão do diálogo, do clima de troca e cumplicidade se faz importante numa escola radicalmente democrática. Reconhecer os docentes como sujeitos do processo ensino-aprendizagem, como educadores em toda a dimensão do termo, é essencial. Mas, reconhecê-los também como gestores ou cogestores do seu trabalho é a linha divisória entre uma mudança real ou fictícia no interior das escolas.

Aliás, há autores (Sorrato & Oliver-Heckler, 1999) que apontam que, em última análise, é ali, na sala de aula, que a trama se desenvolve e se constrói. E indicam ser essa uma das principais características do trabalho docente, em especial nas escolas públicas – a relativa autonomia dos professores.

Estamos diante de um trabalho que exige um papel do seu e executor, que não só permite como impõe a criatividade para que a obrigação de cada dia seja cumprida. Podemos imaginar o trabalho de um professor sendo realizado de uma forma mecânica, apenas cumprindo as tarefas predefinidas, seguindo uma definição protocolar de cada

passo predefinido? (Sorrato & Oliver-Heckler, 1999: 118-119).

E mais adiante complementam: “Temos, portanto, um trabalho cujo controle é eminentemente do trabalhador e que não acontece se este não assumir seu papel ativo no processo”.

Dessa forma, levar em conta os saberes docentes, a sua experiência, inseri-los mesmo na gestão político-pedagógica da escola é vital para uma organização mais dinâmica, mais rica do trabalho escolar. Ainda que saibamos que boa parte do que deve ser feito é previamente delimitada por outros, seja através dos currículos, seja através da organização dos tempos e espaços escolares, tais como módulos, aula, disciplinas, tipos de avaliação, enturmação, entre outros aspectos.

Se, como afirma Charlot, somos todos sujeitos do saber, do conhecimento, se esses saberes são tecidos e mobilizados em toda trama da vida, outras interrogações colocam-se para a escola: Há outros espaços e tempos de aprendizagem para além do tempo escolar? E como a escola lida com esses espaços e tempos e como se organiza para melhor integrá-los no trabalho pedagógico?

Até então, principalmente, após o surgimento e predomínio dos chamados grupos escolares, vivemos numa lógica do trabalho escolar e pedagógico baseada na seriação, na enturmação por salas de aula com um nível de conhecimento prefixado, distribuídos em diversas disciplinas, que muitas vezes, não têm nenhuma interconexão. O ponto central do trabalho pedagógico é o conteúdo escolar e a organização central para trabalhá-los é a sala de aula, onde alunos são enturmados, de acordo com o domínio do conteúdo que a escola julga que eles têm. Em séries mais avançadas, cada docente é responsável por um conteúdo ou disciplina e os espaços de interação interdisciplinares são escassos e empobrecidos.

Como diz Rodrigues:

A organização seriada pressupõe que a função do ensino é repassar conhecimentos que já estão prontos e organizados nos livros didáticos, por exemplo, segundo uma sequência a ser estabelecida pelo plano de aula. Esse plano (o plano de aulas) procura garantir que os conteúdos só podem ser repassados e aprendidos de modo sequencial, obedecendo à precedência de cada um deles [...] Por mais que se queira discutir o papel de formação integral do educando, toda a organização escolar acaba por submeter-se a essa tarefa de transmissora de conhecimentos e habilidades. (Rodrigues, 2001: 20)

E mais adiante complementa:

Esse processo revela que o objetivo da educação escolar é o de repassar conhecimentos segundo uma metodologia de ensino que opta pela fragmentação dos conteúdos e considera ser a retenção do aprendizado o objetivo final da atividade escolar, por mais que se insista em negar esse objetivo. (Idem, 21)

Temos, portanto, na estruturação dominante da escola alguns impasses. De um lado, a maneira como trabalha e visualiza o próprio conteúdo escolar. De outro, o desconhecimento de outros tempos e espaços de aprendizagem.

Interessante, para melhor problematizarmos a questão, é a constatação de que a seriação com esse tratamento fragmentado do próprio conhecimento escolar tem um passado recente. Segundo Faria Filho (2001), a emergência da seriação em Minas Gerais (mas que pode servir de parâmetro para o restante do país) ocorreu com a construção dos grupos escolares, a partir da Reforma João Pinheiro em 1906.

A organização da instituição pública anterior a isso, as chamadas escolas reunidas, funcionava sob outra lógica: os professores lecionavam para os alunos, num mesmo ambiente, em estágios diferentes de conhecimento sobre determinado conteúdo escolar. Nesse tipo de organização escolar, o professor gozava de maior autonomia e o trabalho com os alunos ocorria de acordo com a sensibilidade, experiência e capacidade docente.

Com a industrialização e consolidação da sociedade capitalista ocorre a demanda por uma força de trabalho mais escolarizada. E as escolas isoladas vão sendo identificadas com o atraso e pouca eficácia da escola. Emergem e passam a dominar, então, os grupos escolares.

A defesa dos grupos escolares como o lugar de realização, no mundo da educação, da forma industrial de conhecer e organizar o trabalho e a identificação do movimento que institui os grupos com o progresso, como a superação do atraso, aparece em boa parte dos documentos da época. (Idem, 43)

É nessa busca da racionalização, da eficácia, que surgem os grupos escolares, trazendo em seu bojo uma expressiva ruptura cultural, organizacional e pedagógica com a organização escolar precedente. É daí que emergem o ensino seriado, a avaliação de final de ano, e toda uma burocracia de controle escolar.

O espaço do grupo escolar denota não apenas mudanças ou continuidades na forma de conceber a educação escolar e suas relações com a sociedade como um todo, mas também o aparecimento e fortalecimento de uma nova categoria profissional: as diretoras. Estas, mesmo quando se ocupavam de uma sala de aula, contavam com um espaço próprio para o trabalho. Será ainda neste espaço que estará projetada a preocupação com os aspectos higiênicos de uma grande aglomeração humana – na distribuição de banheiros e lavatórios, por exemplo –, bem como de uma racional distribuição e controle dos sujeitos. (Faria Filho, 2000: 67)

Evidentemente, não foi sem resistência que esse novo processo de organização escolar se impôs. Professores e mesmo diretoras resistem.

Conforme vimos, não foi fácil nem tranquilo para professores do início do século XX atuar numa escola seriada. Acostumados que estavam a trabalhar de outro modo, recorriam constantemente às práticas escolares anteriores para dar conta das novas exigências que se lhes impunham. (Faria Filho, 2001: 49)

As lições da história são várias. Inicialmente, desnaturaliza-se uma forma de organização escolar que para muitos parece perene — a escola seriada. “Tudo passa, tudo

sempre passará”, continua valendo mesmo aqui. Se a escola nem sempre foi assim, outros desafios podem estar demandando que ela se organize de outro jeito.

Outro aspecto que chama a atenção é a emergência da gestão sempre no lugar do controle, no respeito às normas estabelecidas por outrem. Ressignificar esse lugar, portanto, não é algo que se consegue num passe de mágica. Exige-se persistência e solidez de rumo.

Por fim, voltamos a Ribeiro, é preciso ousar outras formas de enturmação e de organização do tempo escolar, mais condizentes com uma educação enquanto processo de humanização, menos humilhante e desgastante para o aluno.

Assim, ele vai delimitar como parâmetro para a enturmação os ciclos de vida dos educando. Que seriam eles?

O seu desenvolvimento dá-se num processo contínuo, que podemos denominar CICLOS DE VIDA. Cada um desses ciclos apresenta características próprias, do ponto de vista psicológico, biológico, moral, social. Educar integralmente alguém significa participar de sua formação, desde o ciclo da vida de criança, quando ele vive uma situação de dependência quase total dos adultos, até a sua plena estatura como sujeito autônomo, quando se torna capaz de dirigir a si mesmo, tanto no plano da vida material, quanto no plano da vida cultural e moral. (Idem, 22)

Para Ribeiro (Idem) uma educação que não se reduz à transmissão de certos conhecimentos, saberes ou habilidades deve propiciar que o educando viva plenamente seu ciclo de vida, incompatível com uma educação onde a repetência o infantiliza permanentemente. E estabelece parâmetros de diferenciação entre a enturmação baseada em ciclos e em seriação:

Ora, o regime de ciclos não cria hierarquização de conhecimentos, nem se estrutura numa lógica propedêutica. Logo não pode funcionar com os mesmos critérios da seriação. Por outro lado, vamos considerar a questão da qualidade. Surpreender a qualquer observador a afirmação de que se está quebrando a qualidade da educação escolar, especialmente a pública. Esse argumento dá a entender que todos devem estar satisfeitos com a escola que existe até hoje, já que se quer manter a qualidade existente. Ora, não é

isso que temos presenciado em inúmeras discussões sobre educação. Há uma virulenta crítica à sua qualidade, e não é a introdução dos ciclos que influenciará para torná-la pior. O que se está buscando é exatamente o contrário. (Idem 25)

Além disso, aponta o deslocamento da referência do trabalho pedagógico centrado nos conteúdos para a formação humana integral do educando, ou seja, do conteúdo para os sujeitos.

Essa nova organização questiona a avaliação quantitativa, definidora da sequência escolar, e demanda uma maior autonomia dos educadores, com relação a normas e projetos preestabelecidos e exteriores a eles.

Ribeiro (Idem, 25) rebate críticas que tentam desqualificar a organização por ciclos, vinculando-a a qualquer aprovação automática. “Há um duplo erro nesse tipo de consideração sobre os ciclos: o primeiro é relativo ao processo de aprovação/reprovação, que é próprio do regime seriado, pois ao organizar o ensino de modo sequencial e hierarquizado, institui-se o modelo propedêutico no seu funcionamento, uma etapa é pré-requisito e preparatória para a seguinte”. Ao quebrar a lógica da fragmentação e sequenciação, os ciclos propiciam outro tipo de relação com o conhecimento.

Por fim, voltando ao nosso sujeito do conhecimento. Se os ciclos se centram no sujeito e na sua formação por inteiro é mais compatível com uma educação capaz de valorizar e incorporar outros espaços e tempos de aprendizagem, portanto, de dialogar com outros saberes para além dos saberes sistematizado ou saberes escolares.

Esse movimento não é de fácil implantação. Exige como já afirmamos persistência e reflexão contínua de todos os sujeitos escolares. Aos gestores cabe, sem dúvida, a capacidade de criação de espaços e climas de reflexão e experimentação. Como tudo que é novo tem uma razão de nascer, para crescer e se tornar hegemônica, uma escola democraticamente radical enfrentará desafios, vaís e vêm, resistências. Foi assim das escolas reunidas para os grupos

escolares. Será assim para qualquer mudança que atenda, realmente, as necessidades da maioria da nossa infância, adolescência e juventude.

1.4.2 O Projeto Político Pedagógico numa Construção Coletiva

Conceituando na verdade o que é projeto político-pedagógico, no sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, particípio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação. (FERREIRA, 1975, p. 1.144)

Ao continuarmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente.

Nas palavras de GADOTTI, 1994, p. 579:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade, e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível comprometendo seus atores e autores.

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e atividades diversas. O projeto não é algo, é construído e, em seguida, arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova de cumprimento das tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os envolvidos com o projeto educativo da escola. Pois, o projeto político-pedagógico deve ser na escola uma reflexão constante no dia-a-dia, é um documento norteador, ou seja, uma mistura de sinfonia com

inacabado; sinfônico porque tem que ser tocado harmoniosamente por todos, e inacabado porque em constante processo de reformulação e avaliação com todos que fazem a Instituição Escolar.

O projeto político-pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, que se diz que todo projeto pedagógico da escola é também um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. Quando se trata da política educacional ele é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. “A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” (SAVIANI, 1993, p. 93) — já na dimensão pedagógica reside a possibilidade de efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo responsável, compromissado e crítico. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

O projeto político-pedagógico ao se construir em processo democrático de decisões preocupa-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

Dessa forma, o projeto político-pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização de sala de aula, incluindo sua relação com o texto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada será importante ressaltar que o projeto político-pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade.

A principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. Portanto, é preciso entender que o projeto político-pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula. Na verdade, buscar uma nova organização para a escola constitui uma ousadia para os educadores, pais, alunos e funcionários.

E acreditamos que para enfrentarmos essa ousadia, necessitamos de um referencial que fundamente a construção do projeto político-pedagógico. A questão maior é, pois, saber a qual referencial temos que recorrer para uma compreensão coerente de nossa prática pedagógica. E para que haja essa construção e seja possível a realização, não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que eles permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma clara.

Um dos principais pontos que é preciso reforçar é que a escola não tem mais possibilidade de ser dirigida de cima para baixo, e na ótica do poder centralizado, que dita às normas e exerce o controle técnico burocrático. A luta da escola é para se ter a descentralização de poder em busca de sua autonomia e qualidade. A escola nessa perspectiva é vista como uma instituição social inserida na sociedade capitalista, que reflete no seu interior as determinações e contradições dessa sociedade.

A abordagem do projeto político-pedagógico, como organização do trabalho, da escola como todo, está fundada nos princípios que deverão nortear a escola democrática pública e gratuita: igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade, valorização do magistério.

Segundo VEIGA, 1982 p. 63:

Portanto, só é possível considerar o processo educativo em seu conjunto sob a condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e democracia como realidade no ponto de chegada.

DEMO, 1994 p. 14, afirma que:

A qualidade formal (...) significa a habilidade de manejar meios, instrumentos, formas, técnicas, procedimentos diante dos desafios do desenvolvimento.

A busca da gestão democrática inclui, necessariamente, a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões, ações administrativas, pedagógicas até desenvolvidas. Nas palavras de MARQUES, 1990 p. 21:

A participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outras formas não entrariam em cogitação.

Para RIOS, 1982 p. 77, a escola tem uma autonomia relativa e a liberdade é algo que se experimenta em situação, e esta é uma articulação de limites e possibilidades. Para a autora, a liberdade é uma experiência de educadores e constrói-se na vivência interpessoal. Portanto, “somos livres com os outros, não apesar dos outros” (grifos da autora). Se pensarmos na liberdade na escola, devemos pensá-la na relação entre administradores, professores, funcionários e alunos, que aí assumem sua parte de responsabilidade na construção do projeto político-pedagógico e na relação destes com o contexto social mais amplo.

Segundo HELLER, 1982 p. 155, afirma que:

A liberdade é sempre liberdade para algo e não apenas liberdade de algo. Se interpretarmos a liberdade apenas como o fato de sermos livres de alguma coisa, encontramos no estado do arbítrio, definimo-nos de modo negativo. A liberdade é uma relação e, como tal, deve ser continuamente ampliada. O próprio conceito de liberdade contém o conceito de regras, de reconhecimento, de intervenção recíproca. Com efeito, ninguém pode ser livre se, em volta dele, há outros que não são!

O projeto político-pedagógico é entendido, neste estudo, como a própria organização do trabalho pedagógico da escola. A construção do projeto político-pedagógico parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. A escola é concebida como espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias, que apontam para a luta e/ou acomodação de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico.

O que pretendemos enfatizar é que devemos analisar e compreender a organização do trabalho pedagógico, no sentido de se gestar uma nova organização que reduza os efeitos de sua divisão do trabalho, de sua fragmentação e do controle hierárquico. Nessa perspectiva a construção do projeto político-pedagógico é um instrumento de luta, é uma forma de contrapor-se à fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotinização, à dependência, e aos efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos da administração central.

A construção do projeto político-pedagógico, para gestar uma nova organização do trabalho pedagógico, passa pela reflexão anteriormente feita sobre os princípios. Acreditamos que a análise dos elementos constitutivos da organização trará contribuições relevantes para a construção do projeto político-pedagógico. Pelo menos sete elementos básicos podem ser apontados: as finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho e a avaliação.

A construção do projeto político-pedagógico requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões, e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório.

Finalmente, há que se pensar realmente que o movimento de luta e resistência dos educadores é indispensável para ampliar as possibilidades e apressar as mudanças que se fazem necessária dentro e fora dos muros da escola.

1.5 A Indisciplina no Contexto Social Hoje

A família como sendo o primeiro grupo social da criança, tem o papel de educá-la de forma disciplinada, impondo-lhe limites e regras a serem seguidas e respeitadas, para que ela venha a ser um adulto capaz de reconhecer-se, enquanto cidadão, respeitado na sociedade em que vive.

Considerando também o direito de cada um, enquanto cidadãos podem constatar que na atual Constituição Brasileira de 1988, na LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional) e na ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), a criança tem direito a uma família, e toda família tem dever de dar à criança além de educação, amor e respeito. Entendendo o amor e a disciplina como elementos básicos para a formação do cidadão, desde que: *“Disciplina se aprende e é do interesse de todo mundo, porque facilita a relação da gente com as coisas.”* (Lino Macedo, revista Nova Escola junho/julho, 2005, p. 25). É importante fazer uma análise mais minuciosa, para que se entenda melhor o que se pode fazer na escola, com relação ao problema da indisciplina.

É dentro de casa, na socialização familiar, que um filho adquire, aprende e absorve a disciplina, para num futuro próximo tornar-se uma pessoa disciplinada. Seus principais

modelos são seus pais ou alguém que cativa sua admiração. Pois, os filhos se espelham especialmente nos pais que em boa parte da sua infância são seus ídolos, e tentam imitá-los na forma de vestir-se, de falar e principalmente de comportar-se. É preciso que os pais fiquem atentos em si próprios para não se surpreenderem com suas crianças que muitas vezes se fantasiam de pai ou de mãe. *“O filho segue o que o pai faz, e não o que ele fala (...). O exemplo é muito importante na educação.”* (Içami Tiba, 1996, p. 149).

Conforme está expresso na atual Constituição: *“A educação, é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.*¹

Encontramos também na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 9394/96 dito que: *“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”*² Assim, na Constituição Brasileira e na LDB, a educação é dever da família e do Estado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por sua vez deixa claro que: *“Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado no seio da sua família, e excepcionalmente, em família substituta, assegurada à convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”.*³

Segundo o dicionário, o termo disciplina pode ser definido como “regime de ordem imposta ou livremente consentida. Ordem que convém ao funcionamento regular de uma organização (militar, escolar, etc.). Relações de submissão do aluno ao mestre ou instrutor. Observância de preconceitos ou normas. Submissão a um regulamento.” E disciplinar, o ato de sujeitar ou submeter à indisciplina: disciplinar tropa. Fazer obedecer ou ceder, acomodar,

1 Constituição da República Federativa do Brasil, Capítulo III, Art. 176, 1988, p. 131

2 LDB, Título II, Art., 2º, dos princípios e fins da Educação Nacional.

3 Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 19, 1996 p.4

sujeitar, corrigir: procuraram disciplinar o “instinto selvagem da criança.” E ainda disciplinável como “aquele que pode ser disciplinado.” Já o termo “indisciplinado” refere-se ao procedimento, ato ou dito contrário à disciplina; desobediência; desordem; rebelião. ”Sendo assim, indisciplinado é aquele que se insurge contra a indisciplina.”

Essas definições podem ser interpretadas de diversas formas. É possível, por exemplo, entender que disciplinável é aquele que se deixa submeter, que se sujeita de modo passivo, ao conjunto de prescrições normativas geralmente estabelecidas por outrem e relacionadas a necessidades externas a este. Disciplinado é, portanto, aquele que obedece que cede sem questionar, às regras e preceitos vigentes em determinada organização. Disciplinador é nesta perspectiva aquele que molda, modela, leva o indivíduo ou o conjunto de indivíduos à submissão, à desobediência e à acomodação. Já o indisciplinado é aquele que se rebela que não acata e não se submete, nem tampouco se acomoda, e agindo assim, provoca rupturas e questionamentos.

Segundo Márcio Ferrari: (Revista Nova Escola, junho/julho 2005, p. 25).

“Ser disciplinado. Significa ter um comportamento subordinado a Regras. Mas o que são regras? Algo que se constrói por consentimento. É como em um jogo. As regras são arbitrárias, mas a criança aceita porque gosta de jogar. Sem regras não há jogo. Para definir regras usamos o recurso da democracia. A classe toda discute, sob a condição de que todos aceitem o que a maioria decidir. O problema é que a minoria pode se recusar a cumprir. Deve-se combinar previamente que a não observação das regras implicará punições ou perdas. Um dos motivos que nos levaram a aderir à disciplina são as consequências de não nos entregarmos a ela. Convencer é diferente de impor.”

Içami Tiba (1996, p. 145) descreve disciplina “um conjunto de regras éticas para se atingir um objetivo. A ética é entendida aqui como o critério qualitativo do comportamento humano envolvendo e preservando o respeito ao bem-estar biopsicossocial”.

Entendemos com isso que a vida em sociedade pressupõe a criação e o cumprimento de regras capazes de nortear as relações, possibilitarem o diálogo, a cooperação e troca entre membros deste grupo social (sobretudo uma sociedade complexa como a nossa). Nesse sentido as normas passam a ser compreendidas como condição necessária ao convívio social.

A disciplina, nesta ótica, passa a ser vista como uma atitude de desrespeito, de intolerância aos acordos afirmados, a partir das normas existentes, do não cumprimento de regras capazes de pautar a conduta de um indivíduo ou de um grupo.

Entendo a disciplina como o instrumento necessário para corrigir o mau comportamento, desenvolvendo na pessoa a disciplina, esta não envolve justiça, castigo ou vingança. Castigo é a pena infringida ao culpado como retribuição. O castigo tem a justiça como seu objetivo e não a reforma ou o crescimento pessoal. Portanto, não podemos confundir disciplina com castigo. Para educar nossas crianças devemos ter métodos à disciplina e não o castigo, e que sua motivação deve ser o amor e não o temor. *“Ainda que eu falasse a línguas, as dos homens e a dos anjos (...) se eu não tivesse amor, eu nada seria”*. (Primeira carta de São Paulo aos Coríntios, Cap. 13).

Assim, as crianças precisam aprender a respeitar os pais. Porém o respeito deve ser conquistado através de uma vida digna. Não pode ser conquistado pela força. A finalidade da disciplina é educar para a maturidade. Os pais devem estabelecer limites para os filhos e disciplina para a desobediência. Pois *“A disciplina não depende exclusivamente de um indivíduo; (...) existem duas formas básicas de aprender a disciplina: No aprendizado ativo, há alguém que explica e alguém que aprende; no aprendizado passivo, a aprendizagem se dá pela observação do comportamento do outro, o filho absorve o comportamento dos pais”* (IÇAMI TIBA, 1996, p.149-150).

Entretanto, para haver disciplina, faz-se necessário a presença de uma autoridade saudável. Afinal, como educadores, não podemos nos esquivar de apontar os limites

necessários para as crianças se desenvolverem bem e conseguirem se situar no mundo. “A liberdade sem limites é tão negociada quanto à liberdade asfíxiada ou castrada.” (FREIRE, 1996, p.18).

Tendo consciência que cada indivíduo tem o direito de optar, de escolher aquilo que mais lhe convém, os pais devem estar sempre abertos e prontos a colaborar, participar e orientar, sem esquecer que a vida é de seus filhos e não sua. Muitas vezes, por mais que pareçam incapazes, as crianças tem capacidade de escolher, e é nessa hora que eles crescem e amadurecem, quando lhe é dada a oportunidade de decidir.

Se os pais educarem seus filhos, buscando equilibrar limites, a liberdade terá mais condições de conseguir um equilíbrio entre a necessidade de controlar e dirigir ações infantis, de exigir de seus amadurecimentos e independência, e o respeito às necessidades, capacidades e sentimentos de seus filhos.

Percebemos, nessas ações, uma educação libertadora que se distancia de uma educação “bancária” onde os filhos seriam apenas meros depósitos de regras e normas a serem seguidas, sem se preocupar com a capacidade individual de cada um optar, de criar, de questionar, de levantar hipótese e de agir conforme os seus conceitos.

O método educacional de Paulo Freire consistia em partir do universo psicológico do indivíduo, para entender processos sociais mais amplos. Acreditava-o que um dos problemas centrais do educando era lutar, vigorosamente, para alcançar o direito de se comportar como seu educador. O educador acabava se tornando modelo. No momento inicial infundindo-lhe temor reverencial; no momento seguinte, levando-o a imitar seus métodos. Em ambos os casos, impedindo que sua luta implicasse mudanças no modelo combatido. (FREIRE – 1996).

Considerado um dos mais antigos documentos históricos escritos, a Bíblia, pode perceber a preocupação do próprio Deus com a disciplina: “E agora uma palavra a vocês pais. Não vivam repreendendo e irritando seus filhos, deixando-os irados e rancorosos. Antes

os eduquem com a disciplina amorosa que o próprio Senhor aprova, com recomendação e conselhos”.

A Bíblia possui conhecimentos muito claros acerca da família e do uso da disciplina. A família não é um fenômeno sociológico de curta duração que preencheu um propósito temporário e não mais é necessário. Pelo contrário, é fundamental a toda cultura.

Percebemos que as famílias direcionam muito a educação dos filhos para o lado religioso, colocando a fé como o meio para “se ter disciplina”, como que transferindo para Cristo a responsabilidade por seus filhos serem ou não disciplinados.

A sociedade, por sua vez, precisa de estrutura para existir. Sem o respeito pela autoridade a sociedade é lançada no caos. Se as crianças não aprenderem a obedecer, nossa sociedade ruirá. Indivíduos deixarão de desenvolver respeito pela autoridade em geral, e por Deus em particular, sendo Ele um ser supremo. Na realidade é precisamente esta a situação do mundo hoje. Criamos uma geração de jovens sem limites que não aprenderam a aceitar autoridade. Estamos agora colhendo os frutos de nossa permissividade. A disciplina sob o enfoque social surge como uma necessidade de preservação e convivência entre as pessoas, se deixarmos de estabelecer limites razoáveis, treinamos nossos filhos para viverem fora de lei e se conduzirem irresponsavelmente. As crianças devem ser disciplinadas para aprenderem a crescer. Pois sobre a questão da disciplina e dos limites, este é um assunto que gera receios e ansiedades, tanto em pais como em educadores. A insegurança dos adultos é grande nesse setor, principalmente, porque ficam em dúvida se estão errando ou acertando com as crianças.

O questionamento é até importante, porém, a hesitação em se tomar atitudes é prejudicial também para elas. Todos desejam acertar com os filhos sem prejudicar seu processo de desenvolvimento. Muitas vezes, contudo, por falta de conhecimento e de habilidade desvirtuamos seus princípios.

O excesso de emoções gera complicações disciplinares, sejam as gritarias, as fortes discussões sem cabimento, além de provocar muito desgaste no ambiente familiar. Temos de construir uma relação mais madura, sem deixar que a emoção se sobreponha à razão. Precisamos, também, do amor dos filhos, e não devemos sentir medo de não sermos amados ao tomarmos atitudes de autoridade e proteção mais rígidas. Quando somos benevolentes e não damos limites às crianças, estas ficam sem referências. Frequentemente exploram essa fraqueza de forma impiedosa, tornando-se tiranas, e mantendo-nos como se fôssemos seus súditos.

Há várias formas de disciplinar uma criança e cada família deve procurar usar aquela que melhor se adequa a sua filosofia de vida. Não se faz necessário usar a força física, pois podemos interferir no mau comportamento da criança pelo diálogo, com amor, carinho e pelos exemplos como falamos no parágrafo anterior, além de poder fazer uso do reforço, ou seja, o fortalecimento dos bons comportamentos. A cada boa ação, a criança recebe um elogio, um carinho. A cada mau comportamento, o filho seria chamado à atenção, mostrando-lhe onde errou, e porque aquela atitude não é bem aceita pela família. Dessa forma, evitam-se as palmadas e os gritos que também são formas de agressão.

Tânia Zagury (2000, p. 131), diz:

“Bater é um atestado de fracasso que os pais passam a si próprios. (...). Cada vez que conseguir evitar a palmada será uma vitória que o encaminhará a solução e atos mais maduros com os filhos” (...) “Existem formas infinitamente mais eficientes e humanos de manter a disciplina, com mensagens bem mais positivas do que agressão física.” (TÂNIA ZAGURY, 2001, P. 51)

Todas as crianças têm necessidade de serem orientadas para que possam aprender a conviver em sociedade. Ao educá-las, temos que ter certas tolerâncias adequadas às necessidades, sentimentos e desejos coerentes com cada fase de seu desenvolvimento. Elas

estão descobrindo o mundo, buscando entendê-lo, e isso é feito com barulho, alegria e travessuras. Não podemos permitir comportamentos destrutivos, atos indesejados e agressivos, porque isso lhes seria prejudicial, já que têm “desejos” que podem por em risco sua própria vida. Os desejos podem ser identificados e expressos, mas os atos perigosos deverão ser limitados e corrigidos. Podem falar sobre a vontade que têm de jogar seu irmãozinho pela janela, de dá-lo para alguém, por puro ciúme, mas não vamos deixá-las que o mordam ou belisquem!

“Quando toleramos sentimentos, comportamentos e ideias que não lhe causam risco, fortalecendo-lhe a confiança, a aceitação, a proximidade e a sua própria expressão, além de estimular a intimidade saudável no convívio familiar. São fundamentais que tenham limites e disciplina, elementos formadores do caráter de uma pessoa. Bem orientadas, desenvolverão sua própria capacidade de autodisciplina e não precisarão ser repreendidas insistentemente”. (...) “Temos a tarefa de preparar os filhos para se tornarem adultos, capazes de direcionarem suas vidas de uma maneira saudável. Desde pequenos, deve ser orientado sobre o que podem ou não fazer, o que é permitido ou não dentro de seu ambiente. E para que isto aconteça é necessário muito afeto, carinho, tolerância, disciplina e limites”. (OLÍMPIA, p. 102-104).

Portanto, se a família estiver alicerçada em algum princípio educacional, se os pais estiverem realmente imbuídos da importância da transmissão de valores aos filhos, se tiverem um mínimo de segurança e de clareza de objetivos, certamente, os filhos se espelharão em seus exemplos e em suas atitudes. Devemos cultivar a sabedoria sobre nós mesmos, para que não percamos nossa identidade. Enquanto famílias, não são obrigadas a responder à globalização e a fugir das nossas próprias referências, mas procurar saber escolher o que é mais importante, o que a criança realmente deve aprender para se tornar um adulto capaz, feliz e independente.

1.5.1 Educação na Família Hoje – A Tarefa dos Pais

Considerando que a educação se dá primordialmente no nível familiar, é na relação com a mãe ou com quem exerce a maternagem, que se dá a constituição do aparelho psíquico.

É na criança que a família projeta o futuro de sua descendência. Assim, é muito importante que a família envie a criança à escola, para vivenciar a tensão conhecido / desconhecido, que produz a lapidação do aparelho psíquico.

Ao nascer, segundo a Psicanálise, a criança goza da posição de planta; de pedaço de carne; está na posição de gozo, usufruindo as condições que lhe permitem a circunstância. Todos nascem não falantes. Na origem do nosso aparelho psíquico há uma suposição delirante de nossas mães que nos acham maravilhosos, espertos, inteligentes, faladores, etc. Mais tarde, aparecem juntos a lei e o desejo. Na medida em que aparece a lei, que dá limite, a criança deixa de ser *gozante* e se coloca *desejante*. E isso ocorre quando ela incorpora a condição da lei (SEBER, 1977, p. 63).

A partir daí, tem que mediar seu desejo o tempo todo pela linguagem, submetendo-se a um modo possível de realização de um desejo. Os pais fazem isso acontecer naturalmente, pois a criança não pode ter usufruto pleno, mas subjugar-se a uma série de princípios, e é o pai que transmite com sua função de se interpor a esse imediatismo.

O que desperta o nosso desejo é o desejo materno. A tarefa das mães, mais que dar comida é inserir no simbólico. A partir do momento em que a mãe passa a investir na criança as coisas podem se objetivar. Passa a ser mãe fálica, porque detém o objetivo da falta. É preciso entrar uma terceira figura para acabar com a relação narciso e incestuosa entre mãe e filho. A figura paterna representa esse corte em relação à mãe e seu filho. O que está em jogo na função paterna é a lei da proibição da incesta lei psíquica, que dá condições ao indivíduo de entrar numa cultura de lei, porque não há lei sem cultura, nem cultura sem lei.

“Na educação familiar transmite-se um nome, uma tradição, uma neurose familiar, uma vez que cada família tem seu folclore básico, para que o sujeito conquiste o campo de enunciação no universo da família. E a criança se surpreende quando entra no universo da escola, porque entra no universo desconhecido, no qual é tratada de forma diferente do que é na família. E a escola pressupõe o esquecimento da família, porque, para a criança ir bem à escola ela tem que esquecer a mãe e o pai, distanciar-se deles” (OLÍMPIA, 2002, p. 68).

Hoje a família não mais acredita em como a escola está lidando com a criança na parte disciplinar. Por exemplo, mãe que é chamada pela escola, vem brava e desacredita do trabalho da instituição, fala mal da escola, do professor e da equipe pedagógica na frente do aluno, que piora muito, ao invés de melhorar, o que era o objetivo da conversa conjunta. Para isso, muito contribuiu o fato de que, se antigamente, a mulher do lar fazia todo o trabalho paralelo de atendimento complementar à criança na escola: cuidavam do uniforme, materiais, lanches, higiene pessoal etc., o pai não sofria o desgaste cotidiano da autoridade. Ele era poupado. A mãe administrava o cotidiano e fazia a mediação dos conflitos.

Nos modelos de casamentos de hoje, a felicidade pessoal de cada um vem em primeiro lugar, e a criança é sacrificada. Há, em todos os pais, uma culpa que eles procuram compensar através de consumismo, comprando tudo para as crianças ou “comprando as crianças”, para compensar sua ausência. Essa culpa leva à falsa ideia de que felicidade é fazer o que a criança quer. Dessa forma, a vida familiar encontra-se desestruturada. Por exemplo, crianças e adolescentes dormem a hora que querem, quando e onde querem.

Se os pais souberem usar sua autoridade sem serem autoritários, e agirem com intenções honestas, clarificando seus pontos de vista ao tomar uma decisão, os limites ficarão bem estabelecidos para crianças e para o jovem, o que contribuirá, e muito, no momento de entender a autoridade fora do lar.

“A estrutura familiar precisa adaptar-se às circunstâncias novas e transformar determinadas normas sem deixar, no entanto, de construir um modelo de referência para os seus membros”. Aquino (1996 P. 98)

Assim, essa criança na família não é mais tratada como tal, mas como adulto, com independência. Ao mesmo tempo, a escola está tentando, nos velhos moldes, colocá-la como criança, mas coloca a criança no lugar de aluno, e repete a família.

De acordo com os estudos científicos, para haver mudança, tem-se que saber lidar com o fato de que não é culpa da família. Não é benéfico procurar culpados, pois o problema está em todos os lugares. Os adultos, portanto, têm que sair da posição de culpados.

Segundo Içami Tiba (2002, p. 27):

“Para destacar a importância da figura materna na família, não é justo nos referirmos ao casal como ‘pais’, porque a mãe então desaparece, pois, quando a escola convoca os pais, quem mais atende são as mães, e quando mães são chamadas nenhum pai comparece à reunião. O pai é sempre mencionado e reverenciado. Merece os louros da família. Mas, na maioria das vezes, os filhos ainda são responsabilidade da mulher, mesmo que ela trabalhe fora e sua participação no orçamento familiar seja maior que a masculina. Ainda sobrevive a cultura de que a última palavra é a do pai. É ele quem manda. A mulher sai para o mercado de trabalho sem deixar, contudo, de ser mãe. E nem por isso os homens se tornaram mais pais. Só recente alguns começaram a participar mais da educação dos filhos.” “Mães e Pais duas faces da mesma moeda”.

De modo geral, a adolescência chega a ser definida com algumas características especiais, pois é de suma importância e responsabilidade dos pais, terem um olhar e uma atenção toda voltada para seus filhos. Zagury, ao tratar dentre as necessidades dos adolescentes e as tarefas dos pais, deixa bem claro, que as necessidades dos adolescentes são: ter amor e afeto, segurança, ambiente familiar tranquilo que dê suporte as frequentes crises de insegurança e identidade, pertencer a um grupo de amigos positivos e saudáveis, privacidade e respeito, projeto de vida e objetivos imediatos e claros, respeito e compreensão em relação às

dificuldades que atravessa liberdade para tomar decisões e agir nos aspectos para os quais já apresenta maturidade e capacidade, e finalmente, limites que o ajudem a se proteger da própria imaturidade e onipotência e ter valores éticos etc. (ZAGURY, 2001: 141).

As tarefas dos pais são definidas a partir de algumas características que precisam ser bem apreciadas e cumpridas perante seus filhos adolescentes. Procure dar afeto mesmo que eles demonstrem não querer, ou exibam até mesmo certa aversão ao contato físico com os pais, não acreditem. Eles precisam de amor. Demonstrar compreensão é muito importante, pois os pais têm que ter conhecimento e muita clareza sobre as características normais da idade, para que possam aceitar melhor certa postura, que à primeira vista, podem parecer totais desafios ou enfrentamentos. A capacidade inesgotável de se opor, por exemplo, poder tirar do sério qualquer pai ou mãe, por mais bem intencionados que sejam. Portanto, vale a pena conhecer bem essa fase para deixar passar algumas coisas, em troca de lutar pelas causas que, de fato, não podem ser deixadas de lado. Algumas regras e normas que regem a família devem, no entanto, ser claramente enunciadas, especialmente aquelas que dizem respeito à formação de hábitos relativos a uma vida saudável, responsável e ética. Seja coerente às normas de disciplina. Lembre-se sempre de que as melhores normas são aquelas passíveis de serem cumpridas. Não estabeleça regras que seu filho não possa cumprir. Estimule positivamente, buscando diminuir a insegurança e a baixa autoestima da idade. (ZAGURY, 2002: 142).

Portanto, a responsabilidade dos nossos filhos está nas mãos e no controle emocional de cada família, pois ser adolescentes requer uma atenção especial dos pais, que na qual desperta na gente e neles o prazer de participar, de produzir e de mostrar suas capacidades de tornarem adultos, sem precisar que os pais digam que chegou a fase adulta.

1.5.2 Escola Como Um Lugar Privilegiado de Disciplinas e Limites

Em seu livro “Infância e Ilusão (Psico) Pedagógica”, Leandro de Lajonquiére diz que:

“As formas escolares passadas não retornam. Porém, isso não significa que não devamos manter vigentes, de outra forma, o espírito que viu nascer à escola moderna. Nesse sentido, todas as iniciativas que visam recolocar, de fato e de direito no imaginário social, a escola como um lugar de trabalho, cultura e prosperidade social, tornam-na novamente imune à violência. Em particular, cabe lembrar que todas as escolas paulistanas que, durante algum tempo funcionaram também como centros de recreação social e cultural para jovens deixaram de serem objetos de depredações, bem como palco de atos violentos.” (2002, p. 85)

A escola, considerando-se a sua função social, é um dos lugares que deve garantir efetivamente a relação de cidadania. Nela a criança pode estabelecer pactos, contratos, reações sociais, não se limitando a sua singularidade de ensinar a ler, escrever, fazer contas, raciocinar, apenas. Entretanto, o que tem que ser visto com relação à dinâmica escolar e a participação do aluno como parte integrante da escola é que:

“É preciso dar lugar ao discurso coletivo da instituição na qual o aluno está inserido: a dinâmica escolar. E a escola é um cenário propício a equívocos: quer homogeneidade; mas as diferenças se revelam e saltam aos olhos dos professores. Há uma espécie de contradição do próprio sistema, que fomenta a competição e que homogeneidade.” (MANNONI, 1998).

Na escola, os alunos estão dentro do circuito das trocas sociais, e a própria lógica de funcionamento social tende a excluir os que têm problema. Agindo por dever, o professor vai educar e mostrar o que é certo, que em última instância, significa colocar para fora o aluno que está atrapalhando, e reprovar o que não aprendeu os conteúdos necessários à série / ano seguinte. Nesse contexto, em seu livro “Infância e Ilusão (Psico) Pedagógica”, o Professor LAJONQUIÉRE, destaca:

“Que o espírito pedagógico hegemônico responde à violência que invade as escolas na contramão dos valores não imediatistas que inspiraram a tradição educativa (...) cifra suas esperanças em grades, alarmes, policiamento e psicólogos, relegando, assim, para um segundo plano mesmo aquele das expectativas! – ações rimadas com cultura e trabalho. Isto é, um lugar de manter-se o fio da meada da tradição que, outrora, fez a escola impermeável à violência urbana, hoje, responde-se com a mesma lógica que impera nas ruas. Responder dessa forma não só não equaciona a violência como também infertiliza a própria educação escolar.” (2002, p. 84)

O aluno precisa saber que aprender custa esforço e nem sempre é algo agradável. Por isso, a escola é obrigatória e não faz parte da escolha dos pais. Na prática educativa diária, podemos perceber claramente que os alunos que hoje frequentam os bancos escolares apontam, embora de forma inconscientes, que não aceitam o ensino da forma que está. Com essa recusa, ao mesmo tempo, estão provocando uma transformação da nossa prática educativa, pois nos estimulam / impulsionam a refletir sobre o nosso papel enquanto educadores, bem como na urgência que temos em nos reciclar e adotar posturas seguras, condizentes com os desafios que se nos apresentam.

O fato de a indisciplina vir se repetindo constantemente leva-nos a pensar que o adulto / professor não tenha percebido que em seu papel está previsto ser desafiado pelo jovem. É preciso saber que essa oposição do aluno pode ter um papel construtivo, e que para se diferirem, os jovens precisam disso como um jogo necessário.

Nesse momento, é preciso que o professor se distancie um pouco para perceber as várias interfaces da questão. Perceber, inclusive, as oposições e conflitos que ocorrem porque ele mesmo dá munção, uma vez que, enquanto ele estiver muito misturado na situação, sua capacidade de discernimento fica limitada. E, como o adulto da relação, ele precisa estar minimamente distanciado, a fim de enxergar o que é inerente ao seu papel docente e exercer, assumir sua função por dever.

Para formação a que se desejam, os alunos precisam não apenas aprender a obter informações, mas necessariamente saber selecioná-las, dotando-as de valores que lhes permitam se posicionarem na vida. Para tanto, precisam olhar o professor e acreditar que aquilo que ele ensina serve para interpretar seus problemas e assumirem uma posição. Precisamos examinar as razões porque as crianças fracassam, e elaborar uma filosofia capaz de conduzir a uma atmosfera em que o êxito seja possível, principalmente quando se trata de indisciplina escolar.

Disciplina e incentivo ao estudo. Segundo Vera Lúcia, para entender melhor o que é disciplina, podemos pensar no que acontece conosco. Muitas vezes vivemos experiências das quais não gostamos que nos magoassem, mas não é por essa razão que vamos assumir atitudes grosseiras, xingando ou agredindo, porque temos autocontrole, temos respeito às pessoas e às leis, enfim somos disciplinados.

Quando pequena, a criança ainda não é capaz de controlar seus impulsos nem de obedecer às ordens apresentadas pelos pais, e muitas vezes, faz birra para conseguir o que quer, por esse motivo, desde cedo ela precisa de alguns limites para aprender a controlar-se, seguir regras e normas. O autocontrole é uma condição básica para adaptação às responsabilidades da vida adulta. Mas a criança só conseguirá esse autocontrole se vivenciar a disciplina de casa. Uma educação apropriada requer equilíbrio entre liberdade e encorajamento para se expressar, de um lado, e o treino para aceitar limites, de outro. A criança precisa aprender que nem sempre vai poder ter tudo aquilo que quer, na hora que quer.

O autocontrole é aprendido e a criança irá adquiri-lo somente através de atitudes firmes, delicadas, razoáveis e conscientes por parte dos pais. Dessa forma, quando ela chegar à escola, vai ser capaz de acatar o que lhe é ensinado e de respeitar as regras, facilitando, assim, tanto sua adaptação como sua aprendizagem escolar.

Segundo Vera Lúcia, algumas dicas que podem facilitar a aprendizagem escolar, ou seja, aprendizagem vinda do próprio lar. São:

- Procure manter a casa organizada, com cada coisa no seu lugar, e fazer com que a criança participe dessa organização interna, necessária, para as aprendizagens escolares;
- Estabelecer algumas prioridades para as atividades do dia-a-dia. Nem sempre conseguimos fazer tudo o que queremos, mas nessas prioridades, devem estar incluídas as necessidades escolares da criança;
- Criar uma rotina para as atividades do lar, inclusive para as tarefas escolares da criança, com horário e lugar adequado;
- É importante também que os pais estejam a par das atividades escolares dos filhos, tanto na escola como em casa: os pais precisam estar sempre em contato com a escola e também, na medida do possível, manter uma relação de cordialidade com a professora, unindo-se à escola, a fim de ajudar os filhos. A orientação para as tarefas escolares também é necessária;
- Oferecer oportunidades para que a criança participe dos acontecimentos do dia-a-dia com a família é uma forma de proporcionar-lhe melhor conhecimento do mundo em que vive. Com essa participação, a criança vai tendo oportunidade de expressar suas ideias, desenvolver a linguagem e ampliar noções que são básicas à aprendizagem, não só da leitura e da escrita, mas também de matemática, geografia, história e ciências;

- Ensinar a criança a compreender e respeitar as regras da convivência social, a fim de que se adapte ao ambiente escolar, onde se espera que ela respeite as outras pessoas, esse ensino começa no respeito com que nós, adultos, devemos tratar nossos filhos, sem abrir mão do papel de educadores.

Alguns aspectos do incentivo à continuidade dos estudos da criança estão muito relacionados ao que os pais esperam de seus filhos quanto aos estudos. Há pais que criam a expectativa de que seu filho jamais terá alguma reprovação; outros esperam que o filho seja sempre o melhor da classe, ou que nunca encontre problemas na escola; outros ainda, que o filho irá chegar a uma universidade. Por outro lado, existem pais que não creem na capacidade do filho, achando que ele sempre irá causar problemas na escola; outros julgam que tudo o que o filho faz é errado, e que provavelmente, nem conclua o primeiro grau. Todo pai e toda mãe alimentam algum tipo de expectativa em relação ao estudo dos filhos.

Essa expectativa da família tem grande peso na vida escolar da criança, pois é em casa que ela adquire sua motivação para aprender, ao mesmo tempo, em que vai formando suas próprias expectativas em relação ao futuro, ou seja, vai percebendo aquilo que vai poder ser quando crescer. Já na fase escolar, a criança vai tendo ideias, mesmo que vagas, sobre o seu futuro, e essas ideias vão sendo formadas com a ajuda dos pais. De acordo com as expectativas que eles têm em relação à criança, eles darão seu incentivo. (LÚCIA, 2002, p. 80).

1.5.3 Indisciplina e Aprendizagem Escolar – O Papel do Professor

Os professores costumam conceituar disciplina como sendo uma composição de fatores como: criatividade, responsabilidade, respeito, organização e comportamento adequado. A disciplina é um veículo essencial para levar a educação aos alunos, por isso, é muito importante que ela seja aplicada de forma flexível, observando a turma por inteira. Desde que, teoricamente, *“a disciplina não depende exclusivamente de um indivíduo: pressupõe a existência do disciplinador e do disciplinado em função de um objetivo, num determinado contexto.”* (IÇAMI TIBA, 1996, p. 150).

Para que o professor possa desempenhar bem suas funções e alcançar os objetivos traçados, deve-se criar um ambiente de harmonia em sala de aula. A autoridade de um professor é construída: tanto na sua preparação que deve ser adequada para o exercício da docência, sua preparação técnica científica, e no compromisso com a sua profissão, na qual não pode se eximir da imensa responsabilidade, de ser um modelo ao educando. Suas qualidades, seus valores, até seu temperamento, vão sendo agregados pelos alunos que a esses vão atribuindo juízos que valorize o que podem contribuir para a definição da personalidade do jovem. PAULO FREIRE (1992 p.11) faz uma reflexão bastante significativa sobre isso quando afirma: *“É na fala do educador no ensinar (intervir, devolver, encaminhar) expressão do seu desejo casado com o desejo que foi lido, compreendido. O professor é peça fundamental no processo educacional, pelo papel que ele representa diante do aluno como educador e transmissor de conhecimento.”*

Independente de qualquer dificuldade a disciplina é o ponto chave para se alcançar o sucesso na educação. Por isso, o professor deve buscar conhecer a individualidade de cada aluno, e mantê-los informados dos seus direitos e deveres, e trabalhar junto deles para que estes sejam cumpridos. Dessa forma, o aluno terá consciência de que deve ajudar o professor, para o bom desempenho da atividade de docência.

Pois ser professor hoje implica muito mais que simplesmente dominar conteúdos. Ele deve ter noção de equilíbrio emocional, para poder compreender determinadas situações em sala de aula, para que possa assumir e desempenhar bem suas funções. O aluno por sua vez, não é mais aquele cidadão, que chegava à escola simplesmente para aprender a ler, escrever e contar. O estudante vem à escola, muitas vezes, para desafiar o professor, instigam-no a dar tudo de si, com “paciência” e “sabedoria”.

Se o professor se mostrar temeroso em enfrentar a sala de aula, os estudantes percebem que ele não tem controle sobre a turma e a sala, dessa forma, ao invés de ser um lugar agradável para apropriação dos conhecimentos, se tornará um ambiente desagradável para ambas às partes, trazendo prejuízos para o professor e para os alunos, que estão envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Segundo Içami Tibas (1996, p. 99):

“A disciplina escolar é um conjunto de regras que devem ser obedecidas para o êxito do aprendizado escolar. Portanto, ela é uma qualidade de relacionamento humano entre o corpo docente e os alunos em sala de aula (...). Como em qualquer relacionamento humano, na disciplina é preciso levar em conta as características de cada um dos envolvidos: professor, aluno e ambiente”.

Por outro lado, a indisciplina é o somatório de problemas familiares, pessoais e da influência da televisão, a falta de cooperação familiar. Hoje é comum ver as crianças fazendo o que querem, sem respeitar os professores nem os pais, assim afirmam os professores.

Sabemos que a indisciplina se gera a partir da falta de limites na criança que não tem horário para nada, que faz tudo o que deseja que nunca receba um “não” como resposta. Assim, tornar-se-á uma pessoa “incapaz” de manter relações sociais saudáveis, estando sempre a criar problemas em qualquer grupo social a que pertença.

É por isso que é preciso que as crianças aprendam desde pequenas, que tudo tem hora para começar e para terminar, e que as outras pessoas têm tanto direito quanto elas. Torna-se necessário saber dizer “sim” e “não” na hora certa, para que sejam equilibradas e saibam respeitar os seus semelhantes.

Algumas premissas pedagógicas fundamentais, segundo Júlio Groppa Aquino: a nosso ver, deixou bem claro alguns princípios éticos e balizadores de nosso trabalho, e estes implicam, inicialmente, quatro elementos básicos, a saber:

- *O conhecimento*, que é o objeto exclusivo da ação do professor. O âmbito de atuação do professor é o essencialmente pedagógico. Portanto, ater-se ao seu campo de conhecimento e sua regra particular de funcionamento, nunca a realização dos hábitos, é uma medida fundamental;
- *A relação professor-aluno*, que é o núcleo do trabalho pedagógico, uma vez que o aluno é nosso parceiro, corresponsável pelo sucesso escolar. Mas é fundamental que seja preservada a distinção entre os papéis de aluno e de professor. Não se pode esquecer nunca que é dever do professor ensinar, assim como é direito do aluno aprender. Isso nem sempre é claro ainda para o aluno, principalmente, aqueles do ensino fundamental, o que não significa que o mesmo deva acontecer conosco;
- *A sala de aula*, que é o contexto privilegiado para o trabalho, o microcosmo concreto onde a educação escolar acontece de fato. É lá, e apenas lá, que se equacionam os obstáculos e que se atinge uma possível excelência profissional. Assim, mandar o aluno para fora de sala (e no limite para fora da escola) é um

tipo de prática abominável, que precisa ser abolida urgentemente das práticas escolares brasileiras;

- *O contrato pedagógico.* Trata-se da proposta de que as regras de convivência, muitas vezes implícitas, que orientam o funcionamento da sala de aula – e daquele campo de conhecimento em particular – precisam ser explicitadas para todos os envolvidos, conhecidas e compartilhadas por aqueles inseridos no jogo escolar, mesmo se elas tiverem de serem lembrados (ou até mesmo transformadas) todos os dias. Portanto, a medida mais profícua é a seguinte: jamais iniciar um curso ou um ano letivo sem que as regras de funcionamento dessa “sala de aula / laboratório” sejam conhecidas, partilhadas. E se possível, negociadas por todos. É na medida em que todos se sentem corresponsáveis pelo “código” de regras comuns que se pode ter parceria, solidariedade, um projeto conjunto e contínuo – o que no caso do trabalho pedagógico, é mais do que necessidade, é uma exigência. (GROPPA, 1999, p. 65).

Gostaríamos de finalizar esse breve discurso no tema disciplinar com a proposição de cinco regras éticas, que Júlio Groppa assim denominou para todo o corpo docente, as quais falam por si mesmas. Se o professor levar em consideração essas possíveis balizas de convivência no seu trabalho cotidiano, os seus “problemas” disciplinares deixarão de ser prioritários, uma vez que elas instauram a intervenção do professor, e não as condutas da clientela, como norte da ação escolar. Também em nosso ponto de vista, tratam-se do único antídoto contra o fracasso escolar, ou os tais “distúrbios de aprendizagem”, e até mesmo contra a terrível falta de credibilidade profissional que nos assola, e da qual padecemos tão severamente nesses últimos tempos. E quais são essas regras?

- A primeiríssima regra implica na *compreensão do aluno-problema como um porta-voz das relações estabelecidas em sala de aula*;
- A segunda regra ética refere-se a *dês-idealização do perfil de aluno*;
- A terceira regra implica a *fidelidade ao contrato pedagógico*;
- A quarta regra é a *experimentação de novas estratégias de trabalho*;
- A última regra ética, e com a qual encerraremos nosso percurso, é a ideia de que dois são os valores básicos que devem presidir nossa ação em sala de aula: *a competência e o prazer*. (GROPPIA, 1999, p. 60).

Como vimos, disciplina é um termo relativo, onde o que para uns é indisciplina, para outros pode não passar de um estado de espírito, depende de quem vê e como vê a indisciplina. Para algumas pessoas ela pode ser bastante produtiva, enquanto que para outros, pode representar perda total do planejamento e dos objetivos desejados.

1.5.4 Gestão da Sala de Aula para Prevenção da Indisciplina: Que Competências? Que Formação na Docência Superior?

A indisciplina é um dos principais problemas da escola atual e um dos maiores problemas com os quais se confrontam os professores principiantes. Tendo por base as experiências vividas em sala de aula. A indisciplina em sala de aula pretende-se nesta comunicação refletir sobre as competências de gestão da sala de aula que consideram necessárias para prevenir e lidar com situações de indisciplina, as suas concepções sobre a

formação inicial de professores, e as principais dificuldades dos professores neste contexto. A partir dessa reflexão, tecemos considerações sobre o currículo, indisciplina, e modelos de formação inicial de professores.

A indisciplina em sala de aula apresenta-se, hoje, pela dimensão que tem vindo a adquirir como um dos maiores problemas da escola atual. Segundo AFONSO (1995), citado por ESTRELA (1996, p. 35) “os resultados de uma sondagem feita em uma instituição apontam para a percepção generalizada de problemas disciplinares, violência e falta de civismo, num ambiente marcado pela falta de autoridade e pelo facilitismo”.

O papel do professor, tradicionalmente confinado à transmissão de conhecimentos, teve de evoluir, e o professor tem hoje de ser um gestor da sala de aula, um organizador da aprendizagem, detentor de um conjunto de competências relacionais a partir das competências didáticas e das inerentes à matéria que leciona.

A preparação dos professores para os aspectos relacionais em geral, e particularmente, para os aspectos disciplinares é uma das nossas preocupações, podendo a gestão da sala de aula (para prevenção da indisciplina) dar, relativamente a estes últimos, um importante contributo. “O problema central da indisciplina poderá ser consideravelmente reduzido se ajudarmos os professores a tornarem-se organizadores mais eficazes da aula, relatando possíveis erros, que enquanto professores cometeram em sala de aula”. Na carreira dos docentes a indisciplina ocorre por uma série de fatores, porém alguns desses fatores, o próprio professor é quem provoca. Não estamos eximindo a parte que cabe a:

- Família;
- Gestão;
- Governo;
- Aos astros, seja lá quem for que nós queiramos transferir a culpa.

Os seis grandes erros cometidos por educadores são:

Erro n° 1 – Disciplinar toda a sala de aula de uma só vez;

Erro n° 2 – Bater boca com o aluno, ao invés de dar a direção do que fazer;

Erro n° 3 – Ameaçar, ameaçar, ameaçar e não cumprir;

Erro n° 4 – Uso da linguagem não verbal de forma inadequada;

Erro n° 5 – Aula chata do começo ao fim;

Erro n° 6 – Falta de Planejamento Pedagógico.

Pois, a formação inicial de professores é de suma importância neste contexto social pedagógico; quanto ao educador, um papel a desempenhar muito importante é o de procurar evitar esses erros, para não chegar a cometer outros mais graves, apesar de se justificar cada vez mais, uma formação docente que contemple o caráter essencialmente relacional da função professoral, e nela integre uma preparação para a prevenção dos problemas disciplinares na turma e na escola, os programas de formação inicial e contínua de professores parecem que continuam a atribuir um lugar menor a esses aspectos, quando não mesmo a ignorá-los.

Neste sentido, algumas das questões que se nos colocam são: “Que competências de gestão da sala de aula podem contribuir para os educadores, para a prevenção da indisciplina em sala de aula?” “Que dificuldades os professores manifestam na sua prática pedagógica?” “Em que medida a formação responde às suas necessidades e os prepara para os desafios com que se deparam na sala de aula neste contexto?” Estas reflexões têm por base um estudo realizado a partir de entrevistas e observações de aulas, de quatro professores, de uma instituição com Licenciatura em Pedagogia, com uma entrevista a seis professores de uma instituição de formação de professores, que representavam, à data do estudo, a totalidade de

orientadores dessa instituição. Os professores participaram num programa de formação cujo objetivo era desenvolver a capacidade de reflexão sobre os seus desempenhos e aperfeiçoar competências de gestão da sala de aula para prevenção da indisciplina. Os resultados obtidos apontam no sentido de que a formação contribui para o aperfeiçoamento dessas competências, se bem que algumas delas necessitem mais tempo para se obterem melhorias significativas. O fator tempo é importante para se atingir a mestria pedagógica HUBERMAN (1989).

A formação de professores é hoje considerada simultaneamente uma das “pedras angulares do projeto de reforma do sistema educativo” (GARCIA, 1995, p. 54) e um ponto crítico deste processo (CORTESÃO, 1991; FERRY, 1987; ESTRELA e ESTRELA, 1977) e segundo PERRENOUD (1993), tem sido o bode expiatório de quase todas as críticas do sistema escolar.

A insatisfação da sociedade ocidental, causada pelo fato da preparação científico técnica, ou da formação cultural e humana, não ter alcançado o grau de satisfação prometido (GOMEZ, 1995), tem contribuído para que a formação de professores tenha vindo progressivamente a ganhar protagonismo, e o professor seja hoje o foco das atenções. Isto está bem patente nas seguintes afirmações de PATRÍCIO (1989, p. 232): “Uma sociedade que queira construir um futuro de prosperidade e de felicidade para os que a compõem tem de investir a fundo na educação”; o professor “é um elemento-chave no funcionamento da escola e no êxito ou inêxito de todas as políticas educativas que adotarmos (...) a aposta na educação (...) não pode deixar de ser a aposta no professor como principal instrumento de realização da educação escolar”.

Se parece inegável que “nenhum outro corpo profissional produzirá, em longo prazo, efeitos tão importantes no futuro da sociedade” (LESOURNE, 1988 cit. por RODRIGUES e ESTEVES, 1993, p. 39), o que justifica a preocupação atual com a formação do professor, parece-nos também que ela não pode ser considerada panaceia para todos os males nem “um

meio miraculoso que permitiria ultrapassar os limites e as contradições do sistema”. (PERRENOUD, 1993, p. 94).

No entanto, dado o ritmo das mudanças sociais, os processos de mudança para um novo sentido de escola e de educação escolar não podem estar dissociados da formação de professores. Estas mudanças têm-se repercutido na concepção da formação e nos modelos a utilizar, e atualmente, segundo PATRÍCIO (1989, p. 240), “o professor que a lei de Bases do Sistema educativo determina que se forme é praticamente idêntico ao que vem sendo formado no âmbito das licenciaturas em ensino. É agora, já dentro do modelo, e não lutando por outro modelo, que os avanços qualitativos têm de ser conseguidos”.

Em Portugal existe uma diversidade de modelos de formação de professores (ESTRELA, 1990), uns sequenciais, outros integrados, mas é necessário ter consciência que mesmo quando oficialmente se adotam estes últimos, a integração é por vezes, mais formal do que real.

Apesar das questões que a formação suscita a “fé” nela depositada parece assentar em dois pressupostos: por um lado que ela tem repercussões nas práticas do professor, isto é, que é “um meio privilegiado de ação”; por outro lado que a transformação das práticas contribuirá para mudar a escola, e possivelmente o homem e a sociedade (PERRENOUD, 1993, p. 93). Para o autor, sendo a formação inicial, o início do processo de desenvolvimento profissional docente, “merece ser periodicamente repensada em função da evolução das condições de trabalho, da formulação do pedido, das tecnologias ou do estado dos saberes” (pg. 137). É como um contributo nesse sentido que vemos esta reflexão, realizada a partir do estudo atrás referido.

Assim, a partir das opiniões expressas pelos professores, foi possível identificar um conjunto de competências que consideram necessárias para uma gestão bem sucedida da sala de aula, bem como as concepções que têm da formação inicial e fazer emergir as necessidades

de formação dos professores. No que respeita à gestão da sala de aula para prevenção da indisciplina, distinguem-se, do ponto de vista temporal, estratégias específicas do início do ano, mas também estratégias prévias à condução das atividades em sala de aula, mas determinantes para o seu sucesso; estratégias para estruturar o início da aula; estratégias de motivação e manutenção do interesse do grupo-turma; estratégias para manter um ritmo adequado de aula; estratégias de vigilância e controle dos comportamentos; estratégias conducentes a relações interpessoais positivas.

Três aspectos parecem merecer maior importância: o controle dos comportamentos, como preocupação dominante, a evidenciar que a indisciplina é o maior problema com que os professores se confrontam em sala de aula; as estratégias de início do ano, reveladoras da importância da aprendizagem de comportamentos e procedimentos nesta fase, e ainda, de que os primeiros encontros entre professores e alunos são determinantes para o que vai acontecer ao longo do ano; a motivação e manutenção do interesse do grupo-turma, que ao evitar a saturação e aborrecimento dos alunos, evita correr riscos dos alunos desmotivados se tornarem desviantes. Esta diversidade evidencia a complexidade da gestão da vida na sala de aula, e a necessidade de procedimentos conjugados na abordagem à gestão da aula, para prevenção da indisciplina, no sentido de que “as atitudes e comportamentos a serem descritos complementam-se e reforçam-se uns aos outros, para formar uma abordagem sistemática e internamente consistente” (GOOD e BROPHY, 1978, p. 167).

No global, foi identificado um leque de competências de gestão da sala de aula, para prevenção da indisciplina, que pensamos poder agrupar em três grandes blocos: gestão do ambiente de ensino-aprendizagem; gestão da instrução; gestão dos comportamentos. O primeiro bloco abrange estratégias de início do ano, estratégias prévias às atividades, e as conducentes ao estabelecimento de boas relações interpessoais; o segundo bloco, estratégias do início da aula, estratégias de motivação e manutenção do interesse do grupo-turma, e de

manutenção do ritmo da aula; o último, estratégias de vigilância e controle dos comportamentos.

São as ações que conjugam e articulam estratégias destas três áreas, e não ações parcelares do professor, apenas com estratégias de uma dessas áreas que conduzem a uma gestão bem sucedida da aula. Uma gestão da sala de aula bem sucedida e eficaz representa-se na confluência dessas três dimensões, como se esquematiza abaixo como tópicos:

- Gestão do ambiente de ensino-aprendizagem;
- Gestão da instrução;
- Gestão do comportamento.

1.6 A Importância do Brincar no Ensino Fundamental

As atividades lúdicas fazem parte da vida do ser humano, e em especial, (na vida) da criança, embora que durante muitos séculos eram vistas sem muita importância, e somente por volta da década de 50, graças ao avanço do estudo da Psicologia é que as atividades lúdicas começaram a ser valorizadas, já que esta é a essência da infância e seu bom uso possibilita a produção do conhecimento. São através das atividades lúdicas que se criam condições para que a criança se envolva e se expresse, aprendendo de modo mais livre. Logo este aspecto pode ser aproveitado pelos profissionais da educação para favorecer a aprendizagem em diversos campos, particularmente durante o processo de alfabetização e se estendendo para o fundamental, estas atividades se bem conduzidas são relevantes para o estímulo da criança.

Desde os nossos antepassados os jogos já se faziam presentes como forma de divertimento e entrosamento social, não só entre crianças, mas entre jovens e adultos. Vemos

que a história dos jogos e brinquedos mudou com o tempo, o que antes era tratado com o objetivo de entretenimento, hoje um simples brinquedo pode ser usado com o objetivo de ensinar algum comportamento.

E no ambiente escolar vemos que *“Jogar em sala de aula requer do professor uma postura diferente daquela comumente associada ao ensino (...)”*, pois através dos jogos os papéis são modificados, havendo uma reciprocidade na troca entre o educador - educando (FORTUNA, 2002, p. 15). Logo podemos aprender que as atividades lúdicas em sala de aula não são meros passatempos, mas sim, mecanismos de uma prática bem estruturada, aberta a invenções e reinvenções.

Antunes leva em conta quatro elementos fundamentais, para um fazer acontecer com responsabilidade à aplicação dos jogos em sala de aula, e que deve ser levado em conta pelo educador. No início se faz necessário que a criança sinta que aquele jogo ou brincadeira seja interessante para ela; nada de trazer o que ela já sabe, ou que seja pouco desafiador, como também aquilo que seja além do que ela possa aprender. O educando precisa sentir-se desafiado e estimulado com possibilidades da atividade ser concretizada com sucesso, contribuindo, portanto, ao fator da autoestima; outro elemento refere-se às condições ambientais, onde o espaço destinado ao uso dos jogos deve ser um lugar agradável em relação ao tamanho, limpeza, conservação, como também boa aparência do material utilizado pelas crianças, pois é fundamental para o sucesso no uso dos jogos, e por último, o aluno deve ser estimulado até para buscar seu próprio caminho no desenrolar do jogo, e que jamais o jogo ou brincadeira seja interrompido, ou seja, tenha começo, meio e fim.

Considerando esses elementos, vemos que os jogos podem tornar a aula bem mais atraente, trazendo ao professor seu papel de agente construtor de crescimento do aluno, em que eliminam o desinteresse e, portanto, a indisciplina.

Sabemos das problemáticas em que os docentes enfrentam em relação à aprendizagem de seus alunos, e vemos a necessidade de se trabalhar o lúdico, uma vez que o jogo é essencial na vida da criança, pois se constitui em expressão e condição para seu desenvolvimento, de modo que, quando jogam, assimilam e podem transformar a realidade. Concluímos ainda que as atividades lúdicas ajudem as crianças a formar conceitos, relacionar ideias, estabelecer relações lógicas, desenvolver a expressão oral e corporal, reforçar as habilidades sociais, reduzir a agressividade, integrar-se na sociedade e construir seu próprio conhecimento. E com a gestão inserida com sua participação, há uma possibilidade de resgatar a disciplina em sala de aula.

1.6.1 Desenvolvendo a Aprendizagem Através do Lúdico

Como já vimos antes, a brincadeira não é uma atividade exclusivamente da criança. Os adultos, no entanto, têm uma facilidade muito grande em associar a palavra brinquedo à criança. Quando os adultos brincam, o fazem para geralmente passar o tempo, ou ainda para gastar suas energias. Muitas vezes esta concepção de brincar é transmitida de forma que a criança passa a ser vista como um adulto em miniatura, que brinca apenas para gastar suas energias.

De acordo com Seber (1997, p. 52):

“A pré-escola é só para brincar, mas quando as crianças forem para o primeiro ano... nada de brincadeira, porque vão precisar estudar. Alguns pais não consideram a pré-escola necessária à formação de seus filhos; acham que a brincadeira não contribui em nada para a aprendizagem, sendo somente uma atividade na qual as crianças gastam um pouco de energia”.

Muitos de nós educadores, pais e familiares ainda pensamos assim, porém precisamos mudar, aperfeiçoando o conceito que temos sobre o brincar, uma vez que o jogo infantil vem sendo pesquisadas e constatadas suas contribuições para o desenvolvimento infantil, e podendo se estender para o fundamental. Através dessa atividade a criança aprende a agir em função da imagem de uma pessoa, de um objeto, ou de situações, que estão imediatamente presentes nos processos dinâmicos ligados à construção das estruturas cognitivas.

Contudo, precisamos lembrar que o brincar inserido a um projeto educativo, com objetivos e consciência da importância de sua ação em relação ao desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, nos traz dados importantes sobre o desenvolvimento infantil e fundamental, pois mesmo sem intenção de aprender, quem brinca aprende, até porque se aprende a brincar. Como construção social, a brincadeira é atravessada pela aprendizagem, uma vez que os brinquedos e o ato de brincar, a um só tempo, contam a história da humanidade, e dela participam diretamente sendo algo aprendido, e não uma disposição inata do ser humano.

A associação do jogo à aprendizagem traz consigo o problema do direcionamento da brincadeira em termos de interatividade e produtividade.

Brougère (2002, p. 10) sugere que:

“A noção de educação infantil para pensar a relação entre jogo e educação sobre novas bases, embora admita que a oposição formal versus informal seja muito simplista. O autor explica a formalização como processo em que a intenção educativa pode tornar-se mais consciente ou mais explícita em certas situações até construir o objetivo principal de uma interação. É desse que Brougère chega à afirmação de que o jogo não é naturalmente educativo, mas torna-se educativo pelo processo de formalização educativa”.

É assim que percebemos que as brincadeiras têm significados e que não é apenas um passatempo, mas que ocupam um espaço na esfera motora, cognitiva, afetiva e social,

podendo-se afirmar que, se o brincar é um instrumento importante para o desenvolvimento da criança, é, portanto, vital na construção do conhecimento da criança.

Observamos durante o decorrer dos seis meses, que os jogos e brincadeiras que os professores do 5º ano da Escola Estadual Dom José Lamartine Soares de Bezerras utilizam como instrumentos facilitadores do conhecimento ainda são poucos e soltos, porque na maioria das vezes, as atividades lúdicas são desenvolvidas com o fim único de propiciar a criança momentos agradáveis e felizes entre uma atividade curricular e outra, não há um planejamento pedagógico contendo momentos lúdicos. Percebemos também através da observação que apesar das crianças poderem brincar explorando a sua espontaneidade, as consequências do ato de brincar passam despercebidas pelos educadores, por estabelecerem um momento estanque entre a hora de brincar e a hora de aprender.

Segundo Cunha (1998, p. 70), “A aprendizagem depende em grande parte da motivação: as necessidades e interesses das crianças são mais importantes que qualquer outra razão para que ela se ligue a uma atividade”. Como constatamos anteriormente, as brincadeiras fazem parte da vida do homem, de forma natural, e é brincando que a criança se desenvolve. Para Weiss (1997, p. 20), “As atividades da criança são essencialmente lúdicas e tem função primordial à descoberta do mundo que a rodeia: A criança se desenvolve brincando”.

Tivemos a oportunidade de perceber através desta pesquisa que as atividades lúdicas são desenvolvidas ainda de forma muito inibida, demonstrando, assim, um baixo nível de conhecimento dos seus efeitos, não apenas por parte dos pais e familiares, mas também dos educadores e da sociedade de forma geral.

Piaget afirma que o conhecimento implica numa série de estruturas construídas progressivamente através da contínua interação entre o sujeito e o meio social e físico. Essa interação é desenvolvida através das brincadeiras que as crianças participam, tanto na escola

quanto em casa, ou em qualquer outro meio social. Portanto, o ambiente escolar deve ser estimulante e favorecer essa interação. Para que isso ocorra, deve estar fundamentado numa proposta de trabalho, que tenha características de processos dinâmicos ligados à construção das estruturas cognitivas. Partindo desse pressuposto, percebemos que as brincadeiras têm significados e que não é apenas um passatempo, mas que ocupam um espaço na esfera motora, afetiva, cognitiva e social. Pode-se afirmar, então, que através dos jogos não há somente o desenvolvimento da percepção de formas, cores, tamanhos, partes, mas sim a percepção de significados. Cada passo dado ou cada avanço provoca conflito, e conflito significa incentivo à solução e, conseqüentemente, à aprendizagem.

Toda vez que o professor oportunizar uma atividade lúdica, que conduza a criança do imaginário ao real, está proporcionando a ela o desenvolvimento próprio, pessoal e único do seu pensamento abstrato. É nessa perspectiva que situo e destaco o uso de jogos, pois, ultimamente vêm ganhando espaço dentro de nossas escolas numa tentativa de trazer o lúdico para dentro da sala de aula. A pretensão da maioria dos professores com a sua utilização é a de tornar as aulas mais agradáveis com o intuito de fazer com que a aprendizagem torne-se algo fascinante. Além disso, as atividades lúdicas podem ser consideradas como uma estratégia de tentar minimizar a indisciplina em sala de aula, que poderá estimular o raciocínio, levando o aluno, a saber, enfrentar situações conflitantes relacionadas com o seu cotidiano.

1.6.2 O Jogo e a Construção do Conhecimento

Segundo Macedo, o conhecimento implica numa série de estruturas construídas progressivamente através da contínua interação entre o sujeito e o meio social e físico. Essa

interação é desenvolvida através das brincadeiras que as crianças participam, tanto na escola quanto em casa, ou em qualquer outro meio social. Concluiu-se que o ambiente escolar deve ser estimulante para poder favorecer essa interação. Para que isso aconteça é necessária uma proposta de trabalho que tenha características de processos dinâmicos ligados à construção das estruturas cognitivas. Partindo desse pressuposto, reconhecemos que as brincadeiras têm significados e que não é apenas um passatempo, mas que ocupam um espaço na esfera motora, afetiva, cognitiva e social. Daí pode-se afirmar que, se o brincar é um instrumento importante para o desenvolvimento da criança, portanto, é necessário para a construção do conhecimento da criança.

A base do conhecimento sobre o mundo em que a criança vive está relacionada às suas próprias ações. Sem oportunidade de agir no mundo em que vive a criança não terá subsídios para ampliar seus conhecimentos. Para que as crianças possam exercer sua capacidade de criar é imprescindível que haja riqueza e diversidade nas experiências que lhes são oferecidas nas instituições, sejam elas mais voltadas às brincadeiras, ou às aprendizagens que ocorrem por meio de uma intervenção direta.

Os jogos ou brincadeiras não são apenas um acréscimo, sem valor à proposta curricular, com um simples objetivo de ilustrar ou tornar os conteúdos mais fáceis, é muito mais que isto, pois constituem uma base do exercício e formação do pensamento.

Num contexto de jogos, a participação ativa do sujeito sobre o seu saber é valorizada por pelo menos dois motivos. Um deles deve-se ao fato de oferecer uma oportunidade para as crianças estabelecerem uma relação positiva com a aquisição de conhecimento. Crianças com dificuldades de aprendizagem vão gradativamente modificando a imagem negativa do ato de conhecer, tendo uma experiência em que aprender é uma atividade interessante e desafiadora. Outro motivo que justifica a valorizar a participação do sujeito na construção do seu próprio saber é a possibilidade de desenvolver seu raciocínio. Os jogos são instrumentos para

exercitar e estimular um agir. Pensar com lógica e critério, condições para jogar bem, e para ter um bom desempenho escolar. Realizando atividades com jogos, as crianças vão conquistando sua autoconfiança, sendo incentivadas a questionar e corrigir suas ações, analisar e comparar pontos de vistas, organizar e cuidar dos materiais utilizados. Assim podemos dizer, que as aquisições relativas a novos conhecimentos e conteúdos escolares não estão nos jogos em si, mas dependem das intervenções realizadas pelo profissional que conduz e coordena as atividades. Então, ao considerarmos os jogos como um valioso instrumento pedagógico, defendemos a ideia de que jogar favorece e enriquece o processo de aprendizagem.

Através dos jogos a criança consegue exercitar seu pensamento, como também transportar seus desejos e vontade para a realidade imaginária, mesmo que seja por alguns momentos. Porém é nesse momento que exercita sua capacidade de lidar e solucionar os problemas ao seu pequeno mundo.

1.6.3 Professor, Mediador Diante das Brincadeiras

Quando falamos em professor hoje, não estamos mais nos referindo a uma pessoa dotada de todos os conhecimentos, em que seus alunos devem prestar toda reverência e respeito, por ser dono do saber. Hoje nos deparamos com o professor-mediador, pessoa que contribui para que o educando conquiste conhecimento.

Sendo assim, educar não se limita a repassar informações ou mostrar apenas um caminho, ou seja, aquele que o professor considera o mais correto, mas ajudar a pessoa a tomar consciência de si mesma, dos outros e da sociedade. Possibilitando, assim, a aquisição de conhecimentos e de uma aprendizagem inovadora e libertadora. É oferecer meio para que a

criança possa escolher, entre os muitos caminhos, aquele que for compatível com seus valores, sua visão de mundo, e a com as circunstâncias adversas que cada um possa encontrar. Educar é preparar para a vida.

Independente de época, cultura e classe social, os jogos e brinquedos fazem parte da vida da criança, pois elas vivem num mundo de fantasia, de encantamento, de alegria, de sonhos, onde a realidade e o faz de conta se confundem. A criança apresenta um comportamento que denota muita seriedade diante de seus jogos e brincadeiras. Para nós adultos, talvez uma simples atitude de telefonar com um controle de televisão não represente algo significativo e não tenha muito valor, porém aos olhos de uma criança não se processa da mesma forma.

O jogo está na gênese do pensamento, na descoberta de si mesmo, da possibilidade de experimentar, de criar e de transformar o mundo. No momento em que as crianças brincam, conseguem transferir e explorar situações do mundo adulto para o seu mundo infantil, tentando compreendê-lo ao seu modo. Através da manipulação e do contato com um objeto ao qual a criança atribui vários significados, elas conseguem viver momentos ausentes de forma muito real.

Segundo a concepção de Santa Marli (2002, p. 11):

“A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para sua boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento.”

De acordo com Friedman (1996, p. 71), “O professor que inclui o jogo no currículo, incentiva a criatividade”. Logo, a formação lúdica possibilita ao educador conhecer-se como pessoa, saber de suas possibilidades e limitações, desbloquear suas resistências, e ter uma

visão clara sobre a importância do jogo e do brinquedo para a vida da criança, do jovem e do adulto.

Para que os mesmos tenham uma dimensão lúdica no homem, faz-se necessário que eles joguem, para que perceba a importância e a necessidade das atividades lúdicas como ingrediente constante da disciplina; como devem também encontrar meios de registrar e arquivar jogos, materiais a partir dos objetivos, e condições em que são realizados.

A abordagem precisa do lúdico, que consiste em momentos de sensibilidade para o professor, para que possa existir uma interiorização e um reencontro com sua própria infância, e nela localizando o brincar.

Cada vez mais as pedagogias progressistas professam a tese de que é possível aprender brincando, ou pelo menos fazê-lo de forma prazerosa. O que frequentemente culmina na ludicidade. Resgatando o prazer de aprender o jogo na Educação, concorre para o sucesso escolar, convertendo-se em importante mecanismo de inclusão social, na soma de esforços para transformar a escola.

Os professores devem estimular crianças à prática de jogos, incentivando-os, e criando junto com elas um ambiente propício para sua realização, como também estimular a construção de brinquedos artesanais, criados pelas próprias crianças, e ainda acompanhá-las para conhecê-las melhor. É, então, do professor, a função e dever de buscar e estimular as crianças para o desenvolvimento, a partir das vivências nas brincadeiras que as mesmas lhes proporcionam, e da forma que são exploradas.

O compromisso com a dimensão lúdica do homem – que aqui atende pelo nome de jogo – exige aprofundamento por ser aspecto importante na formação da criança. Portanto, o lúdico deve fazer parte não só enquanto prática de ensino, mas principalmente como concepção de Educação. O educador atendendo a esta questão busca incessantemente formas

de educar sem massificar, sem tornar a vivência escolar como um trauma para a criança, nessa tentativa é preciso buscar motivação nas experiências que o aluno traz de casa.

Sendo assim, trabalhar o lúdico viabiliza caminhos para uma aprendizagem inovadora e revolucionária num processo de interação sócio-construtivista.

1.6.4 O Brincar e sua Função na Intervenção em Sala de Aula

A razão pelo interesse da pesquisa sobre o que dizem os psicopedagogos referentes à função do brincar na intervenção pedagógica nas Escolas do Município de Bezerros foi decorrente da necessidade de conhecer, de forma mais aprofundada, o fenômeno, para a partir de então intervir nessa realidade, ou seja, na sala de aula juntamente com o educador.

A pesquisa científica em questão surgiu através da necessidade de analisarem as contribuições que as atividades lúdico-pedagógicas podem oferecer para os trabalhos de intervenção pedagógica. A importância da referida pesquisa reside em viabilizar uma análise voltada ao ambiente de aprendizagem, focalizando a temática lúdica, como um meio de intervenção nas circunstâncias que possam ocorrer nos procedimentos de ensino-aprendizagem, e ajudar o educador a trabalhar com o lúdico, criando expectativa de novos conhecimentos.

A importância desse projeto favoreceu o campo de trabalho, e o papel que os professores desempenharam nas escolas são pontos que compõem esta pesquisa, além da discussão dos conhecimentos multidisciplinares, que os professores devem ter para uma maior compreensão do processo de aprendizagem humana, favorecendo a metodologia adequada para o desenvolvimento de suas intervenções em sala de aula.

A Pesquisadora compromete-se, primordialmente, com o sistema educativo, no que diz respeito às dificuldades de aprendizagem, buscando levar o educando a integrar-se, respeitando sua individualidade. A presente pesquisa propõe verificar a opinião dos professores da Rede Estadual de Educação do Município de Bezerros na referida Escola Dom José Lamartine Soares. Em relação à relevância da utilização das brincadeiras nos projetos de intervenção no contexto escolar, abordando a brincadeira como um instrumento facilitador na intervenção, aplicada aos alunos, que apresentam dificuldades na aprendizagem e no comportamento.

Oliveira (1993) afirma que “Vygotsky trabalha com o brinquedo e que, para ele, o brincar é também um domínio da atividade infantil que estabelece claras relações com o desenvolvimento”. A autora dá continuidade apresentando que:

“Comparada com a situação escolar, a situação da brincadeira parece pouco estruturada, e sem uma função explícita na promoção de processos de desenvolvimento proximal na criança, tendo enorme influência em seu desenvolvimento”. (OLIVEIRA, 1993, p.65-66).

Especificamente, Vygotsky aponta a importância do brincar como auxiliar no desenvolvimento, focando a brincadeira de faz de conta. Para comprovar essa concepção, Oliveira (1993), em seu livro, descreve o seguinte trecho:

“Quando Vygotsky discute o papel do brinquedo, refere-se estritamente à brincadeira de faz de conta, como o brincar de casinha, brincar de escolinha, brincar com um cabo de vassoura como se fosse um cavalo. Faz referência a outros tipos de brinquedo, mas a brincadeira de faz de conta é privilegiada em sua discussão sobre o papel do brinquedo no desenvolvimento”. (OLIVEIRA, 1993, p.66).

Ribeiro ETal. (2004) esclarece que, para Vygotsky, o brincar promove uma Zona do desenvolvimento Proximal, pois é nesse momento lúdico, que a criança comporta-se num

nível que ultrapassa aquele a que já habituada, acarretando vantagens para os aspectos sociais, cognitivos e afetivos.

Winnicott (apud MALUF, 2005, p.20) faz colocações fundamentais acerca do brincar. Dentre elas a autora cita: “As crianças têm prazer em todas as experiências de brincadeiras física e emocional”. A autora dá continuidade apontando alguns aspectos relevantes à função do brincar, defendido por Winnicott, como a organização para iniciação das relações emocionais, encaminhando o desenvolvimento de contatos sociais; o domínio das angústias; a evolução da personalidade infantil; entre outros pontos necessários para a maturação da criança.

A partir dos resultados da investigação, pôde-se perceber que para os professores pesquisados, a brincadeira se torna uma forma de interação e socialização prazerosa, que proporciona a troca de conhecimentos de modo espontâneo e necessário no processo de ensino.

Os especialistas abordados pontuam que as brincadeiras proporcionam um rendimento favorável ao desenvolvimento desse processo, pois as crianças interagem e aprendem de forma natural e divertida, sem as pressões de um ambiente estranho, podendo externalizar o que as incomoda, quebrando as barreiras de forma espontânea.

Dessa maneira, a concepção do brincar reflete-se em sua prática e, consequentemente, esta prática reflete resultados positivos em seu trabalho. Assim, faz-se importante integrar a brincadeira ao processo de investigação, o que supõe intencionalidade, objetivos e consciência da relevância dessa ação em relação ao processo de busca de conhecimento, a uma aprendizagem significativa.

A análise da relevância das brincadeiras nos remete a melhor refletir sobre a condição do graduado em pedagogia, que busca sanar os empecilhos, que se situam nos rumos do aprender dos alunos. Acreditamos no grande valor que o brincar propicia às intervenções

pedagógicas, e ressaltamos ser necessário que todos os professores tenham essa concepção, para que possam contribuir no processo de aprendizagem, tornando-se mediadores nos conhecimentos dos estudantes.

CAPÍTULO III

MARCO METODOLÓGICO

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para esta pesquisa.

2.1 PESQUISA

A formulação do problema e a identificação das relações entre variáveis constituem passos do estabelecimento do trabalho educacional.

O delineamento da pesquisa refere ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolvendo tanto a sua diagramação quanto previsão de análise e interpretação dos dados. Entre outros aspectos, o delineamento considera o ambiente em que são coletados os dados, bem como as formas de controle das variáveis envolvidas. (GIL,1999).

2.1.1 Tipo de Pesquisa

Compreendemos que são de grande importância para o desenvolvimento da criança atividades relacionada ao lúdico. O trabalho baseou-se em dados quantitativos e qualitativos através de entrevistas e atividades lúdicas diversificadas realizadas com alunos do 5º ano da Escola Estadual Dom José Lamartine Soares em Bezerros, com a participação de 6 educandos do sexo masculino e com idade média de 10 a 14 anos.

Consideramos em nossa pesquisa os dados bibliográficos citados, paralelos a momentos de observação e participação dos educando, família e educador, o qual nos deu depoimentos sobre a utilização das atividades lúdicas, como: trilha da matemática e da

afetividade; confeccionando o vai e vem; trabalhando gêneros textuais; ditado relâmpago; bingo matemático; dominó; palavras cruzadas e etc.

Na vivência dessa experiência, constatamos um momento mágico onde nos foi possível perceber que o lúdico é fundamental para o desenvolvimento da criança, através de várias atividades de grupo e individual, e em sala de aula, onde os 6 educandos lideravam as atividades, nós vivenciamos conteúdos de linguagens e matemática, com diversidades de brincadeiras pedagógicas e jogos educativos.

Foi utilizado o método comparativo que levantou dados de dois grupos de indivíduos, ou seja, dos dois 5º anos (professores e alunos) e os comparou trabalhando os 6 alunos individuais, e depois levando os mesmos para sala de aula, no papel de desenvolver uma liderança, pois os educandos querem se sentir importantes nas atividades pedagógicas. E observado esse comportamento pela pesquisadora, despertou-nos mesmos o interesse de se manterem disciplinados em sala de aula, e foi perceptiva a vontade dos mesmos de participar das atividades lúdicas, e foi onde percebeu que era possível minimizar a indisciplina em sala de aula com uma mudança pedagógica atrativa que é trabalhar o lúdico. Suas participações nas atividades pedagógicas foram de muitas relevâncias para a pesquisadora e há situações em que os procedimentos são desenvolvidos mediante rigoroso controle e equilíbrio emocional e seus resultados proporcionam um avanço considerável para o grau de pensamento generalizado.

2.1.2 População e Amostra

Existe na Escola Estadual Dom José Lamartine Soares Bezerras/PE, vinte e três turmas, na modalidade do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Travessia ao Ensino Médio na Rede Pública Estadual de Ensino na cidade, com aproximadamente

seiscentos e quarenta e cinco educandos, uma diretora, um adjunto, dois coordenadores de apoio, uma secretária e quarenta e três professores. Os alunos estão assim distribuídos:

- 3 turmas do Ensino Fundamental (4° ao 5°ano): 104 alunos;
- 10 turmas do Ensino Fundamental (6° ano ao 9° ano): 299 alunos;
- 4 turmas do Ensino Médio (1° ao 3° ano): 85 alunos;
- 2 turmas Travessia do Ensino Fundamental e duas do Ensino Médio (6° ano ao 3° ano): 92 alunos;
- Educação de Jovens e Adultos III e IV fase (6° ano ao 9° ano): 55 alunos.

A amostra contemplou 71 alunos, sendo que 6 responderam o questionário, e ainda 2 dos professores que fazem parte da pesquisa são acompanhados pela pesquisadora sobre indisciplina em sala de aula, os demais não participaram por não participar desta modalidade.

Algumas características dos professores:

Três professores ainda não são graduados; e vinte são graduados e têm especialização (cada um dentro da área) como: Psicopedagogia, História, Geografia e Matemática, nenhum professor é mestre e nem tem doutorado.

As professoras Maria Luzia de Melo Santos e Rosemery Mendonça da Paz Silva são as educadoras do 5° ano A e B, uma é graduada e a outra fora graduada no final de 2012.

“Na amostragem o tamanho não é necessariamente a consideração mais importante!”

“Uma amostra grande, de baixa qualidade, que não reflita as características da população será menos precisa do que uma menor que o faça.” May (2007, p.115).

As amostras foram determinadas de forma não probabilísticas intencionais, ou seja, foram escolhidas pelo pesquisador e representou o “bom julgamento” da população / universo.

2.1.3 Caracterização do Ambiente de Pesquisa

O prédio foi construído e funciona na Rua Dezesseis, s/n – Bairro COHAB em Bezerros/PE. Foi criado pelo Decreto nº 10.916 de 31 de outubro de 1985, como nome de “Escola Dom José Lamartine Soares”, tendo sua instalação ocorrida no início deste mesmo ano.

A escola recebeu este nome em 1985, homenageou uma personalidade que chegando a ocupar o cargo de Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Olinda e Recife. Com seu exemplo de homem de fé, justiça e solidariedade, tornou-se respeitado e amado por todos que o conheciam.

No bairro da COHAB, limitando-se ao Norte, com o centro da cidade ao Sul, com disponibilidade à comunidade atendendo nos três turnos (manhã, tarde e noite), com as modalidades: Ensino Fundamental, Ensino Médio, EJA – Educação de Jovens, Adultos e Idosos, e também com Projetos e programas de correção da distorção idade / série.

O perfil socioeconômico é bem diversificado, mas a maior parte dos alunos encontra-se situada na renda mínima, 50% dependem de programas da bolsa escola e precisam de ajuda da escola na aquisição de materiais escolares.

Relacionamos abaixo os espaços destinados a atender 645 alunos, 208 no turno matutino, 195 no turno vespertino e 242 no noturno.

E entre estes, a amostra da pesquisa foi retirados 71 alunos (especificados 6 alunos do sexo masculino), para serem investigados no teor de minimizar a indisciplina em sala de aula.

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Sala de Aula	8
Sala de Professores	1
Almoxarifado (adaptados)	2
Secretaria	1
Laboratório de Informática	1
Sala da Gestão	1
Sala da Gestão Adjunta e Técnica Educacional	1
Sala de Equipe Pedagógica	2
Banheiro para Funcionários	2
Banheiro para Alunos	8
Biblioteca	1
Cozinha	1
Copa para funcionários	1
Área coberta	1
Quadra (desativada)	1
Pátio Externo	1
CTE	1
Sala de Vídeo (improvisada)	1
Sala de Música e Digitação (improvisada)	1
Dispensa	1
Área de Serviço	1

Discriminação dos Espaços da Escola 2012

Ao iniciar o ano letivo, a comunidade escolar reúne-se para planejar os projetos a serem vivenciados durante o ano letivo, determinando os gerentes de metas, os quais são responsáveis por cada projeto que é ministrado mensalmente, com o objetivo de instigar o

desenvolvimento sócio intelectual do educando. Esses projetos são avaliados e acompanhados pela equipe pedagógica para melhor desempenho dos mesmos. Contamos também com a colaboração dos pais que atuam juntamente com a equipe educativa, tornando indispensável sua atuação na formação de cidadão indispensável ao atendimento e à prática da democracia, tentando conscientizar o educando a ser cidadão participativo, crítico, sensível, solidário, fraterno e tolerante, para melhor interagir na sociedade.

O objetivo da escola é construir um ambiente onde discente e docente, esteja sempre em busca de uma constante melhoria das condições educacionais, crescimento acadêmico e humano, pautados na construção de valores, comprometido com a formação integral do aluno, desenvolvendo ações que construam um ambiente criativo, de incentivo à leitura e à pesquisa no processo ensino aprendizagem, desenvolvendo estratégias inovadoras, com o intuito de reduzir de 29,4% para 15% o índice geral de reprovação dos alunos do Ensino Fundamental I.

Percebemos que a equipe de educadores é compromissada em proporcionar dinamismo e elaborar projetos que viabilizam a aprendizagem de educando como: norteados pela Metodologia dos 59, Programa de Gestão Nota 10, levamos os educandos a participarem de projetos e oficinas criados pela equipe gestora, coordenação pedagógica e professores, tais como: Pintura, Dança, Teatro, Xadrez, Música, Cultura pela Paz, Valores Morais e Éticos, Meio Ambiente, Esporte, a fim de vivenciarem conhecimentos que os insiram no mercado de trabalho, bem como facilitem sua vida em sociedade.

Realizando um trabalho pedagógico através da pesquisa de campo exposição, conhecendo o Mundo Lúdico da Matemática intitulada de “Brinquedo Pedagógico”, onde os alunos construíram seu próprio material, utilizando sucata, buscando fazer da Matemática e da Língua Portuguesa uma disciplina prazerosa, através de situações lúdicas como jogos e curiosidades dos alunos. Para podermos sentir que é possível minimizar a indisciplina em sala

de aula. São capazes de elaborar atividades interdisciplinares que possibilitem ao educando um intercâmbio intelectual e desafiador dentro da Instituição Escolar.

2.1.4 Sujeito Participante da Pesquisa

De acordo com a Pesquisa sobre o trabalho realizado na escola, foi entrevistada a Gestora e educadores, onde a fala era sobrecomum, falando que o papel dos dirigentes de Escolas foi historicamente exercido com um foco muito maior para as questões administrativas, materiais e financeiras, e para os problemas recorrentes da gestão da atividade de serviços educacionais; no entanto, na instituição é adotada a gestão participativa, otimizando todo o processo pedagógico da Escola.

Nossa gestão compromete-se em romper com os padrões ultrapassados, as marcas do autoritarismo, com a dicotomia teoria x prática, visualizando a Escola como o lócus privilegiado para a formação integral do ser humano e para o avanço do conhecimento, assumindo inclusive um novo perfil no atual contexto sócio político educacional. Ao adotar esta prática, estamos priorizando uma melhor contínua de atuação dos professores, possibilitando a real efetivação da qualidade do ensino oferecido pela escola.

Nos últimos anos foi implantado o PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional) na Instituição, que tem como objetivo melhorar o processo ensino aprendizagem, procurando reduzir o índice geral de reprovação dos alunos de 4ª série / 5º ano ao 9º. Combinadas estas ações a problemática foi parcialmente solucionada. “Há 5 anos que faço parte do quadro de gestores do Município de Bezerros, a contribuição para o fortalecimento das ações escolares está numa participação, e está participação, é ainda um instrumento de autonomia da escola

que deve garantir o envolvimento da comunidade escolar, educadores, pais e funcionários, na construção do propósito educativo comum consubstanciando-se na proposta pedagógica da escola”.

De acordo com o tema da pesquisadora, *Gestão Democrática: O Lúdico Como Proposta Minimizadora da Indisciplina no Ensino Fundamental* entra no período de transição, pois somos herdeiros de gestões tecnicistas, e como na educação tudo consiste num processo gradativo. Estamos tentando romper velhos paradigmas. A forma que a Escola deve enfrentar os conflitos existentes é que nossas instituições estão repletas de escolares que pertencem à outra geração, e nós como profissionais de educação temos o dever de nos capacitar para trabalhar com tais dificuldades. “As escolas não existem para serem administradas ou inspecionadas, elas existem para que as crianças aprendam”. (SILVA JÚNIOR, 1997, p.18).

Na escola a qual sou gestora, tenho o cuidado de declinar o ideal a ser atingido, integrando os departamentos existentes. Portanto, para ser um bom líder, é preciso que o trabalho pedagógico tome um rumo amplo, em seu caráter de organização de unidades e de sistemas escolares, relacionados à questão da administração da educação, desdobra-se evidentemente em complexidade; no entanto, o gestor deve trabalhar com parcerias transparência, e acima de tudo, possibilitar momentos de reflexão de seus atos. Concluindo com o depoimento de educadores.

“E como educadores que somos, vejo que o nosso é muito participativo, porque existe uma gestão democrática onde a mesma deixou a vontade de opinar e criar conhecimentos junto com a comunidade, nos sentimos felizes por fazer parte desta instituição, e terminamos com a sabedoria de PAULO FREIRE: “A Democracia, como qualquer sonho, não se faz com palavras desencarnadas, mas como reflexão e prática.”

O maior desafio do gestor hoje é conseguir transformar a escola em ambiente prazeroso, de forma que o aluno e os demais funcionários sintam-se atraído e fisgado pela

vontade de querer aprender, querer marcar presença no cotidiano escolar. Tarefa difícil para o gestor e para os professores, uma vez que o mundo lá fora é muito mais alegre, atraente e convidativo.

A experiência vivenciada pela pesquisadora procurou, através de questionamentos e de atividades lúdicas, apontar caminhos para que a escola realmente torne-se cada vez mais no perfil de uma Gestão Democrática. Além de aproximá-lo do mundo real, do dia-a-dia de cada um, modificando consideravelmente o comportamento de alguns da equipe e da comunidade educativa que muitas vezes são resistentes, alguns se apresentavam apáticos e desmotivados; a colocarem em práticas os projetos pedagógicos e a partir dos questionamentos e das atividades lúdicas apresentadas os mesmo sentissem o gosto pelos conteúdos escolares. Jogos realizados com alunos de 4ª série / 5º ano / 9 “A” e “B”.

1. Quebra-cabeça usando as operações fundamentais – adição – subtração – multiplicação e divisão;
2. Trabalhando Gênero Textuais – gravuras – balões – histórias e quadrinhos – jogos dos 7 erros – pesca palavra – notícia de jornal – paródia – brincadeiras populares – construindo diálogo;
3. Confeccionando brinquedos vai e vem;
4. Trilha da matemática – questão de lógica;
5. Leitura infantil.

Mostramos a importância dos projetos, e de imediato demonstraram interesse de colocá-lo em prática, sentimos o quanto foi relevante para a equipe e para os educandos.

Foi aplicado um questionário aos alunos (apêndice A) composto por oito perguntas abertas e duas fechadas relacionadas às indisciplinas em sala de aula.

Também foram entregues questionários (apêndice B, C, D e E) aos professores, a família, ao gestor e ao coordenador, com sete perguntas abertas e duas fechadas. Neste caso, foi solicitado aos entrevistados que avaliassem sob a indisciplina dos alunos.

Os dados coletados foram tabelados e apresentados na forma quantitativa e qualitativa, e posteriormente, feita às devidas análises.

“O método quantitativo representa, a princípio, a intenção de garantir a precisão nos resultados, evitar distorção de análise e interpretação, possibilitando, consequentemente, uma margem de segurança quanto às inferências”. Richardson (1999 p. 70).

“A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo por ser uma forma adequada para entender a natureza de fenômeno pedagógico e social”. Richardson (1999 p. 79).

Tabela 1 – Jogo: Quebra-Cabeça (seis alunos investigados) trabalhando as quatro operações fundamentais (matemática) 5º ano A e B.

Itens / Conceitos	Regular	Bom	Ótimo
Participação		x	
Socialização		x	
Motivação		x	
Criatividade		x	
Agilidade e Raciocínio		x	

Turmas – com os seis participantes liderando grupos do 5º ano “A” e “B”.

Itens / Conceitos	Regular	Bom	Ótimo
-------------------	---------	-----	-------

Participação		x	
Socialização		x	
Motivação		x	
Criatividade		x	
Agilidade e Raciocínio		x	

Turmas – com os três participantes liderando grupos do 5º ano “A”.

Itens / Conceitos	Regular	Bom	Ótimo
Participação		x	
Socialização		x	
Motivação	x		
Criatividade	x		
Agilidade e Raciocínio	x		

Turmas – com os três participantes liderando grupos do 5º ano “A”.

Tabela 2 – Jogo: Trabalhando a Trilha da Matemática (6 alunos investigados) 5º ano A e B.

Itens / Conceitos	Regular	Bom	Ótimo
Participação		x	
Socialização		x	
Motivação	x		
Criatividade	x		
Agilidade e Raciocínio	x		
Disciplina	x		

Turmas – Os seis participantes liderando grupos. 5º ano “A” e “B”

Itens / Conceitos	Regular	Bom	Ótimo
Participação		x	
Socialização		x	
Motivação		x	

Criatividade		x	
Agilidade e Raciocínio		x	
Disciplina		x	

Turmas – Os três participantes liderando grupos. 5º ano “A”.

Itens / Conceitos	Regular	Bom	Ótimo
Participação		x	
Socialização		x	
Motivação		x	
Criatividade		x	
Agilidade e Raciocínio		x	
Disciplina		x	

Trabalhando os três educandos do 5º ano “B”

Tabela 3 – Trabalhando Gêneros Textuais como leitura de imagens – histórias em balões – histórias em quadrinhos – jogos dos 7 erros – pesca palavra – notícia de jornal – paródia – leitura infantil. (Língua Portuguesa).

Itens / Conceitos	Regular	Bom	Ótimo
Participação		x	
Socialização		x	
Motivação		x	
Criatividade		x	
Leitura Visual		x	
Leitura Simbólica		x	
Construção de Textos e Frases		x	
Disciplina		x	

Turmas – com os seis participantes liderando grupos do 5º ano “A” e “B”

Itens / Conceitos	Regular	Bom	Ótimo
Participação			x
Socialização			x
Motivação			x
Criatividade			x
Leitura Visual			x
Leitura Simbólica			x
Construção de Textos e Frases			x
Disciplina			x

Turmas – com os três participantes liderando grupos do 5º ano “A”.

Itens / Conceitos	Regular	Bom	Ótimo
Participação		x	
Socialização		x	
Motivação		x	
Criatividade		x	
Leitura Visual		x	
Leitura Simbólica		x	
Construção de Textos e Frases		x	
Disciplina		x	

Turmas – com os três participantes liderando grupos do 5º ano “B”.

Tabela 4 – Trabalhando Brincadeiras Populares. Trabalhando os seis educandos do 5º ano A e B.

Itens / Conceitos	Regular	Bom	Ótimo
Participação		x	
Socialização		x	
Motivação	x		
Criatividade	x		

Agilidade e Raciocínio		x	
------------------------	--	---	--

Turmas – com os três participantes liderando grupos do 5º ano “A” e “B”

Itens / Conceitos	Regular	Bom	Ótimo
Participação		x	
Socialização		x	
Motivação		x	
Criatividade		x	
Agilidade e Raciocínio		x	

Turmas – com os três participantes liderando grupos do 5º ano “A”.

Itens / Conceitos	Regular	Bom	Ótimo
Participação		x	
Socialização		x	
Motivação		x	
Criatividade		x	
Agilidade e Raciocínio		x	

Turmas – com os três participantes liderando grupos do 5º ano “B”.

Tabela 5 – Confeccionando Brinquedo Vai e Vem. Trabalhando os seis educandos do 5º ano A e B.

Itens / Conceitos	Regular	Bom	Ótimo
Participação			x
Socialização			x
Motivação			x
Criatividade			x
Agilidade e Raciocínio			x

Turmas – com os seis participantes liderando grupos do 5º ano “A” e “B”

Itens / Conceitos	Regular	Bom	Ótimo
Participação			x
Socialização			x
Motivação			x
Criatividade			x
Agilidade e Raciocínio			x

Turmas – com os três participantes liderando grupos do 5º ano “A”

Itens / Conceitos	Regular	Bom	Ótimo
Participação			x
Socialização			x
Motivação			x
Criatividade			x
Agilidade e Raciocínio			x

Turmas – com os três participantes liderando grupos do 5º ano “B”

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

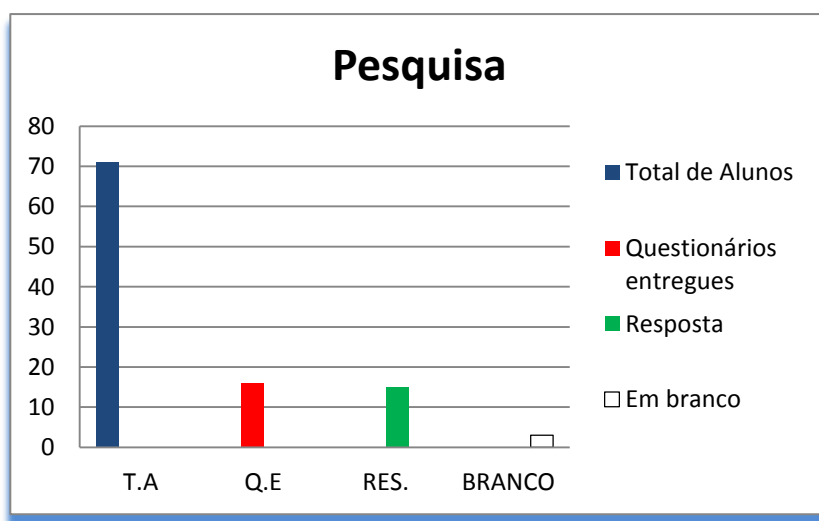
Neste capítulo serão apresentados os dados levantados na pesquisa e feitas às respectivas análises.

Vale lembrar que foram distribuídos 16 questionários entre educandos, gestores, coordenador, educador e família. A ideia era considerar os pontos de vista dos alunos, dos professores, da família e da equipe administrativa e pedagógica da escola, sobre determinados aspectos relacionados à modalidade do Ensino Fundamental de duas turmas do 5º ano/9 turmas A e B do Estado de Pernambuco, onde seis alunos eram “mantidos indisciplinados” e foram apreciados pela pesquisadora.

Os resultados foram apresentados e quantificados em 16 gráficos e também de forma qualitativa e quantitativa em algumas abordagens contempladas no questionário.

O primeiro gráfico mostra os números da pesquisa.

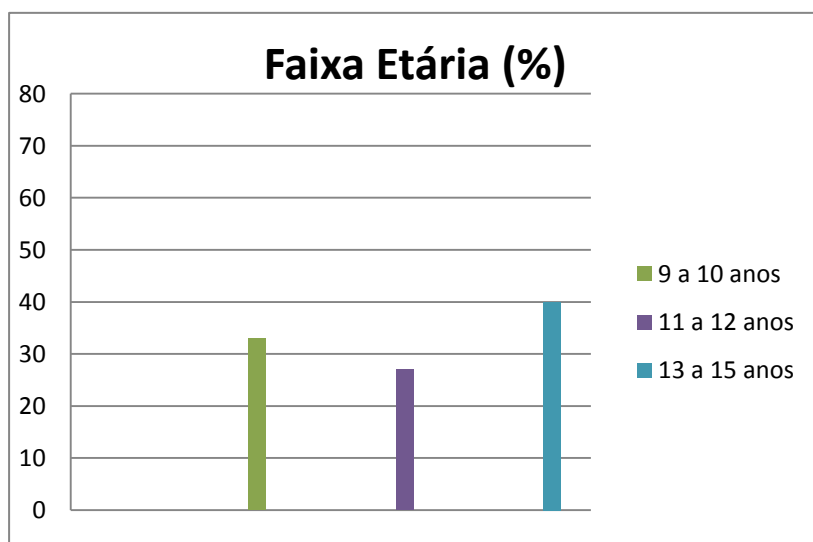
Gráfico 1 – Números de Pesquisa



Fonte: Primária, 2012

A amostra contemplou 6 alunos, 6 famílias, 2 professores, 1 gestor e 1 coordenador de uma população de 71 alunos, conforme já descrito no Marco Metodológico. Deste 1 entregou o questionário em branco porque não demonstrou interesse em respondê-lo. Então 15 ou aproximadamente 99% deles devolveram devidamente preenchidos.

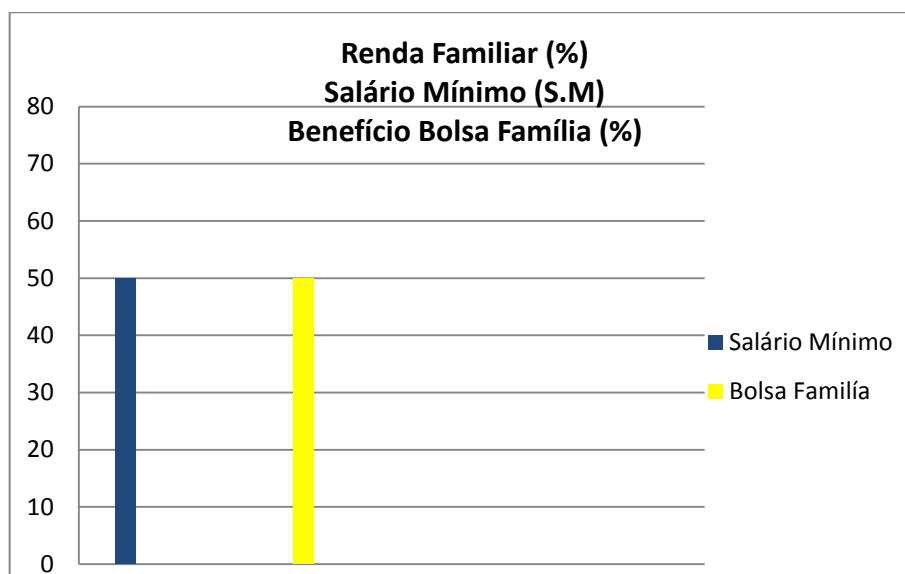
Gráfico 2 – Faixa Etária



Fonte: Primária, 2012

A idade mínima para frequentar a modalidade de Ensino Fundamental é de 10 anos. Neste gráfico observa-se um equilíbrio nas idades dos alunos, 33% têm entre 9 e 10 anos, 27% entre 11 e 12 anos e 40% entre 13 e 15 anos.

Gráfico 3 – Renda Familiar / Salário Mínimo (S.M) / Benefício Bolsa Família



Fonte: Primária, 2012

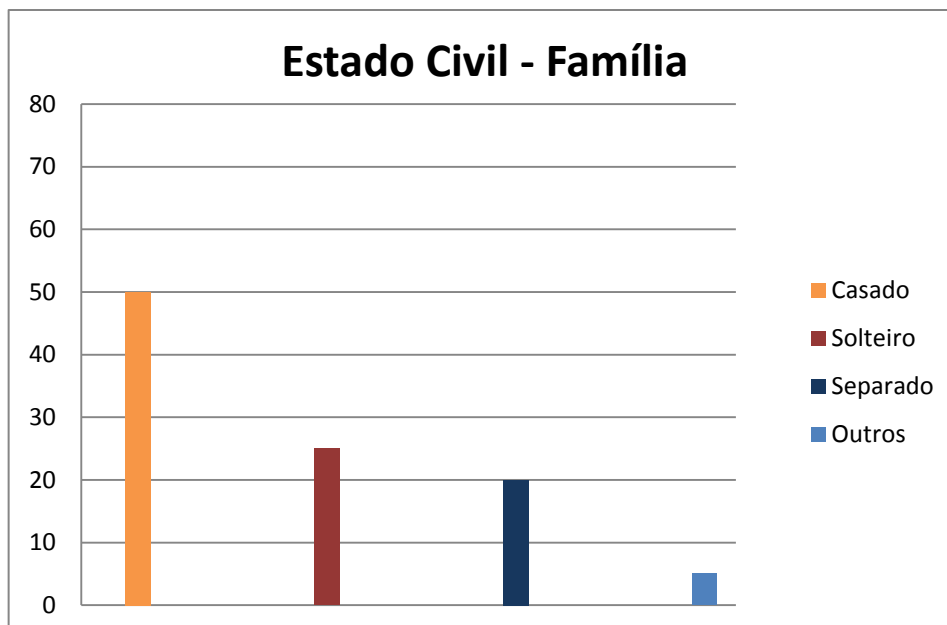
Os Educandos apresentam uma renda de 50%, recebem um salário mínimo¹, e 50% dependem do benefício social Bolsa Família.

Observa-se aqui que o público escolar é formado por alunos com renda inferior a R\$ 1.000 (um mil reais), o que tendência a acreditar que eles pertencem a uma comunidade carente.

¹ Salário Mínimo no Brasil em 2012 é de R\$ 622,00

Fonte: Ministério do Trabalho do Brasil, 2012.

Gráfico 4 – Estado Civil - Família



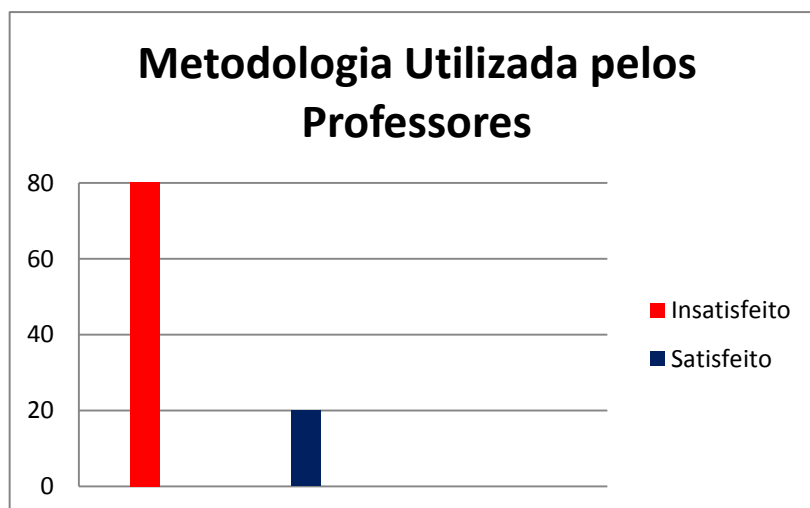
Fonte: Primária, 2012

Quanto ao estado civil, 50% são casados, 25% são solteiros, e uma quantidade de 20% separados ou outros, com 5% que se encontra em outras situações.

“Em pleno estado de crise da família moderna a maior parte de nossos alunos mora com os pais e com as mães, surgindo é claro muitos casos em que moram unicamente com a mãe, com o pai, com as avós ou outros parentes” (P.P. P 2010, p. 5).

A partir do **Gráfico 5** os resultados consideraram mais à área pedagógica dos educadores ligados ao ensino propriamente dito.

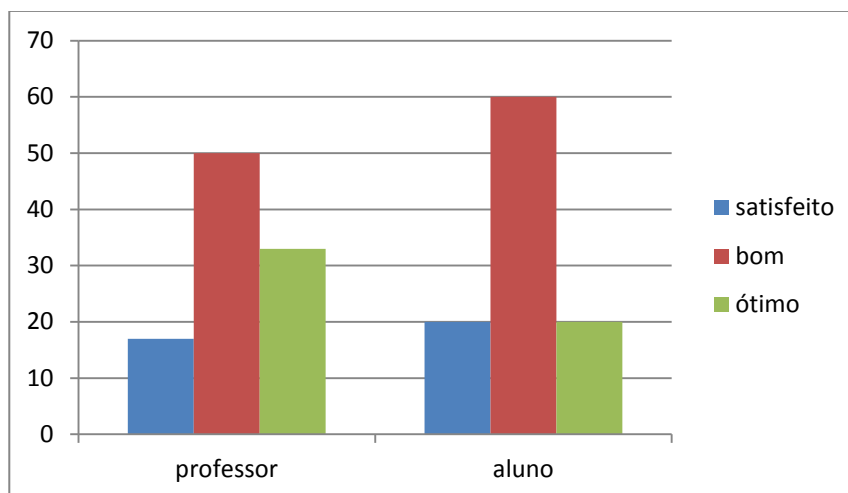
Gráfico 5 - Opinião dos estudantes em relação à Metodologia Utilizada pelos Professores



Fonte: Primária, 2012

Importante e negativa as observações dos alunos quanto à metodologia utilizada nas aulas. Afinal 80% não aprovam os métodos utilizados pelos seus professores, o que indica a preocupação de 20% em relação aos conteúdos e outros aspectos de suma importância, que é a indisciplina em sala de aula, trabalhado para minimizar através do lúdico com a pesquisadora que convém verificar a ementa, a metodologia e o programa de maneira geral.

Gráfico 6 – Trabalho em Equipe

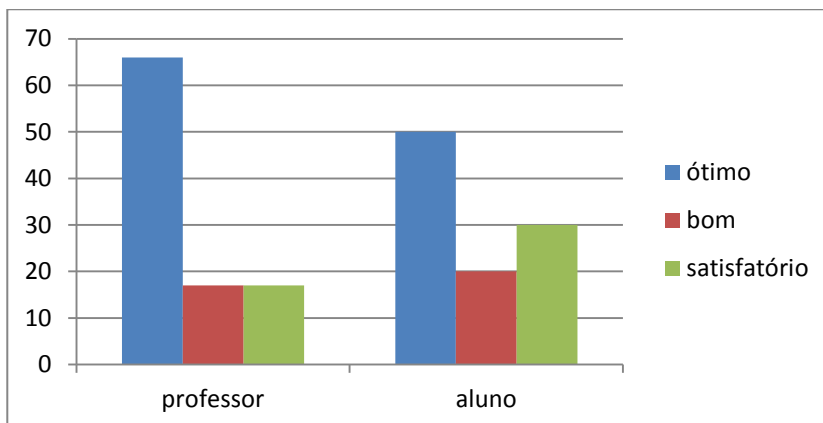


Fonte: Primária, 2012

Sobre trabalho em grupo, professores aparecem com uma porcentagem onde 17% estão satisfeitos, 50% consideram bom e 33% ótimo, e alunos estão afinados numa porcentagem de 20% satisfeitos, 60% consideram que está bom e 20% consideram ótimo. Houve um equilíbrio sobre a questão. Em torno de mais de 80% entendem que o trabalho em equipe, como habilidade de disciplina, está sendo explorado de forma Boa ou Ótima. Importante este entendimento à medida que as organizações e suas lideranças defendem que a produtividade pedagógica está diretamente relacionada ao trabalho de grupo onde todos os membros dos grupos buscam objetivos comuns. Pelos resultados pode-se afirmar que os professores da modalidade do ensino fundamental estão desenvolvendo atividades lúdicas que contemplem os grupos. E isto acaba por refletir no espírito de equipe, preparando os alunos indisciplinados, para trabalhar desta forma em equipe como líderes orientados pela pesquisadora.

O ponto de partida para desenvolver um trabalho em equipe é motivar o aluno. É conhecê-lo e identificar suas necessidades, prioridades e desejos. Assim, a próxima etapa seria a organização dos objetivos, de forma que cada indivíduo perceba o que poderia fazer sozinho e o que deveria fazer em grupo.

Gráfico 7 – Criatividade



Fonte: Primária, 2012

No entendimento de 66% dos professores, as atividades que estimulam a criatividade são Ótimas, enquanto 50% dos alunos veem desta forma. No critério Bom houve um equilíbrio, mas 17% dos professores acham que despertam a criatividade de maneira satisfatória contra 30% dos alunos e 20% consideram Bom.

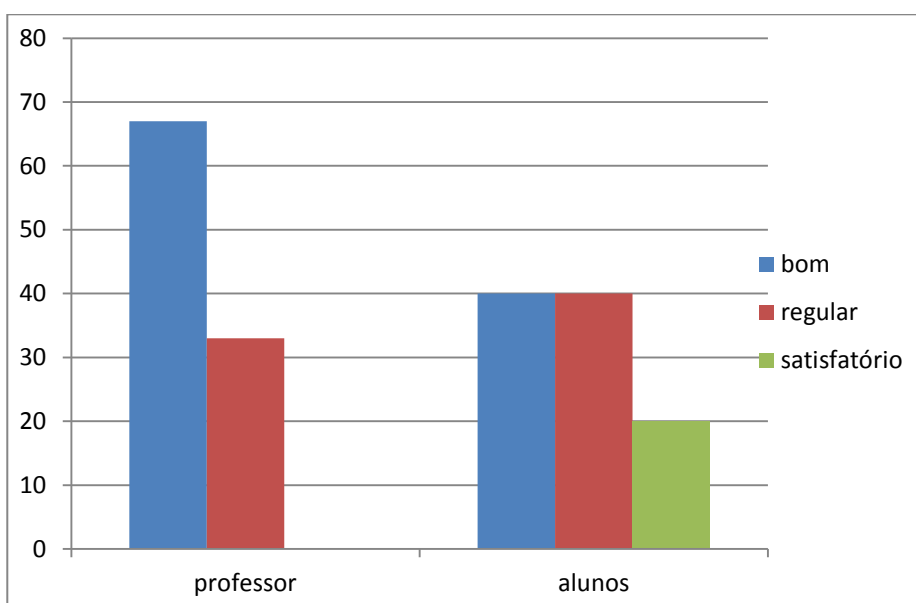
Neste critério houve um excesso de otimismo entre a percepção dos docentes e a dos alunos na forma como a criatividade é estimulada. É um dado que serve para orientar os professores no sentido de buscar atividades que provoquem ou desafiem os alunos através da mediação e não da execução, ou seja, cabe ao professor observar se não está executando as tarefas em vez de deixar este papel aos alunos. As respostas prontas podem desestimular os alunos na busca das soluções e pode provocar acomodação, indisciplina ou falta de iniciativa. A partir do momento em que fizer mais a mediação, passa a responsabilidade da construção ao aluno, o que desencadearia no estímulo e criatividade.

A criatividade é importante porque oportuniza novos conhecimentos a trazer vantagens que podem melhorar a qualidade da vida humana. Portanto, deve ser constantemente estimulada pelos professores. (BARON e SHANE, 2007).

Método de Aprendizagem Utilizado Pelos Professores

Este tema traz a avaliação dos alunos e professores quanto aos aspectos ligados à metodologia utilizada pelos professores. No segundo item, no **Gráfico 6**, foram consideradas as avaliações sob o ponto de vista de professor e aluno.

Gráfico 8 – Avaliação



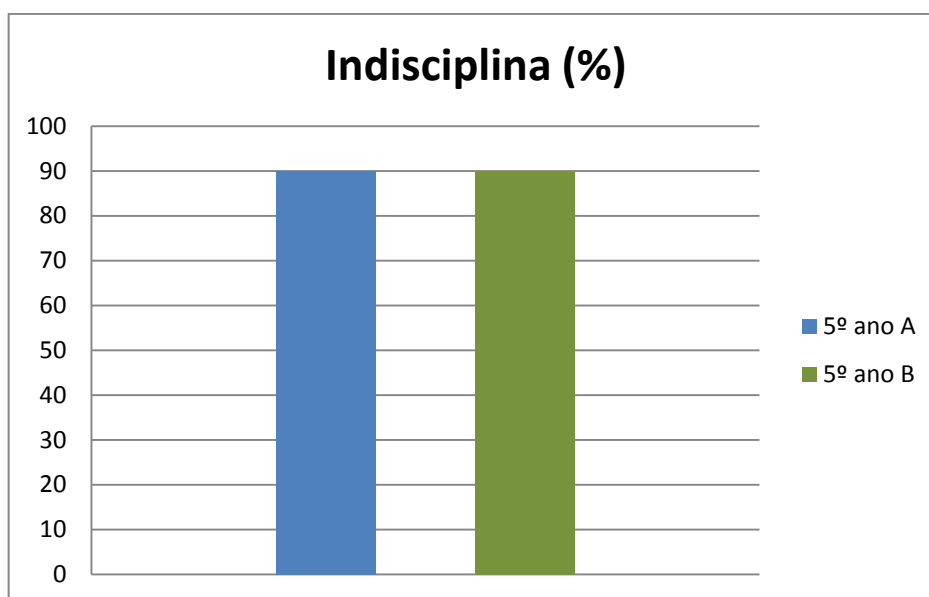
Fonte: Primária, 2012

Sobre o método de avaliação, a visão de ambos é bem parecida; professor considera 67% como bom, porém 33% consideram regulares, para 20% dos alunos a forma de avaliação praticada pelos seus professores é apenas satisfatória, 40% consideram Bom e Regular ao mesmo tempo.

Avaliar é sempre complexo, mas é inerente a função da docência. Apesar de gerar controvérsias, ainda é necessário avaliar. O importante é que fiquem claro aos alunos os critérios como o que será avaliado, de que forma e, principalmente, devem ficar claros os objetivos das avaliações.

Também é fundamental buscar constantemente alternativas que valorizem aspectos comportamentais como o comprometimento, a disciplina, a capacidade de aceitar mudanças, a criatividade, a responsabilidade, entre outras tão exigidas nas organizações.

Gráfico 9 – Indisciplina



Fonte: Primária, 2012

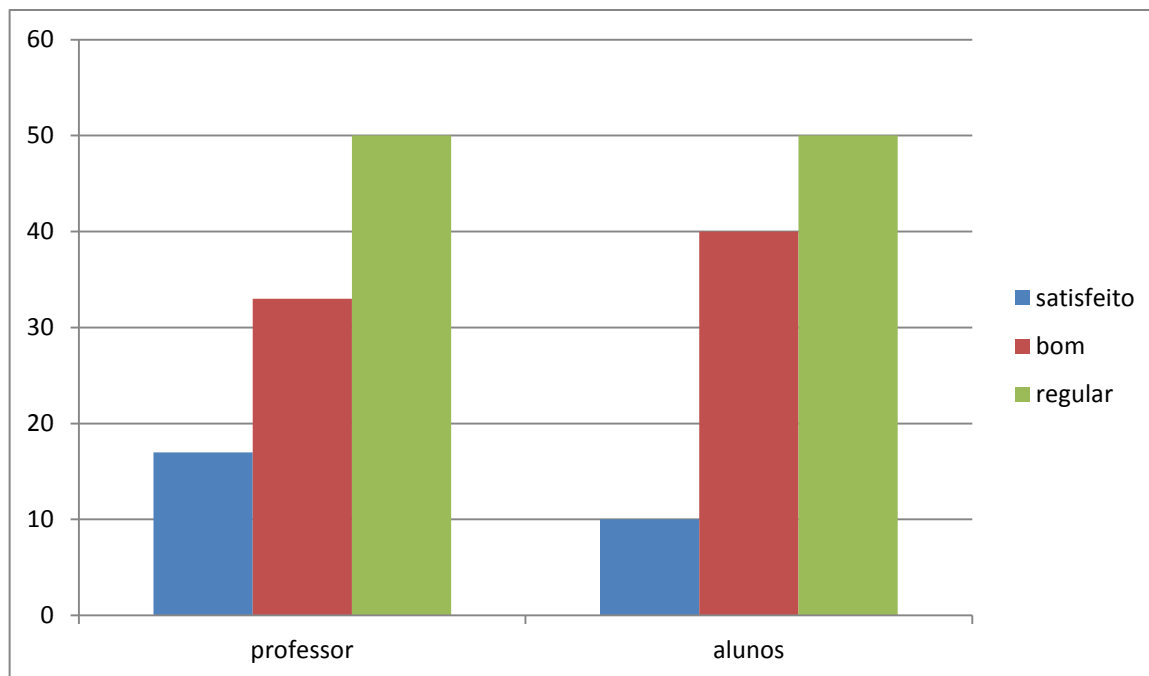
Sobre indisciplina houve opiniões bem parecidas, ou seja, quase 100% dos alunos afirmaram que os principais responsáveis pela indisciplina em sala de aula são eles mesmos.

Para mudar a perspectiva em relação à indisciplina, é imprescindível que a escola se responsabilize cotidianamente por garantir um ambiente de cooperação e limites, em que o valor humano, o respeito, a dignidade e a integridade marquem as relações. Essa conquista pode se dar por meio de um percurso de formação continuada para toda a equipe. Ao mesmo tempo, é preciso ter em mente que conflitos sempre vão ocorrer e não é possível esperar o fim da formação para resolvê-los. Lembre-se de que o mais importante é lidar com a causa do conflito e não apenas atribuir culpa e impor punições. Pouco importa quem começou uma discussão.

O fundamental é analisar o que levou as pessoas a ter dificuldade de negociar e dialogar soluções justas e respeitosas. Para ajudar no momento intermediário, apresentamos quatro estratégias para minimizar a indisciplina.

- Demonstrar que a honestidade será sempre considerada importante. Os alunos devem aprender que o que têm a dizer pode sim irritar o professor. Mas em qualquer circunstância, em vez de ser punido por ter sido autêntico, ele deve ser orientado a perceber que o sentimento de bem-estar por ter seguido o valor da verdade é o que mais conta.
- Não agir de improviso. Manter-se calmo e controlar suas reações. Os problemas não precisam ter uma resposta imediata por parte da equipe escolar. Agir de improviso pode levar a atitudes pouco adequadas.
- Reconhecer sentimentos e orientar comportamentos. Ficar bravo e com raiva é uma reação natural de qualquer ser humano. Dizer ao aluno “você não pode se sentir assim” ou “você não pode ficar com raiva do seu amigo” é, portanto, inadequado. Oriente-o dizendo algo do tipo: “Você deve mesmo ter ficado muito bravo, mas bater no colega resolveu o problema?”
- Acreditar que o conflito pertence aos envolvidos. Isso não significa aceitar qualquer alternativa de resolução ou se alienar do problema. Você deve ser um mediador, ajudando-os a descrever o problema, incentivar que falem sobre os sentimentos e as ações e busquem soluções, sempre incidindo sobre a causa e respeitando princípios. Acompanhe, a seguir, uma proposta de formação para equipe, fundamentada na bibliografia indicada em cada etapa.

Gráfico 10 – Motivação

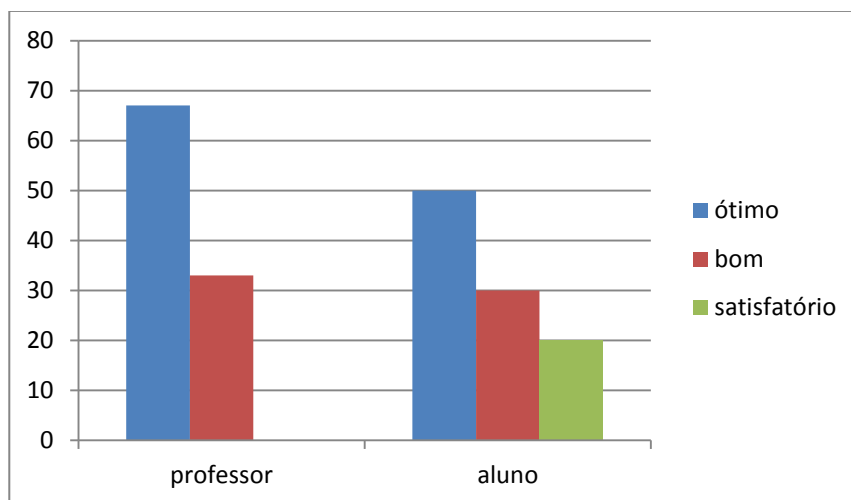


Fonte: Primária, 2012

Os alunos do Ensino Fundamental e seus professores têm opiniões bem parecidas sobre Motivação, enquanto método de aprendizagem. Apresentaram o conceito Satisfatório com 10% os alunos, 17% respectivamente os educadores, e 33% dos educadores consideram Bom, já para os educandos 40% consideram Bom e 50% regular para os dois grupos.

Os alunos do 5º ano A e B estudam para ter acesso à aprendizagem e novas oportunidades. E dentro desta premissa, é de fundamental importância que os professores atuem como agentes motivadores neste processo. Os alunos na fase Infanto-Juvenil têm uma perspectiva de aprender a ser, a fazer as coisas com motivação e dinamismo.

Gráfico 11 – Domínio do Conteúdo



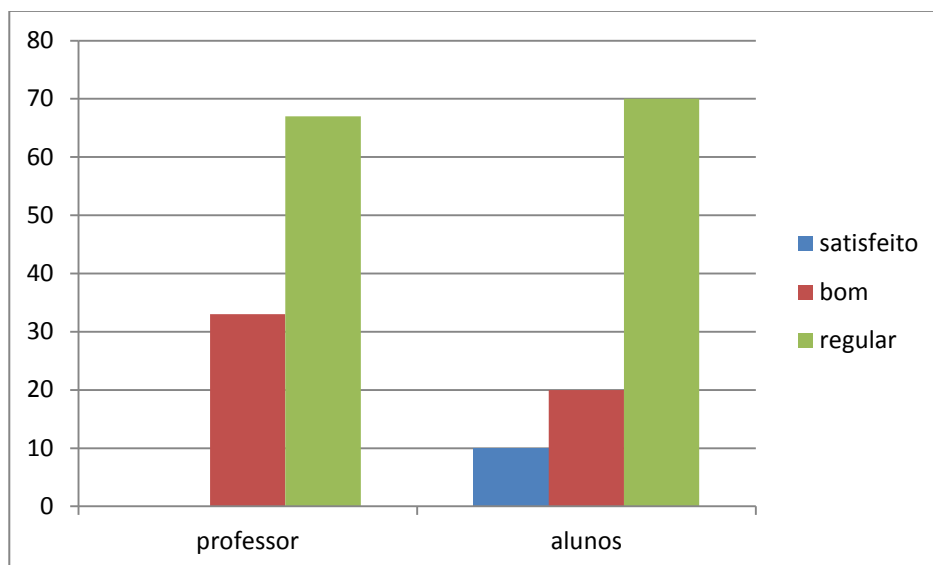
Fonte: Primária, 2012

Sobre domínio do conteúdo os professores acharam 33% como Bom e 67% Ótimo. Para 50% dos alunos os professores têm um ótimo domínio, 30% Bom e outros 20% dividiram-se entre satisfatório.

Nesses tempos, falar em dominar determinado conteúdo pode até parecer excesso de pretenciosismo, afinal com tantos acessos à informação disponíveis, um mesmo conceito poderia mudar da noite para o dia. Mas isso não pode servir como desculpa, pois o mínimo que todo aluno espera de um professor é que ele saiba e conheça sua matéria, ou o assunto que vai discutir.

Os resultados mostram que pequena fatia dos alunos parece questionar o domínio do conteúdo por parte dos docentes. Pode não parecer preocupante num primeiro momento, mas deveria servir como alerta que não haja acomodação neste sentido. Conforme já destacado, capacitação constante, leituras técnicas, postura nas aulas expositivas, autonomia, troca constante de experiências (inclusive com os alunos), devem fazer parte da rotina dos professores.

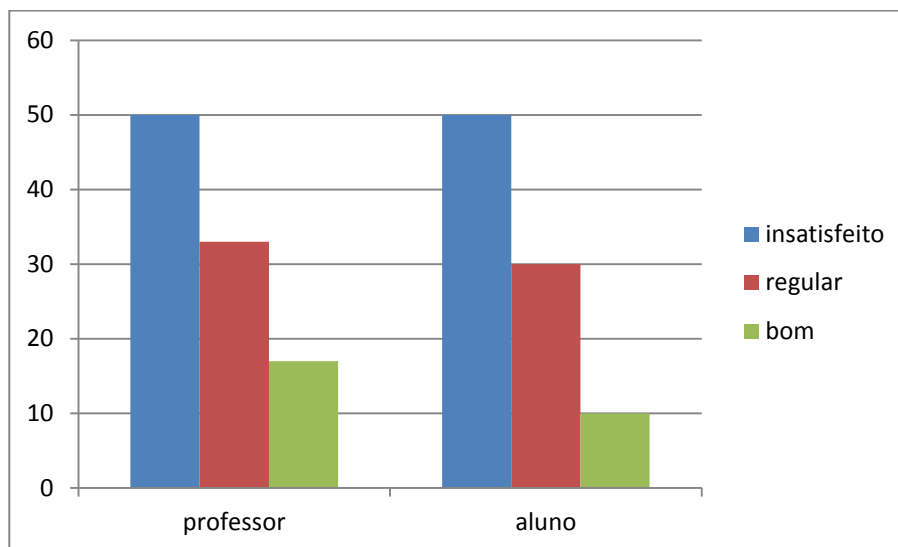
Gráfico 12 – Preocupação com a Formação do Aluno



Fonte: Primária, 2012

O grupo de professor tem uma preocupação com a aprendizagem dos educando, aproximadamente 67% considera regular e 33% está bom, já a outra parte que são os educandos, não apresentam interesse nenhum de ver tal esforço dos educadores, pois 10% estão satisfeitos, 20% consideram bom e 70% consideram regular à medida que é comum perceber a indisciplina reinar em sala de aula. E é preciso perceber e ficar de alerta, porque a indisciplina nunca acaba esse trabalho não tem fim. Mesmo que a equipe já esteja atenta e capacitada para encarar a indisciplina sob esse prisma mais amplo, é preciso manter o tema vivo. Primeiro, porque a escola está sempre em movimento. A cada ano, chegam novos professores e alunos, que podem não estar alinhados com essa visão. Segundo, porque diferentes casos de indisciplina vão continuar aparecendo.

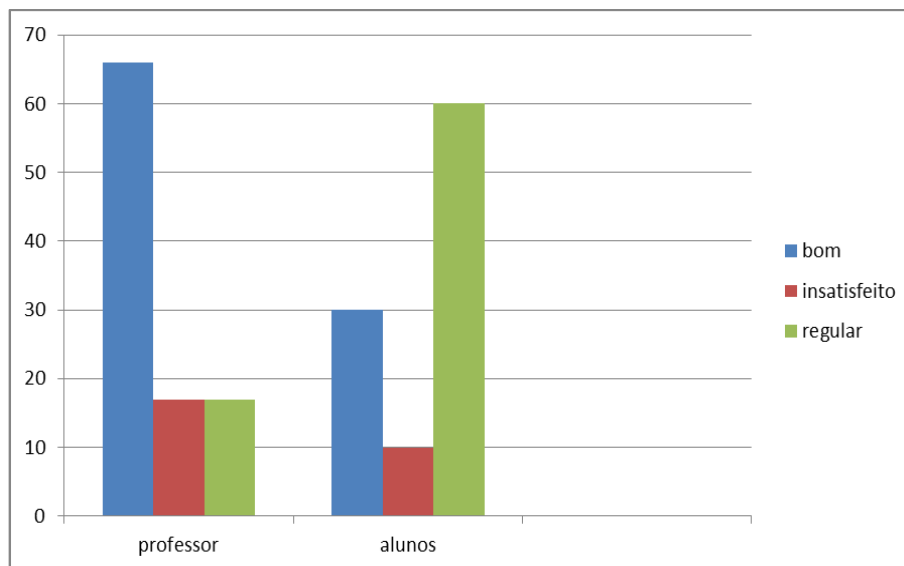
Gráfico 13 – A Atualização dos Professores Está de Acordo com as Exigências do Mercado



Fonte: Primária, 2012

Mas neste caso os alunos apresentam 50% insatisfeito, 40% regular e 10% bom, pois não sabem aproveitar os ensinamentos dos educadores, já os educadores consideram também 50% insatisfeito, 33% regular e 17% bom; ambos não estão conseguindo atender as expectativas dos seus docentes e discentes procuram praticar suas aulas em consonância com a indisciplina e com a experiência que já tem pedagogicamente. É um fator considerável e preocupante os caminhos também não são nada que esteja fora de seu alcance. É preciso diversificar e querer mudar a metodologia, pois, interagimos com alunos conectados ao mundo por diferentes rede e ferramentas e há uma necessidade de todos os educadores procurarem cada vez mais se especializar na sua área e no mundo globalizado.

Gráfico 14 – Incentivo para Manter a Disciplina em Sala de Aula



Fonte: Primária, 2012

Parte dos professores 66% acham que seu incentivo ao aluno disciplinado torna-se o diagnóstico como bom e 17% estão entre insatisfeito e regular. Porém 17% entendem que falta trabalhar mais esta questão. Para 60% dos alunos, os professores não têm trabalhado bem, 30% acha bom e 10% são insatisfeitos. Percebendo este diagnóstico, a pesquisadora organizou suas ideias e preparou sua pesquisa com atividades lúdicas realizada nas turmas do 5º ano “A e B” / 9 anos, incentivando os 6 educandos do sexo masculino com idade entre 9 a 15 anos mantidos como alunos indisciplinados, e como proposta apresentei a ideia de minimizar através do lúdico a sua indisciplina em sala de aula, apresentada pela pesquisadora num período de seis meses, onde se iniciou a pesquisa em maio e foi até novembro do ano de 2012, com a ideia de colocar os mesmo para liderar na sua própria sala os grupos, turma A e B, na qual há uma quantidade de 71 alunos ao todo, tentando despertar nos educandos a possível mudança de comportamento, percebemos que a participação coletiva, possibilitando

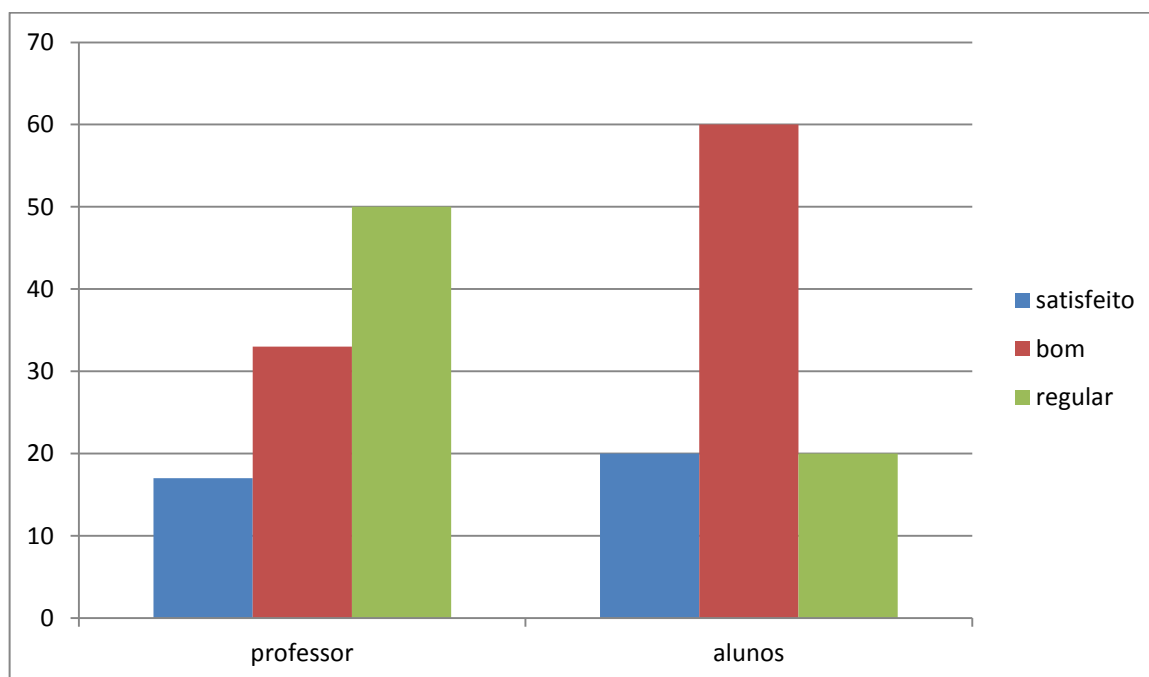
momentos de descontração, alegria a aprendizagem, que anteriormente, em atividades não lúdicas não era observáveis.

Portanto, é possível afirmar que a educação para ser democrática é preciso visão, pois visão sem ação é sonho, ação sem visão é passatempo, visão com ação pode mudar o mundo.

Avaliação da Modalidade do Ensino Fundamental I

Neste tema as turmas do 5º ano/9 A e B, colocaram seu ponto de vista em relação a dois fatores da modalidade de ensino. O primeiro diz respeito à qualidade de ensino conforme Gráfico abaixo.

Gráfico 15 – Qualidade de Ensino

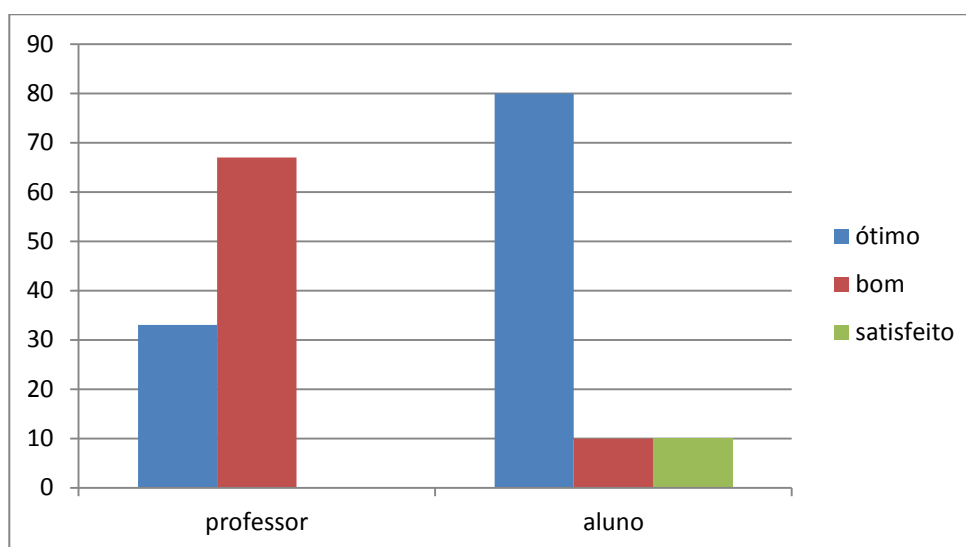


Fonte: Primária, 2012

Os alunos, de maneira geral, aprovam a qualidade do ensino, pois 60% consideram como bom. Outros 20% acham apenas Satisfatório ou Regular. Para 33% dos professores a qualidade está Boa, 50% acha Regular e 17% Satisfatória.

Considerando sempre desafiador para as instituições manter e propor uma qualidade de ensino que atenda as expectativas de alunos e professores e até da sociedade, os resultados podem ser entendidos como positivos.

Gráfico 16 – Relação entre os Níveis de Satisfação Professor x aluno



Fonte: Primária, 2012

Os alunos veem mais aspectos positivos do que os próprios professores em relação a sua satisfação com os docentes. Para 80% deles os professores são Ótimos, 10% Bons e 10% Satisfatórios. Para 33% dos professores os alunos os consideram Ótimos e 67% Bons.

O resultado mostra que os professores estão conseguindo conquistar a confiança dos seus respectivos alunos e deve ser comemorado. A relação professor x aluno faz parte do processo de ensino x aprendizagem e sempre causa preocupação aos gestores escolares devido a uma série de ocorrências negativas que comumente ocorrem em escolas, principalmente nas

públicas, como indisciplina, desmotivação, desinteresse etc., normalmente relacionados a aspectos sociais e econômicos. Então uma relação onde haja o reconhecimento dos alunos ao trabalho do professor pode diminuir tais problemas. (BARON E SHANE, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou a partir do cenário da Gestão Democrática, trabalhar a questão do lúdico como proposta minimizadora da indisciplina em sala de aula, se possível dá possibilidade e limites de um trabalho participativo dentro do espaço escolar com decisão e responsabilidade, destacando o papel da escola, da família e sociedade, considerando a educação como algo que acontece sempre na vida de todos os seres humanos, mesmo que não a percebamos. E que ela se dá no amontoado de tarefas e nos saberes comuns do cotidiano.

A Gestão Escolar por outro lado inserida no desenfreado processo de avanço do progresso, especialmente com a descentralização de poderes escolares, tanto no processo de organização como no de gestão não opera no vazio; por natureza própria, supõe um processo de ruptura e mudança na administração do poder, que conduz, por sua vez, a uma redistribuição de responsabilidades e a um posicionamento virtual da nossa institucionalidade democrática. Nesse sentido é claro que as escolas devem descentralizar poderes, pois implica propiciar uma nova cultura, e isso implica, por sua vez, um reconhecimento de uma necessidade que não pode faltar. Referimos-nos à vontade política de praticar a democracia em termos concretos e objetivos.

Tendo direcionado nosso foco de pesquisa à Gestão Democrática: O Lúdico como Proposta Minimizadora da Indisciplina no Ensino Fundamental, constatamos que família,

escola e filhos estão conscientes dos motivos que geram uma aproximação para tal comportamento, mas não conseguiram encontrar o caminho para solucionar essa questão.

A família, entendida como primeiro contexto de socialização, exerce indubitavelmente grande influência sobre a escola e seus filhos. A atitude dos pais e suas práticas de criação e de educação são aspectos que interferem no desenvolvimento individual e, conseqüentemente, influenciam o comportamento da criança na escola.

CHIAVENATO, 1983, p. 33, afirma que:

Nesse sentido analisa que a escola é eminentemente um sistema de relações, com características interativas, que a diferenciam das empresas convencionais e, portanto, como organização tem uma especificidade na medida em que ela se constitui como unidade social de agrupamento humano intencionalmente construído ou reconstruído.

O presente estudo contribui para ampliação dos conhecimentos da autora, no campo científico, bem como para o aprimoramento de seu trabalho pedagógico e administrativo. Com muito esforço e dedicação, buscava caminhos para desenvolver uma prática pedagógica e aprimorar mais as experiências de Gestora que exercia a seis anos, procurando ativar com qualidade em nível de educação, na perspectiva de contribuir para sensibilizar a escola e a família, no tocante de indisciplinas e minimizar com o lúdico dentro da Gestão Escolar, com a finalidade de incentivar os educadores e os pais, a serem mais coparticipativos das ações escolares, para que os pais possam orientar as crianças no seu processo de socialização, por meio de interações e respeito mútuo.

Outra consideração importante é que Gestão, na expressão organização e gestão escolar, é o processo de tomada de decisões, direção e controle dessas decisões que chegue a possibilitar o funcionamento das organizações escolares.

Embora os resultados obtidos ainda não sejam muito visíveis aos olhos da família, como um ser que tem e que busca na aprendizagem aprender a construir conhecimentos, pois

o fazer da escola em conjunto com toda a comunidade educativa, visa através dos projetos realizados e as férias educativas, formarem cidadãos que possam enfrentar o mercado de trabalho com mais consciência, realidade e compromisso, tornando possível todos os seguimentos na aprendizagem, procurando lidar melhor com a aceitação de limites e demonstrando mais interesse por aquilo que se tornam democráticos, dando uma importância maior aqueles educandos que apresentam dificuldades na aprendizagem, fazendo com que se torne possível o desejo de aprender a aprender para a vida.

Por que não resgatar a criança que se foi um dia e tornar a vida alegre, divertida e simplesmente prazerosa? Por que não tornar a aprendizagem tão estimulante como são os jogos, as contações de histórias, as músicas infantis, as brincadeiras de vai e vem passar o anel, vedar os olhos, barra bandeira, trabalhar a diversidade de gêneros textuais e a trilha da matemática.

Para CUNHA apud BRANDÃO (1997), a brincadeira é primordial e desenvolve a arte de amar. (BRANDÃO, 1997:7).

Acredita-se que, através da pesquisa de campo, a educação poderá ter respostas surpreendentes como a que se teve nos casos dos alunos ao final da pesquisa, nas últimas atividades lúdicas, pode se ver o olho da criança brilhando de felicidades diante de um livro, nos encontros de Leonardo da Vinci, lendo, mesmo com uma dificuldade imensa, e ao concluir um relato feito por ele, de sua família ideal e real e a posição do real, demonstrou de imediato uma melhora de sua autoestima.

Embora os resultados obtidos ainda não sejam muito visíveis aos olhos da família e da escola, através de inúmeras observações, os resultados foram de grande valia. Nos encontros os educandos indisciplinados percebiam-se a alegria demonstrada pelo aluno ao jogar, e o quanto isso proporcionou um vínculo forte com a pesquisadora, o que facilitou o aluno, para

que a criança aprendesse a lidar melhor com seus medos e inseguranças, a lidar melhor com a aceitação de limites e demonstrando mais interesse por aquilo que estava sendo jogado.

Analisando o que foi vivenciado durante esse processo de aprendizagem e pesquisa, constatamos que foi possível observar a aquisição significativa da linguagem e do conhecimento perante o educando do raciocínio e integração da criança como o objetivo do estudo, partindo da experiência de se trabalhar com jogos e brincadeira.

Conclui-se desta forma, que apesar de reconhecer-se o desenvolvimento maturacional do aprendente da pesquisa, atribui-se os avanços cognitivos alcançados à intervenção como jogos, pretende-se com esse estudo, confirmar a importância do lúdico para as crianças e principalmente para aqueles que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem e de disciplina.

Acreditamos que se a escola, a família, buscarem chegar mais perto dessas crianças agindo com democracia, tratando-as como indivíduos sujeitos de direitos, capazes de compreender como consequências sérias ocorriam caso o comportamento não modifique, fazendo-os conhecedores da legislação, dos seus direitos e deveres, e mais ainda das penalidades a que estão sujeitos caso não os cumpram, a sociedade não estaria vivendo no caos. Pois a questão social nunca poderá ser abordada e trabalhada se não tratar, como suas partes essenciais, que são as questões educacionais e emocionais.

RECOMENDAÇÕES

Os alunos do Ensino Fundamental do 5º ano A e B do município de Bezerros/PE devem ser mais estimulados a ter confiança própria e acreditar em sua capacidade. Este seria um dos maiores desafios dos professores. A disciplina é fator preponderante para despertar a capacidade dos educandos.

Sobre os conhecimentos de Gestão democrática e recursos humanos os gestores têm duas opções principais: capacitar os professores ou aumentar o efetivo com docentes formados ou com experiências nessas áreas.

O incentivo aos alunos deve ser incrementado com metodologia que apareça o lúdico, para que os educandos se sintam valorizados em suas tarefas pedagógicas, seu papel na construção é conhecer como se dá a aprendizagem e com base nessa compreensão, planejar as aulas, além de ter segurança sobre o conteúdo a ser trabalhado. A medida parece muito básica e é. Ela vale para manter a disciplina e para chegar ao objetivo principal: fazer com que todos aprendam com amadurecimento e disciplina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, Júlio Groppa. **A Desordem na Relação Professor – Aluno: Indisciplina, Moralidade e Conhecimento**. São Paulo: Summis, 1996 p. 39-55.
- ARROYO, Miguel. **Qualidade na Educação**. *Cadernos Pedagógicos SMED*, Porto Alegre. n. 9, p. 64-73, dez. 1996.
- AZANHA, J. M. P. **Autonomia da Escola**, um reexame. In: **A Autonomia e a Qualidade do Ensino na Escola Pública** / Abel S. Borges... [etalüi...] São Paulo: FDE, 1993. (Série Ideias, nº 16).
- BRANDÃO, Heliana. **O Livro dos Jogos e das Brincadeiras: para todas as idades**. Belo Horizonte: leitura, 1997.
- BARON, Robert A. e SHANE Scott A. **Empreendedorismo: Uma Visão do Processo**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- BROUGÉRE, G. **Jogo e Educação**, Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- CHATEAU, Jean – **O Jogo e a Criança**, São Paulo, Summus, 1987.
- Constituição Federal de 1998, Art. 206, p. 131.
- DELORS, Jacques (Coord.). **Educação um Tesouro a Descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional para o Século XXI**. São Paulo: Cortez, 1988.

- DERMEVAL, Saviani, **Equilíbrio entre a Pedagogia Tradicional e a Pedagogia Nova**. 2007, p. 195.
- DEMO, Pedro. **Educação e Qualidade**. Campinas, Papirus, 1994, p. 14.
- ECA – **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Art. 19, 1996, p. 4.
- FONSECA, V. **Introdução às Dificuldades de Aprendizagem**. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- FREIRE, Paulo – **Pedagogia de Autonomia – Saberes necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção leitura).
- GABRIEL, Benedito Isaac Chalita. **Pedagogia do Amor**. 1ª ed. S. I. Gente, 2008, p. 168.
- GADOTTI, Moacir – **Autonomia da Escola: Princípios e Propostas**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GÓMEZ, Ángel I. Pérez. **A Cultura Escolar na Sociedade Neoliberal**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.
- GRZYBOWSKI. C – **Evolução Histórico-Sociológica dos Partidos Políticos no Brasil**. 1996, p. 45.

- LAJONQUIÉRE, L. de. **Dos Erros em Especial Daquele de Renunciar à Educação.** Notas sobre a psicanálise estilo de clínicas, anoll, nº 2. 200,2 p. 85.
- LDB 9394/96 – Título II, Art. 2º, 14º, **Dos Princípios e Fins da Educação Nacional.**
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e prática,** Goiânia: Editora Alternativa, 2001.
- LÚCIA, V. M. EDNA M. **Como Ajudar seu Filho na Escola.** 3ª ed. Ave Maria, 2002, p. 55-56.
- MANONNI, M. **Educação Impossível.** Rio de Janeiro. Francisco Alves, 2ª ed. 1998, p. 45.
- MAY, Tim. **Pesquisa Social: Questões, Métodos e Processos.** 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MIRANDA, Estelbina de Alvarenga. **Docente de Metodologia de Investigação Científica Quantitativa e Qualitativa – Orientação de Teses.** 2ª edição – versão em Português: Cesar Amarilhas, 2010.
- OLÍMPIA, Maria M. Leite Botura. **Educar com Amor dá Certo.** 4ª ed. Ave Maria, 2002, p. 69-102.
- PIAGET, Jean, 1986–1980. **Epistemologia Genética.** Trad. Álvaro Cabral; São Paulo: Martins Fontes, 1990.

- Revista Nova Escola: **Indisciplina: Como se Livrar dessa Amarra e Ensinar Melhor**, Outubro, 2009, p. 78.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- RIOS, Teresinha Azevedo. **A Autonomia como Projeto: Horizonte Ético – Político**. In: **A Autonomia e a Qualidade do Ensino na Escola Pública**. Abel S. Borges... [etalüi...] São Paulo: FDE, 1993. (Série Ideias, nº 16).
- SEBER, Maria da Glória. Piaget: **O Diálogo com a Criança e o Desenvolvimento do Raciocínio**. L. Ed. Scipione. 1997, p. 63.
- TIBA, Içami. **Disciplina: O Limite na Medida Certa**. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 145;149-150;167. **Disciplina na Medida Certa. Novos Paradigmas**. Ed. São Paulo: Integrare, 2008, p. 73.
- PERRENOUD, Philippe. **Trecho do Manifesto dos Pioneiros da Educação – Sander** 2007, p. 28.
- VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Construção da Disciplina Consciente e Interativa em Sala de Aula e na Escola**. São Paulo: Libertad, 1993.
- VEIGA, Ilma Passos A. (org) **Projeto Político – Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível**. São Paulo: Papirus, 1995.

- VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- WEISS, Maria Lúcia Lemme. **Psicopedagogia Clínica: Uma Visão Diagnóstica dos Problemas de Aprendizagem Escolar** / Maria Lúcia Lemme Weiss. – 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- WINNICOTT, D. W. **O Brincar e a Realidade**. Rio de Janeiro: IMAGO, 1971.
- ZAGURY, Tânia. **Educar Sem Culpa: A Gênese da Ética**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 141-147.

ANEXOS

1. TERMO DE CONSENTIMENTO

Prezados Pais ou Responsáveis,

Solicitamos sua participação em nossa pesquisa intitulada Gestão Democrática: “O Lúdico como Proposta Minimizador de Indisciplina em Sala de Aula”. O objetivo de realizar esta pesquisa é verificar a eficácia da possibilidade de aplicar o lúdico nas salas de aulas que apresentam indisciplina no Ensino Fundamental. Para tanto, necessitamos de seu acordo para que possamos avaliá-los e perceber o porquê da indisciplina, mesmo que você entenda que não é indisciplinado neste sentido, pois desta forma, poderemos comparar o desempenho dos alunos indisciplinados.

Ao final, caso seja detectado qualquer grau de dificuldade em concentração e disciplina que possa comprometer o seu desempenho escolar, realizaremos atividades lúdicas que favorecerá a minimização de suas dificuldades.

Fica assegurado a você o sigilo do resultado, uma vez que somente a você e a pesquisadora interessa os resultados, além da desistência a qualquer momento da atividade que lhe será proposta.

Certo de poder contar com sua participação, colocamo-nos à disposição para dúvidas e esclarecimentos por meio dos telefones: (81) 3728-0401 ou por e-mail: soaresdal@hotmail.com, falar com Maria Dalvani Soares da Silva.

Mestrado do Programa de Post-Grado – UNINTER – Universidade Internacional
Três Fronteras, Asunción – Paraguay.

Autorizo ____/____/____

Nome do Participante: _____

Assinatura do Participante: _____

Assinatura da Pesquisadora: _____

2 – Questionário aplicado aos Alunos e Família

Prezado Aluno e Família

Sou a professora Maria Dalvani Soares da Silva do Ensino Fundamental I da Rede Municipal de Bezerros/PE. Estou fazendo minha dissertação de Mestrado e escolhi como objetivo geral: analisar como professores do Ensino Fundamental de Bezerros/PE estimulam os educandos a terem a capacidade de se disciplinar em suas atividades pedagógicas. Então, peço a sua gentileza para preencher este questionário e contribuir para minha pesquisa.

UNIVERSIDAD INTERNACIONAL TRES FRONTERAS

ENTREVISTA – ALUNOS

- 1. Quem são os principais responsáveis pela indisciplina na sala de aula?**
- 2. O que é ser indisciplinado?**
- 3. Como é sua convivência familiar?**
- 4. Você gosta de estudar?**
- 5. O que você mais gosta de fazer na escola?**
- 6. Você gosta da sua escola?**

7. Como é seu relacionamento com o seu educador em sala de aula?

8. Você acha que a indisciplina atrapalha a aprendizagem?

☐ Sim ☐ Não

9. Que sugestão você daria para diminuir a indisciplina em sua sala de aula?

10. Você se considera indisciplinado?

☐ Sim ☐ Não

Obrigada!

Maria Dalvani Soares da Silva.

1. Idade:

(x) 9 a 15 anos

3 – Questionário aplicado aos Professores

Prezado Colega Professor, Gestor e Coordenador.

Sou a professora Maria Dalvani Soares da Silva, sua colega de trabalho da Rede Pública Municipal da cidade de Bezerros/PE. Estou fazendo minha dissertação de Mestrado que tem como tema Gestão Democrática: O Lúdico como Proposta Minimizadora da Indisciplina no Ensino Fundamental.

Então, peço a sua gentileza para preencher este questionário e contribuir para minha pesquisa. Sua identificação abaixo somente servirá para colocar como público na Metodologia, mas não será revelada na análise dos dados, ou seja, somente serão consideradas as respostas para as respectivas análises sem mencionar quem as fez.

Identificação: -----

Titulação: _____

Tempo na Educação: _____

Tempo na modalidade de Ensino Fundamental: _____

Tempo na Rede Estadual de Educação: _____

UNIVERSIDAD INTERNACIONAL TRES FRONTERAS

ENTREVISTAS – PROFESSOR

1. Qual é a sua graduação e há quantos anos leciona nessa modalidade de ensino?
2. Quais os fatores que contribuem para a ocorrência da indisciplina em sala de aula?
3. Qual é a sua atitude enquanto educador diante dos alunos indisciplinados?
4. De que forma você educador promove a concentração dos educandos em sala de aula?
5. De que forma você cativa os educandos para a sua disciplina em sala de aula?
6. Você educador observa atentamente cada aluno?

() Sim () Não
7. Você discute com os educandos o regulamento de uma turma, respeitando-o e fazendo-o respeitar.

() Sim () Não
8. Quais as consequências da indisciplina?
9. Como a indisciplina pode ser superada na sua escola?

4 – Questionário aplicado ao Gestor/Coordenador

Identificação: _____

Titulação: _____

Tempo na Educação: _____

Tempo na modalidade de Ensino Fundamental: _____

Tempo na Rede Estadual de Educação: _____

Nome das Coordenadoras: _____

UNIVERSIDAD INTERNACIONAL TRES FRONTERAS

ENTREVISTA – GESTOR / COORDENADOR

1. Na Escola o pivô da indisciplina é o aluno (senso comum), mas que fatores mais estão envolvidos nesta questão tão complexa que é tratada de forma tão simplória e assistêmica?
2. Qual a sua graduação e há quanto tempo exerce essa função?
3. Quanto à questão da indisciplina é apresentado algum projeto democrático por você e equipe como proposta para minimizar a indisciplina em sala de aula?
4. Qual a função da escola em enfrentar esse problema de “indisciplina”?
5. Sabemos que a família hoje passa a transmitir responsabilidades para escola, que é cabível a ela, mais como você trabalha esta comunidade no sentido de impor limites?
6. Gestor você é capaz de mencionar alguns tipos de indisciplina que geralmente ocorre em sala de aula?

7. **Em relação às causas a indisciplina pode ser classificada em cinco grandes níveis como: sociedade, família, escola, professor e aluno. Você concorda ou não concorda? Justifique sua resposta.**
8. **Quem são as maiores vítimas da indisciplina?**

**6 – Questionário aplicado a Família dos Educandos tido
como “Indisciplinados”**

UNIVERSIDAD INTERNACIONAL TRES FRONTERAS

ENTREVISTA – FAMÍLIA

- 1. Quantos filhos você tem?**
- 2. Sua renda familiar é favorável para sobrevivência de todos.**
() Sim () Não
- 3. Você acha seu filho indisciplinado? Por quê?**
- 4. Como você vê o papel da escola diante dessa situação indisciplina?**
- 5. Quando você é chamada à escola você comparece?**
- 6. Participa de reuniões administrativas e pedagógicas?**
- 7. O que você acha da escola do seu filho? E porque você escolheu essa escola para seu filho estudar?**
- 8. Como é seu relacionamento com o educador, sempre vem saber do seu filho?**

9. Você conhece o professor do seu filho?

**7 - ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS
DURANTE A PESQUISA DE CAMPO**

Trabalho Pedagógico (Multiplicação)

Objetivo: Detectar no educando o grau de dificuldade de aprendizagem.

Metodologia: Quebra-cabeça com a multiplicação, jogo confeccionado pela pesquisadora. Aplicado a atividade com os 6 (seis) educandos e depois em outro momento com a turma com os 6 educandos liderando o trabalho.

Recursos Humanos: A pesquisadora e os 6 (seis) educandos participante da pesquisa em estudo.

Recursos Materiais: Cartolina, Pilot, Quebra-cabeça.

Avaliação: será contínua até alcançar o objetivo da pesquisa.

Gêneros Textuais

Objetivo: Trabalhar com os seis: gravuras, histórias de balões, história em quadrinhos, jogos dos 7 erros e o caça-palavras. Depois esse mesmo trabalho com a turma toda.

Recursos Humanos: Professor, Aluno, Pesquisadora.

Recursos Materiais: Diversidade de jogos.

Avaliação: Será contínua, pois há muita dificuldade de produção textual.

Brincadeiras Populares

Objetivos: Resgatar as brincadeiras populares, tentando mostrar que o lúdico, pode sim minimizar a indisciplina em sala de aula.

Metodologia: Trabalhar o cordel para que os educandos entendam que é possível aprender brincando, atividade realizada com os seis alunos, e depois os mesmo liderando para turma toda. As brincadeiras foram: Amarelinha, Telefone Sem Fio, Barra Bandeira, Cabra-Cega, Passa o Anel, Passarás.

Recursos Humanos: Aluno, Professor, Pesquisadora.

Recursos Materiais: giz, telha, bandeiras nas cores verde e azul, pano branco, anel.

Avaliação: Houve uma participação satisfatória das duas turmas, todos se envolveram na atividade lúdica e os alunos indisciplinados respeitaram o comando dado pela pesquisadora e se saíram muito bem na brincadeira aplicada, os educadores ficaram encantados com a disciplina.

Confeccionando Brinquedo “Vai e Vem”

Objetivo: Confeccionar o “Vai e Vem” para poder saber brincar em dupla respeitando os limites de cada um.

Confeção: 2 (duas) garrafas de 2 litros cortada ao meio. Pega-se as 2 partes superiores (boca) e une com fita gomada ao meio. Passa por dentro da garrafa 2 cordas de varal (2 metros cada), e nas quatro pontas amarra um pedaço de mangueira.

Metodologia: com dois participantes que deverão pegar nas mangueiras aonde vão abrindo e fechando alternadamente os braços para que possa percorrer a garrafa.

Recursos Humanos: Alunos, Professores, Pesquisadora.

Recursos Materiais: 2 garrafas pet, fita gomada, 2 cordões e mangueira.

Avaliação: Servirá como atividade de massa muscular, ritmo, socialização, expressão de pensamento.

Trabalhando a Trilha da Matemática

Objetivos: identificar o índice de comportamento e de aprendizagem dos educandos.

Metodologia: Um componente de cada grupo jogará o dado e irá para a casa (enumerada) cujo número saiu no dado. Nas casas que tiverem interrogação deverão ser respondidas perguntas sorteadas pelo próprio aluno e obedecer aos critérios pré-estabelecidos pelo caminho para cada acerto ou erro.

- Os componentes do grupo vão se revezando de forma que todos participem.
- Cada resposta correta valerá 02 pontos para o grupo.
- Marcarão cinco pontos o grupo que chegar ao final da trilha primeiro e os demais irão marcando pontos na ordem decrescente.

Saída	1	2	3	4	5
					6
	11	10	9	8	7
13					
14	15	16	17	Chegada	

- Perguntas -

1. Um quinquênio equivale há quantos anos?
2. 96 horas equivale há quantos dias?
3. Represente esta fração através do desenho $20/24$?
4. Determine 250 em números romanos?
5. Como se lê esta fração $3/12$?
6. Em uma festa comeram dois terços do bolo de 3 kg. Quantos quilos comeram e quantos sobraram?
7. Classifique a fração dando nomes aos termos $2/3$?
8. No sítio do senhor Antônio há 36 animais. Os cavalos correspondem a $\frac{1}{4}$ do total de animais. Quantos cavalos há?
9. Qual é a maior fração $20/24$ ou $18/24$?
10. Tenho R\$ 1.000,00 no banco, retirei R\$ 650,00 como ficou meu saldo?
11. A carne bovina é vendida no atacado por arroba. Uma arroba é equivalente a quantos quilogramas?

Recursos Humanos: Aluno, Professor, Pesquisadora.

Recursos Materiais: Dado e papel bobina.

Avaliação: Foi satisfatória, pois conseguimos perceber como o lúdico minimiza a indisciplina em sala de aula.

Trabalhando Leitura – Alice no País da Maravilha

Objetivos: Fazer a leitura e reconta-la com coerência pedagógica.

Metodologia: leitura da história e, em seguida, os educandos irão reconta-la individual e em grupo.

Recursos Humanos: Aluno, Professor, Pesquisadora.

Recursos Materiais: Livro Infantil / Folha Ofício.

Avaliação: Foi satisfatória a leitura e criação de reconta-la.

Diversidades de Jogos e Brincadeiras

Objetivos: Identificar como o fazer brincando flui em uma aprendizagem satisfatória.

Metodologia: A cada criança tida como “indisciplinada” foi dado comandos de atividades para serem trabalhadas em grupos, como: pesca-letra, produção textual através de imagem, notícia de jornal e paródia.

Recursos Humanos: Aluno, Professor, Pesquisadora.

Recursos Materiais: Ofício, gravuras, jornal e música.

Avaliação: Foi significativa, pois terminou com apresentação dos grupos em sala de aula, grupos liderados pelos 6 (seis) alunos em estudo de pesquisa.

9 – FOTOS









Gêneros Textuais como: Histórias em balões, histórias em quadrinhos, jogo dos sete erros, pesca palavra, notícia de jornal, paródia e leitura infantil.





Brincadeiras Populares



Confeccionando o brinquedo Vai e Vem







APENDICE

LISTA DE ABREVIATURAS

CEP – Controle Estatístico de Processo;

CICLO PDCA – São siglas dos termos ingleses PLAN DO CKECK e ACT, extremamente simples, devendo ser efetuada de forma contínua e em espiral;

GQT– Gestão Qualidade Total;

CEPAL – Comissão Econômica das Nações Unidas da América Latina;

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura;

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente;

MEC – Ministério da Educação e Cultura;

PLAN – Planejar;

CHECK – Checar ou Verificar;

DO – Fazer ou Agir;

ACTION – Atuar;

EJAI – Educação de Jovens, Adultos e Idosos.